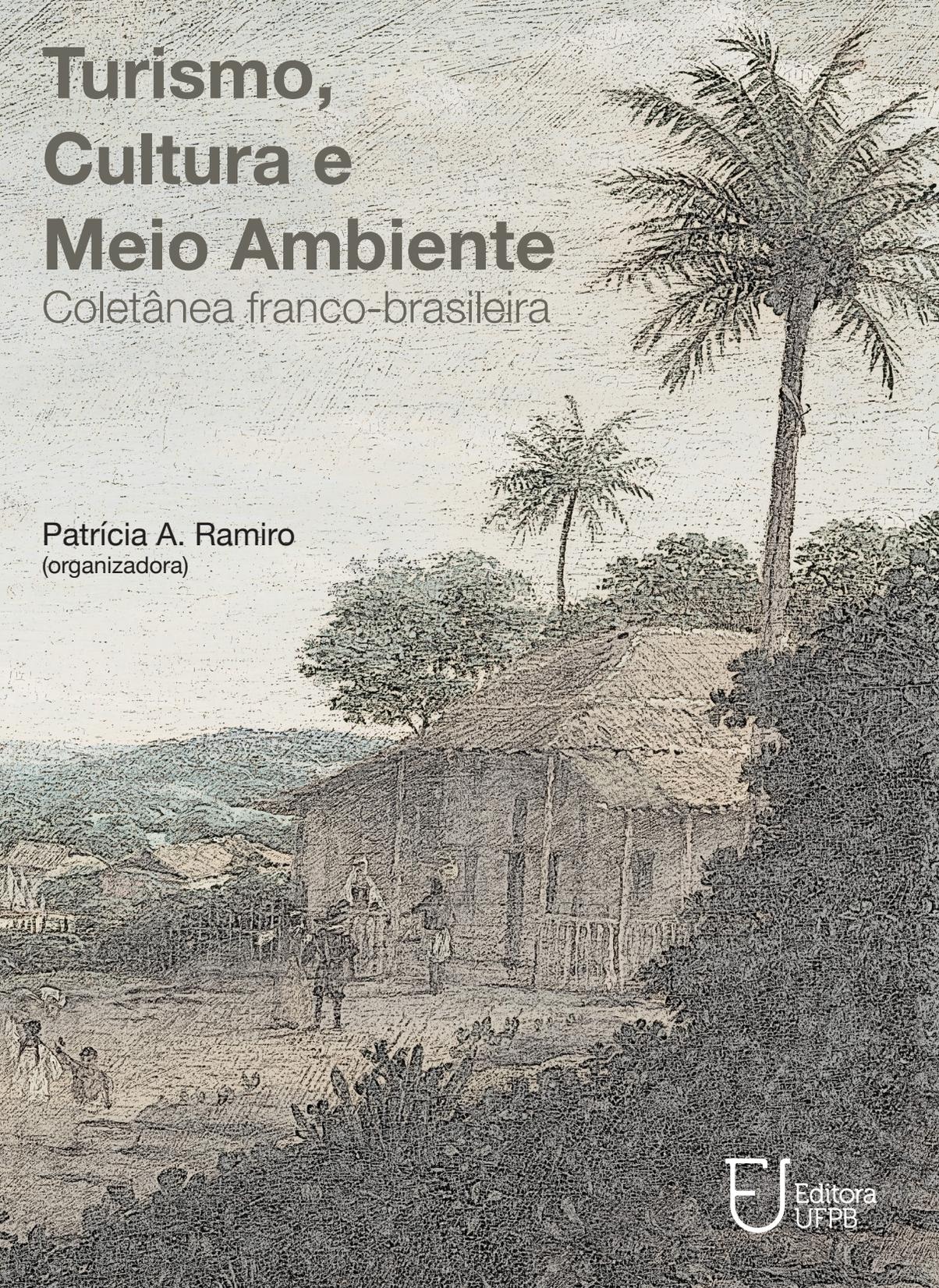


Turismo, Cultura e Meio Ambiente

Coletânea franco-brasileira

Patrícia A. Ramiro
(organizadora)





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELOS JUNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras E Artes)
FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)
GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais Aplicadas)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)
LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)
MARIA REGINA VASCONCELOS BARBOSA (Ciências Biológicas)

Patrícia A. Ramiro
(organizadora)

Turismo, Cultura e Meio Ambiente **Coletânea franco-brasileira**

João Pessoa
Editora UFPB
2019

Direitos autorais 2019 - Editora da UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº
10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por
qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é
crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico
Edição Eletrônica e
Design da Capa

Editora da UFPB

Emmanuel Luna

Edição a partir da obra de Frans Post - Vila Brasileira, 1675-1680.

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

T938 Turismo, cultura e meio ambiente coletânea franco-
-brasileira / Patrícia A. Ramiro (organizadora). -
João Pessoa : Editora UFPB, 2019.
172 p. : il.
ISBN: 978-85-237-1397-3

1. Turismo cultural - Meio ambiente. 2. Recursos
hídricos - Turismo. 3. Favela - Turismo - Rio de Janeiro.
4. Regulamentos ambientais - Turismo. I. Ramiro,
Patrícia A. II. Título.

UFPB/BC

CDU 338.485+502

EDITORA DA UFPB

Cidade Universitária, Campus I – s/n

João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
www.editora.ufpb.br
editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Prefácio	7
OLHARES DIFERENCIADOS SOBRE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE	11
<i>Patrícia Alves Ramiro</i>	
NAS TRILHAS DE ROUSSEAU: A paisagem natural e os devaneios..	21
<i>Gustavo Cunha Bezerra</i>	
PAISAGENS PITORESCAS E PANORAMAS: A produção imagética no Brasil do novecentos (1817-1884)	39
<i>Eduardo Romero de Oliveira</i>	
A GOVERNAMENTALIDADE AMBIENTAL DO TURISMO	69
<i>Tristan Loloum</i>	
O USO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA TURISMO	93
<i>Danielli Cristina Granado</i>	
APELAÇÃO DE ORIGEM E MODALIDADE DE VALORIZAÇÃO DO VINHO ATRAVÉS DO TURISMO NA FRANÇA	119
<i>Marie France Garcia-Parpet</i>	
REPRESENTAÇÕES DA FAVELA ACIONADAS PARA O TURISMO: o caso da favela Vila Canoas, Rio de Janeiro	143
<i>Denise Mayume Pereira Kamada</i>	
<i>Patrícia Alves Ramiro</i>	
Sobre os autores:.....	167

DIÁLOGOS FRANCO-BRASILEIROS EM TORNO DO TURISMO: PREFÁCIO À GUIA DE PASSEIO

Luciana Chianca

Como um andarilho que parte para uma caminhada sem destino certo. Foi assim que comecei a leitura desse livro. Seu título, composto por três sugestivos substantivos (turismo, cultura, meio ambiente) me evocava experiências sensoriais, intelectuais e criativas que havia abordado em deslocamentos: viagens, visitas e nas diferentes migrações que realizei ao longo da vida.

Envolvida nessa desafiante aventura tal um viajante iniciático, comecei minha jornada em meio às inseguranças próprias dos encontros com o desconhecido, pois se o rumo era incerto, sabia que ele seria balizado por dois elementos centrais na experiência humana: a cultura e o meio ambiente. Senti-me provocada a deambular, pois gosto dos dois.

Não faltava nada na minha fecunda mochila imaginativa: espaços naturais, florestas e paisagens virgens da ação humana. Também sonhei com paragens habitadas, territórios e lugares marcantes, com cenários transformados pelas marcas do tempo, do homem e do não-humano. Fantasiei não-lugares, e até mesmo experiências de natureza *fake*! Para um turista criativo há tantas possibilidades quanto maiores forem as suas expectativas...

Pensando na cultura, me preparei para redescobrir pessoas, grupos, comunidades e sociedades que já conhecesse, e pensei que seria extraordinário encontrar novos povos, diferentes experiências de vida, outros desejos, dificuldades e sonhos. Já me via realizando encontros interculturais surpreendentes, cativantes e intrigantes, como vem acontecendo com turistas e hóspedes ao longo da história da humanidade. E não me decepcionei com a trilha que fiz, lendo esse livro.

Combinando turismo, cultura e meio ambiente, essa obra me levou a cidades e vilas, praias, morros, montanhas, favelas, lagos e lagoas, planícies, cidadelas medievais, estâncias hidrominerais, suaves declives e densas florestas tropicais. Seus lugares têm nomes ora brasileiros, como Pipa, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Amazônia, Minas Gerais, São Paulo, São Bernardo do Campo, Mato Grosso do Sul, Brasília ou Vila Canoas. Outras vezes tem sonoridades francesas, como Valais, Annecy, Bordeaux, Ilha de Saint-Pierre, Paris, Champagne, Bourgogne, Alsace, Cravant, Chinon, Vallée de la Loire.

Percorri linhas de ferro, trilhas, estradas, rios e cursos d'água, campos agrícolas, matas, parques e bosques, litorais, colinas, ruas de cidades, salões, restaurantes, bares, hotéis, residências e becos.

Entre os humanos, pude reencontrar como anfitriões ou hóspedes pessoas famosas e desconhecidas: Rabelais, Barão de Rio Branco, Auguste Deroy, forasteiros, mochileiros e visitantes, D. Pedro II, Jean-Jacques Rousseau, gestores públicos, eleitos políticos, comerciantes, construtores e empresários, os irmãos Couly, e moradores nativos, como a Sra. R. e o Sr. L.

Todas as evasões proporcionadas por este livro foram oportunizadas pela reflexão sobre textos literários e filosóficos, imagens pictóricas, observações diretas, pesquisas de campo, entrevistas, dados históricos e bibliográficos, apresentando a diversidade de abordagens

que Turismo, Cultura e Meio ambiente envolvem enquanto mobilizam pesquisadores de diferentes horizontes teóricos e intelectuais. E, passo a passo, a vereda foi se completando: é com saudade que o caminhante descobre que está encerrando seu percurso, chegando ao fim do livro.

Como na língua francesa onde não se distingue hóspede e anfitrião (todos os dois são *hôte*) temos aqui uma obra que empreende uma hospitalidade plena: só a virtude própria a uma acolhida sinceramente motivada poderia produzir este livro, onde franceses e brasileiros analisam Brasil, França, outros brasileiros e outros franceses. As combinações são surpreendentes: há franceses refletindo a França assim como o Brasil. Há também brasileiros pensando o Brasil e a França.

Esta condição aproximada dos nossos anfitriões/ autores revela a vitalidade dos laços, a potência dos diálogos interculturais e dos encontros intelectuais, também comuns à experiência turística. O intenso diálogo que eles realizam entre si testemunham a importância do exercício das acolhidas intelectuais e emocionais: unidos neste périplo esses generosos *hôtes* nos proporcionam uma emocionante aventura intelectual e, (por que não?) cultural, ambiental e turística.

João Pessoa, 17 de março de 2019

OLHARES DIFERENCIADOS SOBRE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE

Patrícia Alves Ramiro

Em 1950, segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), 25 milhões de pessoas se deslocaram em viagens internacionais. Em três décadas, levando-se em consideração as melhorias nos meios de transporte e o estabelecimento dos direitos trabalhistas, especialmente, o direito às férias remuneradas (DUMAZEDIER, 1979), o número passa para 278 milhões de viajantes. Com o barateamento das passagens aéreas e outros fatores socioculturais determinantes do ato de viajar (COOPER et. al., 2001; URRY, 2001), a quantidade de turistas pelo mundo não deixa de crescer significativamente, passando para 674 milhões de viajantes em 2000 e para quase 1,2 bilhões em 2015. Crescimento que é acompanhado de receitas significativas do ponto de vista econômico: de US\$ 2 bilhões, em 1950, para US \$ 104 bilhões, em 1980, US\$ 495 bilhões em 2000 e, US\$ 1.260 bilhões, em 2015 de receitas oriundas do turismo internacional mundial (UNWTO, 2016, p. 2).

Ao efetivar o contato entre pessoas de diferentes origens culturais, sociais e políticas, alguns pesquisadores, como Marie-Françoise Lanfant (1980) e Malcolm Crick (1989), por exemplo, abordam mudanças sociais decorrentes desse turismo mundial que escapam ao culto da dimensão econômica do turismo, o qual parece gerar certo consenso sobre seu

papel relevante no mundo financeiro contemporâneo. A complexidade do turismo abarca uma multiplicidade de possibilidades de interpretações para além da dimensão econômica, que caminham conforme referencial teórico e metodológico do pesquisador que o observa.

Esta coletânea apresenta um pouco da rica diversidade de possibilidades de olhares acadêmicos sobre o turismo ao trazer abordagens de pesquisadores brasileiros e franceses de diferentes áreas sobre temas que perpassam discussões ambientais e culturais relacionadas, direta e/ou indiretamente, ao turismo. Estudos de áreas como a Filosofia, História, Antropologia, Sociologia e Biologia compõem aqui uma contribuição ao debate multidisciplinar deste que, como afirma Krippendorf (2001), pode ser considerado como um fenômeno social representativo do mundo moderno.

O historiador norteamericano Daniel Boorstin (1992), ao se debruçar sobre a questão da construção das imagens, foi um dos pioneiros a problematizar, no início da década de 1960, a questão do turista moderno como resultante da construção de imaginários. Para ele, não havia “melhor ilustração de nossas exageradas expectativas como em nossas alterações em relação à viajar (BOORSTIN, 1992, p. 78)¹. A criação de tais expectativas geraria, segundo o autor, uma espécie de ciclo vicioso em busca de ilusões, que resultam no que denomina de “perda da arte de viajar”, na intenção de demarcar a diferenciação qualitativa entre o viajante e o turista. Este último, traduzido por uma experiência inventada repleta de um desejo insaciável pelo impossível, cujas imagens não corresponderiam mais a realidade.

Ainda que muito tempo se tenha passado desde essas primeiras observações, uma contribuição relevante deste pensamento se refere à

1 Tradução livre da autora.

compreensão de que o turismo necessita de um processo contínuo de construção e evocações de imagens que sirvam como vetores para esse tipo específico de mobilidade humana (AMIROU, 2012). Nesse sentido, podemos pensar que a própria segmentação do turismo e suas variadas tipologias: rural, cultural, de aventura, de experiência, etnoturismo, turismo religioso, etc., em constantes atualizações, fazem parte desta produção de imagens que dão significado (no sentido social, cultural e/ou político) ao desejo de deslocamento no tempo do lazer. Ao se entender o turismo como uma prática cultural da atualidade, a busca pelo entendimento multidisciplinar de diferentes maneiras de articulação entre o turismo, a cultura e o meio ambiente se apresenta como tema de extrema importância para a compreensão mais ampla do fenômeno.

Quando nos debruçamos sobre a questão do meio ambiente e do turismo, podemos pensar no conceito de viagens comercializadas como ecoturismo, segmento que associa a ideia do contato humano com ambientes naturais (SWARBROKE, 2000). A busca por um contato mais próximo com o meio ambiente natural, ou tido como tal (DIEGUES, 2008)², embora possa, à primeira vista, parecer coisa do mundo amplamente urbanizado destas primeiras décadas do século XXI, já estará presente de maneira intensa na obra do filósofo Jean-Jacques Rousseau no século XVIII.

Tal constatação é exposta no artigo de Gustavo Cunha Bezerra, *Nas trilhas de Jean-Jacques Rousseau: os devaneios e a paisagem natural*. Nele, o autor nos mostra como o filósofo setecentista expressa, em diversas

2 Para pensarmos sobre meio ambiente e turismo, atividade que se utiliza dos recursos naturais para atender às necessidades e interesses do mercado (CRUZ, 2007), devemos pensar no domínio natural e cultural da biodiversidade ou, até mesmo, numa etno-bio-diversidade, entendida como “a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-as, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira selvagem e intocada” (DIEGUES, 2008, p. 181).

passagens de suas obras, especialmente as autobiográficas, seu intenso prazer pelas caminhadas em meio à paisagem natural. Gosto que surge desde a juventude e o acompanha por toda vida, como se pode perceber ao acompanharmos a leitura de alguns trechos das *Confissões* e dos *Devaneios do Caminhante Solitário*. A montanha, o campo, a floresta ou um belo lago são os cenários sobre os quais Rousseau lança seu olhar contemplativo que admira a beleza do ambiente natural e lhe permite encontrar-se consigo mesmo. A sensibilidade com que o filósofo descreve os momentos em que desfruta desses prazeres contemplativos poderia, conforme defende Bezerra, ajudar na reflexão sobre as práticas contemporâneas que buscam valorizar uma “autêntica” relação do homem com a natureza, cada vez mais acionadas pelo marketing ecoturístico.

Dando sequência ao livro, o tema natureza e turismo permanece no texto do historiador Eduardo Romero Oliveira mas, desta vez, para apresentar como hipótese a ideia de que os regimes de visibilidade de algumas pinturas e fotos da *belle époque* (1872-1910) auxiliaram na elaboração de representações icônicas e valoração de locais com interesse turístico no Brasil contemporâneo. O autor analisa as pinturas de paisagens e vistas fotográficas produzidas por artistas e fotógrafos brasileiros e estrangeiros que registraram a natureza física, cidades e obras de engenharia no Brasil, no fim do século XIX, tendo como foco o estudo da produção visual e suas interações com outros saberes.

Tanto Bezerra, quanto Oliveira, nos auxiliam através da análise de considerações do passado para a compreensão da construção imaginária do presente no que se refere a relação entre paisagem, natureza e turismo.

Será o antropólogo francês Tristan Loloum, quem fará a passagem da discussão para uma situação atual ao abordar a relação entre questão moral, ambiental e turística. Seu artigo, *A governamentalidade ambiental do turismo*, apresenta resultados de pesquisa etnográfica realizada na praia

de Pipa, no Estado do Rio Grande do Norte, no qual analisa as relações entre as populações costeiras (na qual se mesclam nativos e forasteiros) e turistas com o meio ambiente e as instituições governamentais de proteção ambiental.

A interpretação pertinente de que conflitos ambientais se revelam na qualidade de conflitos morais, coloca em discussão os usos do ambientalismo acionados conforme posição ocupada pelo sujeito social. De um lado, os ideais ambientalistas servem, segundo interesses dos empresários do setor (em grande parte formado por pessoas da classe média-alta recém-chegadas à Pipa), para manter a exclusividade e a distinção cultural do destino. Por outro, servem para reivindicar a legitimidade territorial e histórica da população nativa. É através desta análise dos diferentes olhares sobre a natureza e dos discursos referentes ao turismo, determinados histórica e sociologicamente, que Loloum explica grande parte dos conflitos socioambientais que ocorrem dentro do espaço social da praia de Pipa.

Numa outra perspectiva, mas ainda refletindo sobre a dimensão ambiental do turismo, a bióloga Danielli Cristina Granado apresenta a discussão sobre a apropriação do turismo nos espaços naturais e construídos e a relação existente entre turismo e recursos hídricos. Enfoca o potencial que a água tem para atrair e congregar pessoas e apresenta os desdobramentos dessa interrelação, tanto para os ecossistemas, quanto para os usuários, sob a perspectiva da compatibilização dos usos múltiplos das águas, estabelecidos na Legislação Ambiental Brasileira.

A autora aborda, primeiramente, as transformações nas motivações para os deslocamentos em busca de fontes de água, que ocorrem desde a antiguidade e chega à época contemporânea, com o intensivo uso de praias litorâneas como produto turístico. A estreita relação entre recreação, turismo e recursos hídricos é analisada ainda sob a perspectiva

de diversificação dos ambientes explorados e da qualidade da água para este uso específico. Mostra também o panorama de degradação em que se encontram os recursos hídricos no Brasil e em outros destinos de “sol e praia”, apontando para a necessidade desafiadora de políticas integradoras que contemplem planejamento urbano, ambiental e turístico.

Tais artigos poderão contribuir para análise das relações entre sociedades e natureza(s), afinal há que se contextualizar o papel da cultura na construção da ideia de natureza que permeia as práticas materiais e simbólicas relacionadas à turistificação dos espaços, quer estejam localizados na cidade ou no campo.

Uma forma de analisar a reconstrução imaginária do rural, que o afasta de representações de um passado que o identificava com o atraso, isolamento, intempéries climáticas, passando a representar os sonhos citadinos de liberdade, de solidariedade, de beleza e de saúde (HERVIEU; VIARD, 1996; TALAVERA, 2000), pode ser visualizada no artigo da antropóloga francesa Marie-France Garcia Parpet. Em seu texto, a autora apresenta o processo de valorização presente na certificação de origem dos vinhos de Chinon, localizado no Vale do Loire, na França. O vinho aparece como um produto associado a afirmação de diferentes estilos de vida que situam os indivíduos no espaço social e que se vale de imagens culturais, muitas vinculadas ao turismo na região, que aparecem durante a institucionalização do mercado vinícola. Para a consolidação deste mercado, será fundamental a organização social e mobilização dos produtores da região em prol da construção da imagem da produção “tradicional” de seus vinhos e, nalguns casos, o acionamento de estratégias de venda direta nas propriedades e investimentos em hospedagem nas propriedades, nos chamados *chambres d'hôtes*, que são quartos alugados dentro da casa do produtor ou na proximidade³. O modelo de valorização

3 Sobre a oferta de hospedagens no meio rural francês, conferir Ramiro (2016).

dos territórios regionais, através das apelações de origem, ao associar paisagem e vinho, contribui para o fortalecimento de imagens acionadas para atração turística do lugar.

No Brasil, vemos, de maneira bastante similar, o espaço rural ser transformado simbolicamente a fim de atrair, tanto novos habitantes, quanto turistas dispostos a permanecer curtos períodos de tempo de lazer (ALMEIDA; RIEDL, 2000). Sendo assim, o trabalho aqui presente contribui para avanços dos estudos sobre as transformações do espaço rural, as quais passam a ocorrer, em ritmos diferenciados conforme o país, a partir das duas últimas décadas do século XX.

Para finalizar, do ponto de vista sociocultural o turismo envolve também o contato não apenas entre culturas em sentido mais amplo, mas também entre pessoas de estratos sociais distintos. O caso mais emblemático deste tipo de contato pode ser representado nesta coletânea pelo artigo de Denise Kamada e Patrícia Ramiro. Estudo etnográfico da hospedagem doméstica na favela Vila Canoas, no Rio de Janeiro que analisa o segmento sob a ótica dos agentes envolvidos na prestação do serviço, denominados por elas de moradores/anfitriões, dada a dupla dimensão dos receptores: “íntima/doméstica” e mercantil. São as práticas materiais e simbólicas acionadas por esses agentes sociais a matéria prima da análise apresentada. As representações presentes para o recebimento dos hóspedes/turistas e para construção dos discursos durante os depoimentos coletados mostram que, na percepção dos moradores/anfitriões, os estigmas associados às favelas brasileiras como locais de miséria, desorganização social e violência são silenciosamente rompidos pela atenção recebida desde o momento da chegada até a partida, pela mesa farta e pela apresentação da favela como símbolo de histórias de vida rememoradas com alegria e/ou saudosismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo rural**: ecologia, lazer e Desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

AMIROU, Rachid. **L'imaginaire touristique**. Paris: CNRS, 2012.

BOORSTIN, Daniel J. **The image**: a guide to pseudo-events in America. New York: Vintage Books, 1992.

COHEN, Erik. Towards a sociology of international tourism. **Social Research**, vol. 39 (1), p. 164-182, 1972.

COOPER, Chris et. al. **Turismo**: princípios e práticas. São Paulo: Bookman, 2001.

CRICK, Malcolm. Representations of international tourism in the social sciences: sun, sex, sights, savings and servility. **Annual Review of Anthropology**, nº 18, p. 307-344, 1989.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2ed. São Paulo: Roca, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ªed. São Paulo: HUCITEX, 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo : Perspectiva, 1979.

HERVIEU, Bertrand ; VIARD, Jean. **Au bonheur des campagnes** (et des provinces). Paris : Éditions de l'Aube, 1996.

LANFANT, Marie-Françoise. Introduction: tourism in the process of internationalization. **International Social Sciences Journal**, Vol. 32, n. 1, p. 14-43, 1980.

RAMIRO, Patrícia Alves. A reinvenção do rural pelo turismo: o caso dos gîtes rurais In: WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie. (orgs). **Ensaio sobre Antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal/ Brasília: Editora UFRN/ ABA Publicações, v.1, p. 437-492, 2016.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Turismo Cultural, Ecoturismo e Ética**. São Paulo: Aleph, 2000.

TALAVERA, Augustín Santana. O rural como produto Turístico: algo de novo brilha sob o sol? In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza (org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

UNWTO. **World Tourism Organization**. Tourism Highlights, 2016. Disponível em: <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418145>. Acesso: 05 de outubro de 2016.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel; 2001.

NAS TRILHAS DE ROUSSEAU: A paisagem natural e os devaneios

Gustavo Cunha Bezerra¹

J'aime à marcher à mon aise, et m'arrêter quand il me plaît. La vie ambulante est celle qu'il me faut. Faire route à pied par un beau temps, dans un beau pays, sans être pressé, et avoir pour terme de ma course un objet agréable ; voilà de toutes les manières de vivre celle qui est la plus de mon goût.²

Jean-Jacques Rousseau, *Les Confessions*.

A imagem de uma longa caminhada que perpassa por variadas paisagens naturais possui, atualmente, forte poder sedutor e ajuda a promover um grande setor do turismo, o ecoturismo. Evoca-se frequentemente a ideia do “contato com a natureza”, uma proximidade que seria fonte tanto de

1 Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com período- sanduíche na *Université Paris-Sorbonne IV*.

2 “Gosto de caminhar à vontade, de parar quando quero. A vida ambulante é que me devia caber. Caminhar a pé, com o bom tempo, em uma bela região, sem pressa, e ter no fim do caminho um objeto agradável, eis, entre todos os modos de viver, o que me parece mais agradável” (ROUSSEAU, 2008, p. 174)

tranquilidade, serenidade, “paz de espírito”, quanto de “aventuras radicais” ou, como se diz, “adrenalina”. Fica a critério do turista escolher o tipo de experiência que lhe convém, assim como o sentimento que o acompanha.

Não é objetivo desse trabalho realizar uma análise das formas contemporâneas de desfrutar experiências que se desenrolam no interior do cenário natural, muito menos examinar o comércio que gira em torno desse tipo de atividade. Entretanto, ao buscar em determinada literatura filosófica do século XVIII uma interessante fonte de difusão dos prazeres associados à proximidade com o ambiente natural, tal estudo poderá auxiliar na discussão sobre o apelo que as paisagens do campo, da floresta, da montanha, de uma praia deserta etc., exercem sobre o homem contemporâneo, especialmente o citadino. Não se trata apenas de buscar as origens do sentimento ecológico contemporâneo, mas, antes de tudo, de ouvir atentamente o convite rousseuista a uma relação autêntica e prazerosa com a natureza. O texto a seguir procurará, dessa forma, explorar o constante elogio rousseuista ao prazer que deriva da contemplação do “espetáculo da natureza”.

Algumas passagens biográficas do autor podem ajudar a apresentar um pouco sua forte inclinação a evadir e abandonar-se em meio às paisagens naturais. A juventude de Rousseau não foi das mais estáveis e tranquilas. Órfão de mãe desde o nascimento e com o pai distante (forçado a sair de Genebra), Rousseau começa a trabalhar nos primeiros anos da adolescência e apresenta uma profunda incompatibilidade com o seu destino. Primeiro, o “tedioso” e “insuportável” trabalho no cartório. Depois, a má sorte de cair nas mãos de um “violento” e “abrutalhado” mestre que lhe deveria ensinar o ofício de gravador. Descontente, o jovem Jean-Jacques, aos 16 anos, termina por abandonar Genebra. Depois de passar por Confignon, “a duas léguas de Genebra”, Rousseau parte para Annecy, “satisfeito por ter uma viagem”. Não é uma longa distância, e poderia ser percorrida em

apenas um dia, “mas não me apressei e gastei três dias” (ROUSSEAU, 2008, p. 66). Em Annecy, Rousseau encontra Mme. de Warens, católica recém-convertida encarregada de “tirar os outros dos erros de onde ela própria saiu” (ROUSSEAU, 2008, p. 65), conforme lhe havia dito o cura de Confignon. Mme. de Warens, com quem Rousseau estabelecerá uma intrigante relação, se deixa convencer a enviar o jovem expatriado para Turim, onde ele seria, enfim, convertido. Rousseau, encantado pela boa senhora e convencido de que “uma religião pregada por tais missionárias não poderia deixar de levar ao paraíso” (ROUSSEAU, 2008, p. 67), não desejava, evidentemente, afastar-se da bela católica. Por outro lado, sua vocação a andarilho o ajuda a aceitar a longa jornada: “(...) a ideia de uma grande viagem me acariciava a mania ambulatória, que já começava a se declarar. Parecia-me bom atravessar as montanhas, na minha idade, e me elevar acima de meus camaradas em toda a altura dos Alpes” (ROUSSEAU, 2008, p. 71).

O relato da viagem nas *Confissões* se inicia com uma reflexão a respeito de seu pai, como se os pensamentos de Rousseau já se colocassem em marcha logo após dar os primeiros passos da longa caminhada. O genebrino recorda-se então de como concluiu uma “grande máxima de moral”³, e de como ele permaneceu fiel a essa máxima moral em momentos importantes de sua vida. Reflexão filosófica combina-se, aqui, perfeitamente com o ato de caminhar, algo que Rousseau expressa diretamente nas *Confissões*: “não posso meditar senão caminhando; assim que eu paro não penso mais, e minha cabeça só anda com os meus pés” (ROUSSEAU, 2008, p. 375). No fragmento autobiográfico *Mon portrait*,

3 “(...) a única talvez em uso na prática, de evitar as situações que põem nossos deveres em conflito com os nossos interesses e que nos mostram o nosso benefício nos males de outrem” (ROUSSEAU, 2008, p. 72-3).

Rousseau acrescenta à mesma ideia o desgosto de ter que escrever sentado diante de uma mesa:

Eu nunca faço nada senão ao caminhar (à *la promenade*), o campo é o meu gabinete; o aspecto de um mesa, de papel e de livros me entediam, o aparelho do trabalho me desencoraja, se eu sento para escrever não encontro nada, e a necessidade de ter espírito o retira de mim. (ROUSSEAU, 1959, p. 1128)

A narrativa das *Confissões*, sobre a viagem a Turim, retoma justamente essa fusão ideal entre o movimento do pensamento e o das pernas. A descrição da viagem é permeada por reflexões, cortadas por pequenas descrições sobre a viagem e seus acompanhantes. Para encerrar aquela primeira reflexão sobre sua “grande máxima de moral”, Rousseau adverte: “Mas são reflexões demais para um viajante. É preciso retomar o caminho” (ROUSSEAU, 2008, p. 73). O tema retorna brevemente para a viagem antes de Rousseau lançar algumas considerações sobre seu guia de caminhada: sua aparência, história de vida assim como sobre sua esposa (que também os acompanhava). Considerações que são rapidamente interrompidas: “Caminhava, pois, alegremente (...)”.

A lembrança desses dias de viagem é acompanhada pela nostalgia: “Eu estava, de corpo e espírito, na situação em que mais feliz me sentira (...). Jovem, vigoroso, sadio, cheio de segurança, de confiança em mim e nos outros(...)” (ROUSSEAU, 2008, p. 74). É justamente esse sentimento prazeroso que permite ao jovem viajante perceber a beleza da paisagem: “estava nesse curto, mas precioso momento da vida, em que a plenitude expansiva nos prolonga o ser, por assim dizer, a todas as sensações, e embeleza a nossos olhos a natureza inteira com o encanto da nossa existência” (*idem*). A força, esperança e projetos da juventude, somadas à imaginação, tornam a paisagem uma garantia “da felicidade próxima”

(*idem*). Rousseau encontra nessas recordações a origem do seu gosto pelas longas caminhadas⁴:

Essa lembrança deixou-me um pronunciado amor por tudo o que a ela se ligue, especialmente pelas montanhas e pelas viagens a pé. Só viajei a pé nos meus dias felizes (...). eu só sentia o prazer de andar, sofria apenas a necessidade de chegar. (ROUSSEAU, 2008, p.75)

No romance epistolar *A Nova Heloísa*, que fez imenso sucesso no século XVIII, Rousseau expressa, através do personagem Saint-Preux, sua atração pela paisagem montanhosa, assim como por seus habitantes. O cenário são as montanhas do Valais, uma “região ignorada” que “merece os olhares dos homens e que não lhe falta, para ser admirada, senão espectadores que saibam vê-la” (ROUSSEAU, 1994, p. 79).

Sabe-se que, na literatura setecentista, ocorre uma profunda transformação quanto à percepção sobre a montanha, que passa, a partir de então, a ser valorizada esteticamente, movimento que encontra na obra rousseauísta um importante impulso. “Antes do século XVIII, a montanha parecia inacessível, cheia de perigos, insuperável. (...) Ela é percebida como um obstáculo para as comunicações, com abismos insondáveis que assustam a imaginação” (LEROUX, p.21). Por outro lado, se a montanha torna-se algo atrativo nesse momento, isso se deve justamente ao seu aspecto “horrrível”, como salienta Starobinski: “Antes, os precipícios eram medonhos e pouco interessavam; agora, continuam medonhos, mas atraem as almas inquietas que procuram a emoção estética do medo” (p.181).

A diversidade e grandeza dos objetos que compõem a paisagem montanhosa impressionam a alma sensível do herói de *A Nova Heloísa*:

⁴ Gosto este que lhe inspirou mais tarde um projeto frustrado de “consagrar cinquenta luíses e um ano de vida” para fazer “a volta da Itália, a pé, sem nenhuma equipagem afora um moço que levasse conosco um saco de noite” (ROUSSEAU, 2008, p.75).

“Queria devanear e era sempre distraído por algum espetáculo inesperado” (p. 81). “Imensas rochas”, “altas e ruidosas cascatas”, um “abismo cuja profundidade os olhos ousavam sondar”, são esses os objetos que encantam os olhos de Saint-Preux. Não se trata, certamente, de uma doce e calma contemplação – tal como o caminhante solitário deitado a beira do lago – mas de uma admiração que se espanta constantemente com aquilo que vê:

Imaginei a variedade, a grandeza, a beleza de mil surpreendentes espetáculos, o prazer de somente ver ao seu redor objetos absolutamente novos, (...) de observar, em certo sentido, uma outra natureza e de encontrar-se num novo mundo. (...) enfim, o espetáculo tem um não sei quê de mágico, de sobrenatural, que arrebatava o espírito e os sentidos. (ROUSSEAU, 1994, p. 83-4).

Apesar da intensa atividade sensorial na qual a atenção do observador é dirigida para diferentes objetos que despertam sua admiração, o efeito da experiência na montanha é de calma: “Durante a primeira jornada, atribuí aos adornos dessa variedade a calma que sentia renascer em mim” (ROUSSEAU, 1994, p. 82). Saint-Preux percebe, entretanto, outra causa da transformação de seu humor e da “paz interior” que sentiu nesses dias:

Com efeito, é uma impressão geral que experimenta todos os homens, embora nem todos o observem, que sobre as altas montanhas, onde o ar é puro e sutil, sentimos em nós a respiração mais fácil, o corpo mais leve, maior serenidade de espírito; os prazeres lá são menos ardentes, as paixões mais moderadas. As meditações tomam não sei que caráter grande e sublime, proporcional aos objetos que nos impressionam. (ROUSSEAU, 1994, p. 83)

A montanha, entretanto, não é o único cenário que lhe permite as meditações *grandes* e *sublimes*. Quando o concurso da Academia de Dijon, em 1753, questiona: “Qual a origem da desigualdade entre os

homens e será ela permitida pela lei natural?”, Rousseau, depois de ter ganhado a edição anterior do mesmo concurso com o *Discurso sobre as Ciências e as Artes*, resolve sair de Paris e recolher-se na floresta de Saint-Germain, na qual “procurava e encontrava as imagens dos primeiros tempos” (ROUSSEAU, 2008, p. 354). Rousseau, envolvido pela paisagem silvestre, dedica-se então a desvelar a natureza do homem e a traçar a história que o afastou do seu estado primitivo, uma tarefa movida pelas “contemplações sublimes” que elevam a alma do filósofo “aos pés da divindade” (ROUSSEAU, 2008, p. 355).

Não é difícil encontrar nos textos de Rousseau a ideia de que a contemplação da natureza permite perceber nela os traços de seu *divino Autor* – levando, certamente, à proximidade entre as noções de Deus e natureza –, entretanto, ressaltaremos aqui apenas a afinidade que o ambiente natural exerce sobre Rousseau, uma atração que é sempre associada aos sentimentos de admiração, quietude e de encontro consigo mesmo; algo que lhe seria inatingível em meio à agitação da cidade.

Existe sempre em Rousseau a representação das grandes cidades como ambiente perturbador, cujo constante tumulto seria a fonte da inquietação dos cidadãos e, por outro lado, a vida no campo é associada à ideia de tranquilidade, proveniente da própria vocação humana: “os homens não são feitos para serem amontoados em formigueiros, mas para se espalharem pela terra que devem cultivar. Quanto mais se reúnem, mais se corrompem” (ROUSSEAU, 1999, p. 41). Dessa forma, poderia se concluir que seria uma importante tarefa da sociedade moderna aprender a apreciar os prazeres do mundo rural. Mas não é fácil se desfazer das falsas distrações e diversões, oferecidas nas grandes cidades, que tornam seus habitantes insensíveis a qualquer outro tipo de vida que não lhe proporcione tantas ocupações, mesmo que estas terminem por entediá-los, e por isso mesmo se pode dizer que são *falsas* distrações. Podemos

encontrar esse tipo de pensamento na *Nova Heloísa* (1994, p.519), quando Rousseau afirma que:

As pessoas da cidade não sabem amar o Campo, nem mesmo sabem viver nele; mal sabem o que se faz quando aqui estão. Desprezam seus trabalhos, seus prazeres, ignoram-nos, estão em casa em país estrangeiro, não me espanto por não se sentirem bem. É preciso ser camponês na aldeia ou não ir, pois que se vai lá fazer? Os habitantes de Paris que pensam ir para o campo, não vão, carregam Paris consigo. Os cantores, os pedantes, os autores, os parasitas são o cortejo que os segue. O jogo, a música, o teatro são lá sua única ocupação. Sua mesa é abundante, como em Paris, comem as mesmas horas, são servidos os mesmos pratos, com o mesmo aparato, fazem apenas as mesmas coisas; era preferível ficar pois, por mais rico que se possa ser e por maiores cuidados que se tenha tomado, sentem-se sempre alguma privação e não se poderia trazer Paris inteira. Assim, fogem desta variedade que lhes é tão cara, conhecem sempre apenas uma maneira de viver e dela se entediam sempre.

Nesse embate entre a vida no campo e na cidade, Rousseau posiciona-se como aquele que soube apreciar a proximidade com a natureza, sempre acessível no ambiente rural, e que nunca teria conseguido adaptar-se completamente à vida citadina. Sobre a sua estadia em Paris, Rousseau declara:

Desgostoso dessa vida tumultuosa, comeci a suspirar ardentemente pela volta da minha estada no campo. E vendo que minha profissão não me permitiria morar lá, para lá corria assim que tinha algumas horas livres. Durante muitos meses, depois do jantar, ia passear sozinho no bosque de Boulogne, meditando em assuntos de livros, e só voltava à noite (ROUSSEAU, 2008, p. 355-6).

Enquanto frequentava os espetáculos da “alta sociedade”, a lembrança dos passeios solitários nos bosques distraía e entristecia, ao

mesmo tempo, esse sujeito que não conseguia encontrar seu lugar numa sociedade cujas normas de conduta definiam um jogo de aparências perfeitamente teatral, no qual as verdadeiras relações afetivas permaneciam uma quimera.

A incompatibilidade de Rousseau com a vida parisiense o levará a buscar, definitivamente, uma vida recolhida em meio aos “prazeres campestres”. Quando sua então amiga, a Sra. d’Épinay, lhe oferece uma pequena casa na floresta de Montmorency, Rousseau, que planejava retornar para Genebra, não recusa a oferta e decide se instalar nesse lugar que ele denominou de Ermitage⁵. “Foi a 9 de abril de 1756 que deixei a cidade para nunca mais lá morar”⁶ (2008, p. 369), declara Rousseau ao descrever o momento em que ele se muda para o Ermitage, sempre preocupado em ressaltar o autêntico vínculo que ele possui com o ambiente rural, assim como o prazer de se afastar da vida tumultuada da cidade e encontrar na solidão a tranquilidade que lhe faltava. O genebrino não esconde também sua irritação quanto aos *philosophes* e afirma que fez essa mudança “debaixo das vaías da roda holbachiana, que predizia em voz alta que eu não suportaria nem três meses de solidão, e que depressa me veriam voltar, envergonhado, para viver com eles em Paris” (2008, p. 367).

Rousseau faz uma interessante reflexão de como o sucesso da sua carreira literária, que o estabeleceu na capital francesa e o inseriu no círculo dos principais pensadores do século XVIII, o transformou completamente. Seguro de suas ideias combativas, que expunham a loucura da “doutrina dos

5 Nas *Confissões*, Rousseau afirma que conheceu seu futuro retiro durante um passeio em companhia da Sra. d’Épinay: “Este lugar solitário e muito agradável me impressionara (...). E, no meu entusiasmo, escapou-me esta frase: “Ah, senhora, que moradia deliciosa! Esta aí um asilo feito para mim!”. A Sra. d’Épinay não retrucou nada a minha exclamação”. Passado algum tempo, a amiga de Rousseau o leva ao mesmo lugar, mas onde havia, agora, “uma casinha quase inteiramente nova”. Vendo a surpresa de Rousseau, a Sra. d’Épinay lhe diz: “Esta aí o seu asilo, meu urso; foi você que escolheu, é a amizade que o oferece” (p. 361)

6 Rousseau escreve essa parte das *Confissões* antes de 1770, quando volta a morar em Paris.

nossos sábios, e a opressão e miséria na nossa ordem social” (2008, p.380), nosso autor deixa de ser “aquele homem tímido, mais envergonhado que modesto, que não ousava nem se apresentar nem falar; que uma pilhéria desconcertava, que um olhar de mulher fazia corar” (2008, p. 381). A nova vida de escritor, que acreditava ser aquele que erradicaria os erros por ele denunciados, lhe torna “audacioso, altivo, intrépido”. Estaria aí, para Rousseau, “a fonte da minha súbita eloquência; eis donde se espalhou, nos meus primeiros livros, esse fogo verdadeiramente celeste que me abrasava, e do qual durante quarenta anos não apareceu a menor centelha porque ele não acendera ainda” (*idem*). Esse período de intensa e segura combatividade, que teria durado quatro anos, começou a extinguir justamente quando Rousseau mudou-se para a floresta de Montmorency, pois:

o espetáculo dos vícios da grande cidade deixou de alimentar a indignação que me inspirara. Quando não vi mais os homens, deixei de desprezá-los; quando não vi mais os maus, deixei de odiá-los(...). Esse estado mais doce, mas muito menos sublime, amorteceu depressa o ardente entusiasmo que me transportara tanto tempo, e, sem que ninguém percebesse, quase que sem que eu próprio o percebesse, tornei-me receoso, complacente, tímido; em uma palavra, o mesmo Jean-Jacques que fora antes. (*idem; ibidem*)

Rousseau reencontra-se, dessa forma, com sua própria natureza, e a causa de tal conquista são os prazeres oriundos das agradáveis impressões sensoriais proporcionadas pelo ambiente bucólico que o rodeia: “Aquele lugar mais solitário que selvagem me transportava em imaginação ao fim do mundo. Tinha certas belezas comovedoras que quase não se encontram perto das cidades, e (...) ninguém poderia imaginar que estava apenas a algumas léguas de Paris” (2008, p. 369). Era justamente esse tipo de sensação que o amante da natureza tanto desejava quando estava na capital francesa, e, logo

que chega ao Ermitage, não é outra coisa que ele busca: “Em vez de começar a me arranjar para o trabalho, comecei a me preparar para os passeios, e não houve uma vereda, uma mata, um bosque, um recanto ao redor da minha casa que eu não percorresse logo no dia seguinte” (*ibidem*).

Quando Rousseau retomou os trabalhos, durante sua estadia no Ermitage, uma das obras que planejava escrever versaria sobre como as impressões dos objetos exteriores afetam a vida interior de tal forma que são capazes de alterar profundamente o comportamento humano. Essa obra, denominada *Moral Sensitiva ou o Materialismo do Sábio*, defenderia o estabelecimento de “um regime exterior que, variado segundo as circunstâncias, poderia pôr ou manter a alma no estado mais favorável à virtude” (ROUSSEAU, 2008, p. 374). Rousseau acreditava poder, de certa forma, desenvolver moralmente a conduta humana ao controlar as sensações às quais as pessoas estariam sujeitas. O fundamento deste raciocínio está na ideia de que mesmo as grandes transformações dos homens:

[...] dependiam, em grande parte, da impressão anterior de objetos exteriores, e que, modificadas continuamente pelos sentidos e pelos órgãos, nós trazíamos, sem o perceber, nas nossas ideias, nos nossos sentimentos, nas nossas próprias ações, o efeito dessas modificações. (...) Os climas, as estações, os sons, as cores, a escuridão, a luz, os elementos, os alimentos, o barulho, o silêncio, o movimento, o repouso, tudo atua sobre a nossa máquina, e por consequência sobre a nossa alma (ROUSSEAU, 2008, p. 374).

Controlar as sensações resultaria, dessa forma, na definição do tipo de sentimento que seria derivado destas, o que repercutiria, por sua vez, na disposição moral do sujeito⁷. Tais conclusões são obtidas através de uma

7 Apesar de Rousseau não ter levado a cabo o projeto da *Moral Sensitiva*, pode-se perceber esse mesmo pensamento em outras de suas obras. Basta lembrar a preferência em situar a educação de Emilio no ambiente campestre, mais propício ao desenvolvimento moral da criança.

sondagem interior, como se pode perceber quando Rousseau, ainda sobre a sua temporada no Ermitage, lembra com alívio o fato de não estar em Paris no momento em que, durante um período turbulento da sociedade francesa, o rei Luis XV foi vítima de uma tentativa de assassinato: “(...) como agradei ao céu por me ter afastado desses espetáculos de horror e crime, que só fariam aumentar, alimentar, o humor bilioso que o aspecto das desordens públicas me dera! Enquanto só vendo em redor do meu retiro objetos doces e risonhos, meu coração só se entregava a sentimentos amáveis” (ROUSSEAU, 2008, p. 399).

A própria atividade de escritor permanece, de certa forma, submetida às agradáveis impressões sensoriais. Munido de lápis e papel, Rousseau passeava pela floresta de Montmorency, que lhe servia agora de “gabinete de trabalho”, pois, como diz o caminhante solitário, “só posso meditar caminhando; assim que paro, não penso mais, e minha cabeça só anda com os pés” (ROUSSEAU, 2008, p. 375).

Nos últimos anos de vida, essa relação entre a caminhada e a reflexão permanece ainda mais forte. A partir de 1776, Rousseau inicia seu último trabalho literário, *Os Devaneios do Caminhante Solitário*. Nas primeiras páginas desta obra, ele procura expor os motivos de ainda querer escrever. Certamente, o tema central dos *Devaneios* é o olhar para si mesmo: “Consagro meus últimos dias a estudar-me a mim mesmo”, a “conversar com minha alma”, (ROUSSEAU, 1995, p. 26) como diz o próprio autor. Apesar de ser uma temática extremamente interessante, não cabe a este trabalho desenvolvê-la. Entretanto, a forma que Rousseau encontra para realizar a tarefa de meditar sobre si mesmo, isso nos interessa diretamente, pois essa investigação não é feita em outro momento senão durante suas caminhadas diárias. Com mais de sessenta anos, Jean-Jacques resolve fixar “pela escrita” os devaneios que surgem em sua mente enquanto passeia. “Estas folhas não serão de fato senão um informe jornal de meus devaneios. Nelas, tratar-se-á

muito de mim (...). De resto, todas as ideias estranhas que me passam pela cabeça, ao caminhar, nelas encontrarão igualmente seu lugar” (*idem*). Ao voltar-se para si mesmo, Rousseau encontra grande satisfação em recordar-se dos momentos em que pôde dedicar-se as doces contemplações em meio à paisagem silvestre.

Nos *Devaneios*, mais precisamente na *Quinta caminhada*, Rousseau recorda-se nostálgicamente dos dois meses em que permaneceu na ilha de Saint-Pierre, entre setembro e outubro de 1765, durante um longo período em que ele foi obrigado a realizar constantes mudanças, fugindo à condenação, em Paris e Genebra, do *Contrato Social* e do *Emílio*. Depois de ter sua casa apedrejada em Motiers, o escritor perseguido procura na ilha de Saint-Pierre um retiro que estaria conforme o seu “gênio solitário e preguiçoso”, onde ele poderia se entregar “às doçuras do ócio e da vida contemplativa”, como relata nas *Confissões* (p. 575). Essa ilha, localizada no lago de Biemme, de “mais ou menos meia légua de circunferência”, era ornada por “campos, videiras, bosques, pomares, ricas pastagens sombreadas por bosquezinhos e rodeadas por toda espécie de arbustos cujo frescor é mantido pela margem das águas” (ROUSSEAU, 1995, p.72).

Mais uma vez, Rousseau busca o isolamento. Agora, numa ilha que possui apenas uma casa, com um habitante. Lugar pouco conhecido e com poucos visitantes: “Como não há, nessas felizes margens [do lago de Biemme], grandes e cômodas estradas para as carruagens, a região é pouco frequentada pelos viajantes” (ROUSSEAU, 1995, p.71); importante qualidade esta para Rousseau, que encontra aí o ambiente perfeito para os “contemplativos solitários que gostam de se inebriar à vontade com os encantos da natureza e de recolher-se num silêncio apenas perturbado pelo grito das águias, pelo gorjeio entrecortado de alguns pássaros e o rumor das torrentes que caem da montanha” (*idem*).

Ainda sobre a descrição das características desta região, vale destacar o fato de Rousseau utilizar a palavra “romântica”⁸ ao se referir às margens do lago de Bienne. O autor setecentista, considerado precursor do romantismo, utiliza aqui, pela primeira vez, essa palavra. De acordo com Marcel Raymond, neste período o termo *romântico* “não se aplica aos personagens ou aos seus atos, mas somente à paisagem, ele designa certa qualidade pitoresca na paisagem, um pitoresco tocante, sugestivo, onde o homem acredita reencontrar suas emoções, e singularmente sua melancolia” (1959, p. 1794). Rousseau encontra nesse tipo de ambiente um lugar ideal de repouso, onde se pode devanear livremente “sem ter o trabalho de pensar” (ROUSSEAU, 1995, p. 75), onde se pode desfrutar da ociosidade desprovida de qualquer inquietação – a não ser a de ser retirado deste pequeno paraíso. O escritor se delicia em deixar seus “livros bem encaixotados e de não ter escrivantina”, e resolve trocar as “melancólicas papeladas” pela botânica, atividade que dá “apenas o trabalho de que gosta um preguiçoso” (ROUSSEAU, 1995, p. 73). Rousseau percebe que sua sensibilidade à paisagem campestre se distingue da maioria dos homens que, “agitados por paixões contínuas”, conhecem pouco sobre o estado de êxtase contemplativo a que o ocioso Jean-Jacques atinge durante seus passeios pela ilha. Por outro lado, “na presente constituição das coisas”, não seria bom que os homens “adquirissem aversão pela vida ativa, da qual suas sempre novas necessidades lhes prescrevem o dever” (ROUSSEAU, 1995, p. 76). A ociosidade deles poderia, dessa forma, levar ao esquecimento de seus deveres morais perante a sociedade. “Mas um infeliz que foi separado da sociedade humana e que nada mais pode fazer de útil de bom, na terra, para os outros e para si mesmo” (ROUSSEAU, 1995, p.76 e 77), esse homem, enfim, pode encontrar na ociosidade contemplativa uma

8 “As margens do lago de Bienne são mais selvagens e *românticas* do que as do lago de Genebra (...)” (ROUSSEAU, 1995, p.71).

compensação pelo injusto exílio que lhe foi imposto. Rousseau justifica, assim, o problema moral que poderia ser atribuído à sua tão desfrutada ociosidade.

Além das frequentes caminhadas “entre Salgueiros, Amieiros, Perspicárias, por toda espécie de arbustos”, Rousseau aproveita-se das águas do lago e, quando estavam calmas, se dirigia sozinho de barco até o centro do lago, onde “estendendo-me completamente no barco, com os olhos voltados para o céu, deixava-me estar e derivar lentamente ao sabor da água, algumas vezes durante várias horas, mergulhado em mil devaneios confusos mas deliciosos” (1995, p. 74). Outras vezes, permanecia sentado na margem do lago vendo e escutando o harmonioso e contínuo fluxo e refluxo da água, o que bastava “para me fazer sentir com prazer minha existência sem ter o trabalho de pensar” (1995, p. 75). O ambiente natural ao redor do ocioso contemplador lhe permite *sentir sua própria existência*, conceito fundamental para tentar compreender o tipo de devaneio a que Rousseau se entrega quando está diante de uma paisagem bucólica. Mas do que se trata o sentimento de existência? O caminhante solitário responde o identificando com a felicidade:

se há um estado em que a alma encontra um apoio bastante sólido para descansar inteiramente e reunir todo o seu ser, sem precisar lembrar o passado nem avançar para o futuro; em que o tempo nada é para ela, em que o presente dura sempre sem contudo marcar sua duração e sem nenhum traço de continuidade, sem nenhum outro sentimento de privação nem de alegria, de prazer nem de dor, de desejo nem de temor, ao não ser o de nossa existência e em que esse único sentimento possa preenchê-la completamente, enquanto esse estado dura, aquele que o vive pode ser chamado feliz, não de uma felicidade imperfeita, pobre e relativa, como a que se encontra nos prazeres da vida, mas de uma felicidade suficiente, perfeita e plena, que não deixa na alma nenhum vazío que sinta a necessidade de preencher. (ROUSSEAU, 1995, p. 76)

Nos textos autobiográficos de Rousseau, tais momentos privilegiados são sempre associados à contemplação da natureza, aos estímulos sensoriais provindos da vegetação, dos pássaros, da água etc. A harmonia dos três reinos oferece ao homem “um espetáculo cheio de vida, de interesse e de encanto, o único espetáculo no mundo que seus olhos e seu coração não se cansam nunca” (ROUSSEAU, 1995, p. 93). E ainda que Rousseau admita a possibilidade de realizar o devaneio, através da imaginação, até mesmo na Bastilha, “é preciso confessar que isso acontecia muito melhor e mais agradavelmente numa ilha fértil e solitária, naturalmente circunscrita e separada do resto do mundo, onde apenas se me ofereciam imagens alegres” (ROUSSEAU, 1995, p.77). Tais imagens, entretanto, não causam o mesmo efeito naqueles que são incapazes de apreciá-las. É necessário, portanto, além do repouso, a alma sensível daquele que dirige seu olhar para as belezas da paisagem natural, pois “quanto maior for a sensibilidade de sua alma, mais o contemplador se entregará aos êxtases que excita nele essa harmonia” (ROUSSEAU, 1995, p. 93).

Conforme visto acima, Rousseau declara-se portador dessa sensibilidade que o move sempre em direção a um ambiente selvagem no qual a natureza lhe aparece como detentora de um poder fortemente terapêutico, na medida em que é lá que o filósofo satisfaz sua constante busca pelo repouso tranquilo e sereno que o permite, no fim das contas, o encontro consigo mesmo. Tal como o homem natural, do *Discurso sobre a desigualdade*, ao viver em meio a natureza, Rousseau sente-se livre e independente. Essa é a fuga que resta ao homem civilizado, separado da natureza por um longo processo de construção da sociedade que termina por estabelecer um tipo de vida citadina moralmente condenável.

Opondo-se ao tumulto corrupto das grandes cidades, o homem sensível encontra nas imagens do cenário silvestre os verdadeiros prazeres

que lhe permite estabelecer para si uma vida boa e feliz. O homem preguiçoso, que substituiu o pensamento pelo devaneio, encontra aí o lugar para se entregar a uma saudável ociosidade, longe dos compromissos e do constante dever de corresponder às demandas dos outros. Com seus constantes elogios à vida recolhida nos lugares distantes e selvagens, Rousseau desenha uma espécie de paraíso terrestre desfrutável somente para aqueles que o reconhecem como tal.

Passados mais de trezentos anos do nascimento do filósofo genebrino, a sedução exercida pela paisagem natural difundiu-se imensamente. De melancólicos misantropos a aventureiros radicais, de amantes apaixonados da vida rural a burgueses citadinos, ninguém parece estar livre desse forte apelo, que assume imagens diversas (a montanha, a praia deserta, o campo etc.), mas que é quase sempre associado ao sentimento de evasão, mesmo que temporária, de um estilo de vida opressor e tenso.

Tranquilidade, beleza, repouso, a busca por si mesmo: não seria geralmente atrás disso que corremos quando pensamos numa viagem cujo destino é a experiência com ambiente natural? Nesse ponto, nosso rousseauísmo é inegável.

REFERÊNCIAS

LEROUX, Anne-Laure. **La représentation de la haute montagne entre Lumières et Romantisme** : le cas atypique de l'Oisans dans la découverte des Alpes. Dissertação de Mestrado, sob a orientação de Gilles BERTRAND. Université Pierre Mendès-France, Grenoble, 2010. Disponível no sítio: <http://dumas.ccsd.cnrs.fr> (Acessado em agosto de 2016).

RAYMOND, Marcel. Notes et variantes (Les Rêveries du Promeneur Solitaire). In: **Oeuvres complètes de Jean-Jacques Rousseau**.

Bibliothèque de la Pléiade, Tome I, Paris, Gallimard, 1959. p. 1763-1832.

ROUSSEAU, J.-J. Mon Portrait. In: **Oeuvres complètes de Jean-Jacques Rousseau**. Bibliothèque de la Pléiade, Tome I, Paris, Gallimard, 1959. p. 1120-1129.

_____. **Confissões**. Tradução: Rachel de Queiroz (livros I a X) e José Benedicto Pinto (livros XI e XII). Bauru, SP: EDIPRO, 2008.

_____. **Os Devaneios do Caminhante Solitário**. Tradução: Fúlvia Maria Luiza Moretto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ªed., 1995.

_____. **Júlia ou A Nova Heloísa**. Tradução: Fúlvia Maria Luiza Moretto. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. **Emílio**: ou da Educação. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STAROBINSKI, J. **A invenção da liberdade**. (F. M. Moretto, Trad.) São Paulo: Editora UNESP, 1994.

PAISAGENS PITORESCAS E PANORAMAS: A produção imagética no Brasil do novecentos (1817-1884)

Eduardo Romero de Oliveira¹

Uma diversidade de imagens pictóricas e fotográficas sobre o Brasil acompanharam a circulação de viajantes e recreacionistas em diferentes pontos do país durante o século XIX. O objetivo deste texto é analisar as pinturas de paisagens e vistas fotográficas produzidas por artistas e fotógrafos brasileiros e estrangeiros que registraram a natureza física e cidades do Brasil ao longo do Novecentos.

Num certo aspecto, nos acercamos de uma bibliografia recente e cada vez maior que trata a iconografia brasileira do século XIX como fato cultural e não apenas estético (BELLUZZO, 2000; MATTOS, 2004; MIGLIACCIO, 2008; SCHWARCZ, 2003, 2008, 2009). Contudo, não o fazemos no sentido de historiar a construção da identidade nacional, nem por apologia ou como topos de crítica. Nosso interesse tem foco no estudo sobre uma produção visual e suas interações com a produção

¹ Professor Assistente Doutor na Universidade Estadual Paulista - UNESP. Graduado em História (UNICAMP), mestre em História (USP) e doutor em Filosofia (USP). E-mail: eduardo.romero@unesp.br .

de outros saberes. Nossa hipótese é a de que, por consequência dessas interações entre regras pictóricas e procedimentos científicos, foram produzidas algumas pinturas, litogravuras e fotos que ajudaram a elaborar representações icônicas que no século XX se prestaram à divulgação turística sobre o Brasil. Contudo, acreditamos que isso não ocorreu de modo linear e atemporal, como resultado de um acúmulo secular de imagens, portanto é preciso considerar os diferentes padrões de representação visual e suas vigências.

PAISAGENS EXÓTICAS DAS TERRAS DA AMÉRICA: interações entre pintura e linguagem

Ressalvamos inicialmente que a pintura de paisagem tem sua história particular como um gênero próprio na pintura, com suas regras visuais e técnicas, seus principais expoentes e temáticas. Assim, por exemplo, no pictórico medieval, os seres e locais eram dispostos no mundo criado por Deus ou reconhecíveis nos topos da retórica da Antiguidade. Ainda no Setecentos, segundo essa concepção medieval do exótico, os seres e locais (idílicos ou naturais) eram representados inseridos numa cartografia dos territórios dos reinos e por meio do detalhamento naturalista da fauna e flora. Essa concepção contribuía para representações de uma paisagem edênica das terras do Brasil (HOLANDA, 1994).

A alegoria era outro tópos recorrente nas pinturas desse período. Eram codificações visuais de ideias, valores éticos ou sentimentos, que foram sistematizadas por Cesare Ripa em *Iconologia* (1593), segundo o modelo da retórica antiga. Os pintores holandeses Franz Post (1608-1669) e Albert Eckhout (1610-1665) produziram pinturas e esboços nas terras americanas durante o governo holandês de Maurício de Nassau na capitania de Pernambuco. As pinturas de Post, feitas a partir de 1637 durante sua estada (1637-1644), trazem uma caracterização da fauna,

flora e geografia do Nordeste. Eckhout produziu imagens de indígenas que seriam utilizadas para decoração da casa de Nassau. Dentro da tradição naturalista holandesa, realizaram composições idealizadas e com alegorias (BELLUZZO, 2000, vol. 1, p. 121-126).

Em fins do século XVII, as paisagens de Franz Post e os retratos de Albert Eckhout serviram de referências às matrizes utilizadas para confeccionar as tapeçarias *Teinture des Indies* (1692-1723), da *Manufacture des Gobelins* (BELLUZZO, 2000). Tanto as figuras humanas quanto as espécies de fauna e flora presentes nas tapeçarias, formavam um grande elenco de motivos que foram recuperados das composições pictóricas de Post e Eckhout. Contudo, tanto nos pintores flamengos quanto naquelas tapeçarias, muitos animais e figuras derivam mais da tradição de arte europeia do que são mera reprodução fiel da natureza do nordeste brasileiro do Setecentos (BREMER-DAVID, 1994). Na tapeçaria *Les Deus Taureaux* (Paris, 1793), há não apenas essa bricolagem de elementos em primeiro plano, mas também num morro em segundo plano, tendo casario ao fundo e engenho com roda-d'água, além de outras edificações de fazenda. Aqui também os animais no primeiro plano (os touros) são exemplares holandeses, que puxam uma carroça com frutas tropicais (inclusive cana-de-açúcar), numa natureza morta compilada da *Historiae Rerum Naturalium Brasiliae* (1648), de Johannes de Laet, e *Theatrum rerum Naturalium Brasiliae* (1660), de A. Eckhout. O assentamento humano, sem claro arruamento ou disposição, tem o mesmo efeito ornamental da natureza morta no primeiro plano. Ainda assim, representa uma paisagem exótica: esse gênero pictórico pelo qual se procura representar a existência de seres vivos nos territórios colonizados das Américas.

A concepção de pitoresco é outra que nos interessa destacar para entender a produção de representações paisagísticas na passagem para o século XIX. A noção de pitoresco era diretriz derivada dos

debates estéticos do Setecentos sobre linguagem e imagem, poesia e arte visual (HUNT, 1994). O pintor inglês William Gilpin (1724-1804) em *Essay on Prints* (1768), concebe-a como “that kind of beauty which is agreeable in a Picture”, aqui fundamentada na categoria clássica de *decorum*. Para Gilpin, o pitoresco reuniria a beleza (ordem e harmonia) e o sublime (vastidão e magnitude), sendo que a paisagem pitoresca deve conter rugosidade (textura) e ausência de linhas regulares. Aliás, as vistas das ruínas da Antiguidade eram mais “pitorescas” para Gilpin do que o detalhismo de “all the Dutch masters” (HUNT, 1994, p. 135), porque aquelas atingiam o correto equilíbrio entre beleza e sublime (*decorum*). Para Gilpin, a beleza pitoresca seria um efeito produzido pelo pintor ou na percepção do observador em função do arranjo dos elementos. Outra concepção sobre o pitoresco era sustentada por Uvedale Price em *An essay on the Picturesque* (1794). A ênfase na rugosidade e na irregularidade era respaldada nas alusões das ruínas clássicas, em Roma, das quais derivou-se uma força pitoresca em que se mesclavam a poesia e a pintura. Para Horace Wallace, outro esteta inglês que escreveu *The History of the Modern Taste in Gardening* (1780), a jardinagem e a pintura têm sua correspondência na composição estética do pitoresco (WATKINS; COWELL, 2012). Wallace enfatizava que os jardins produzidos por Willian Kent deveriam ser referências para os pintores ingleses em relação à composição, luzes e sombras. Em Kent, a natureza é depurada, “estetizada”, por eliminar as distribuições irregulares das plantas a fim de obter o melhor efeito estético e sensorial. Até mesmo a pretensa distribuição dos elementos vegetais era deliberada, apesar de casual. Enfim, o pitoresco não seria algo presente em absoluto na natureza, mas uma disposição regular que era imposta na sua representação visual.

Para algumas representações visuais sobre o Brasil produzidas por pintores-viajantes no início do século XIX, talvez essas preocupações

estéticas predominassem. Assim se pode considerar a declaração do cônsul inglês Sir Hammond (c. 1820):

Nada é mais belo aos olhos de um recém-chegado do que o aspecto luxuriante das diferentes arvores e arbustos, com as montanhas vestidas até o cimo de florestas e, entre elas, o Corcovado, sob o qual parecem estar constantemente e é o ponto de referência mais proeminente”. (HAMOND apud BELLUZZO, 2000, vol, 2, p. 21-22).

Conforme a descrição, a percepção é fonte de beleza na apreensão da natureza. Essa concepção sensualista da paisagem inscreve-se no debate estético inglês sobre o pitoresco (W. Gilpin, U. Price, Richard Knight) (MARTINS, 2001) e pode explicar as representações de paisagem produzidas por pintores amadores ingleses que por aqui passaram, como Maria Graham (*Vista do Corcovado*, 1824), William Havell (*Cena de Jardim na praia de Bragança*, 1827), Emeric Essex Vidal (*O vale das laranjeiras*) e Charles Sandleer (*Vista da Bahia e Bonfim*, 1825). O próprio debate sobre a harmonia e o sublime na paisagem pitoresca indica a elaboração necessária da pintura, assim como a concepção do pintor como fruidor das sensações que o impregnam e que deve transferir as emoções à imagem dentro de parâmetros estéticos.

PAISAGENS PITORESCAS DO BRASIL: interações entre arte e ciência

Contudo, outro padrão de representação visual sobre as terras brasileiras estabeleceu-se no início do século XIX. O detalhamento da fauna brasileira foi definitivamente incorporado à iconografia oitocentista por meio das expedições científicas, cujos exemplos mais notórios são os trabalhos iconográficos de Karl F. P. von Martin (1794-1868) e Johan B. Von Spix (1781-1826), naturalistas da Missão Austríaca no Brasil

(1817-1821). Essa missão foi facilitada pelo casamento do herdeiro da coroa portuguesa com a arquiduquesa Carolina Leopoldina, da casa da Áustria (BELLUZZO, 2000). De caráter iluminista, o esforço dos cientistas-viajantes prestava-se ao acúmulo de conhecimento científico e recolha de exemplares aos museus reais e jardins botânicos, mas também fundamentado em teorias e estudos científicos conhecidos na Europa.

Para desenvolver nossa argumentação, retomamos as investigações do cientista alemão Alexander Humboldt (1759-1869), que produziu importantes contribuições para os estudos geográficos e naturalistas do período. Seu empenho exploratório em diferentes temas da natureza e do homem – característicos dos estudos filosóficos e de teor enciclopédico – levou-o a expedições científicas em diferentes locais. Destacamos, em particular, as obras de viagens como *Vue des Cordillères et monuments des peuples indigènes de l'Amérique* (1810), em que Humboldt justifica sua recolha de descrições e imagens a fim de estabelecer “as analogias entre os povos dos dois hemisférios” (HUMBOLDT, 1810, p.1; ERICKSON; FONT; SCHWARTZ, 2004). Sua investigação visa determinar as etimologias comuns, as harmonias imitativas entre as línguas, a igualdade entre os órgãos do corpo, as analogias entre os monumentos históricos. Onde se declara um mundo novo, Humboldt vê “a primeira aurora da civilização”, um “tipo primitivo”, onde se pode reconhecer a etimologia do homem e sua essência ou lei. Humboldt busca conhecer os traços da natureza humana, de modo equivalente à decifração da “estrutura interior dos vegetais espalhados na superfície do globo”. O naturalista procede tal qual Carl von Linné, que no *Systema Naturae* (1758) procurou estabelecer as características intrínsecas aos seres da natureza (pela identificação de igualdade e diferença das espécies) e que a designação taxinômica representasse de modo eficaz uma natureza na sua plenitude e contínua (FOUCAULT, 1992). Ou melhor, o pressuposto de uma natureza

imutável e contínua permitia-lhe estabelecer um quadro taxonômico de classificação sistemática e também a repetição das espécies.

De modo equivalente, o formato de “atlas pitoresco” parece se adequar bem, na concepção de Humboldt, à sua narrativa de viagem, aparentemente fragmentada do mundo, que procura restabelecer a continuidade dos seres vivos sobre os diferentes movimentos geológicos. Tal como em Lineu, Buffon ou Charles Bonnet, a história natural é uma rede contínua de seres sob diversas formas espaciais, mas numa série descontínua de acontecimentos que alterou e encobriu as origens comuns (FOUCAULT, 1992). A partir dessa concepção paradigmática de saber da natureza, Humboldt entende que é “devoir de l'historien d'indiquer ces analogias, aussi difficiles à expliquer que les rapports qui existe entre le sanscrit, le persan, le grec et les langues d'origine germanique” (HUMBOLDT, 1810, p. VI); isso é, indicar as analogias que subsistem na variedade das línguas, comportamentos ou objetos apesar de sua dispersão do espaço geográfico. Como nos estudos botânicos, uma descrição da variedade de exemplares permite classificar os traços de costumes, artes e instituições e reestabelecer as origens comuns entre os povos americanos e os demais (ibidem, p. VIII).

Ao mesmo tempo, o naturalista seguia os princípios estéticos de Jacob Hackert (1737-1807) sobre pintura de paisagem, para quem esta deveria evidenciar a fisionomia da terra (similitude entre a aparência física e suas características). Para Hackert, o artista deveria conhecer os detalhes da natureza física (organização e características) para produzir uma imagem-síntese da natureza (MATTOS, 2004), o que permitiria revelar seu caráter imutável apesar das constantes transformações da realidade física, assim como gerar um efeito no sentimento humano (prazer, alegria, tristeza, etc). Humboldt seguia tais princípios ao considerar que, assim como a história, as ilustrações artísticas podem detalhar as diferenças e

promover a síntese dos elementos dispersos. Em *Vue*, a filiação entre os povos é traçada através da *narrativa histórica* e reúne os fragmentos da superfície das espécies vivas por meio de *quadros pictóricos* dos povos no espaço americano. A criatividade narrativa e a representação pictórica permitem reconstituir o contínuo natural da mesma forma que a nomeação taxonômica (MATTOS, 2004). Por isso a obra assume forma de um atlas das paisagens da América Central e do Sul.

De um lado, as imagens e descrições permitiriam demonstrar, como fatos de observação, quais as antigas comunicações entre o mundo americano e europeu em relação às línguas, artes, costumes e instituições; isto é, a história de suas migrações (HUMBOLDT, 1810). De outro, viabiliza um estudo da “marcha uniforme e progressiva do espírito humano”; sendo que os elementos naturais (clima, solo, os vegetais) têm maior influência nesse desenvolvimento quanto mais avançam na civilização. Humboldt busca identificar o quadro etnográfico em relação a uma distribuição geográfica, reconhecível sob diversos eventos geológicos ou variações climáticas. Esse olhar filosófico busca estabelecer racionalmente a ordem natural das coisas e dos homens para dispô-los numa classificação geral das espécies, na disposição espacial dos costumes e no quadro do seu aperfeiçoamento intelectual e moral. Enfim, Humboldt propõe uma interação possível entre a dimensão física e a moral, mas não propriamente direta, como na teoria dos climas.²

O esforço de classificação na história natural tinha seu equivalente na linguagem, como representações possíveis de uma ordem das coisas que Humboldt toma por modelo teórico para sua investigação moralista. Se “o naturalista é o homem do visível estruturado e da

2 Tal como Goethe, que via a história humana como parte integrante da natureza, cuja compreensão das relações resultava numa imagem-síntese e inclusive gerava um “efeito moral” da paisagem sob o observador. Cf. MATTOS, 2008, p. 56.

denominação características” (FOUCAULT, 1992, p. 176), as vistas e descrições de Humboldt expõem similitudes e analogias a partir de um vocabulário visual e descrição etnográfica que permitem representar os ordenamentos morais dos homens e a graduação de cada civilização. O programa iconográfico corresponde àquele outro etnográfico, no sentido de permitir identificar semelhanças que organizem os tipos humanos entre si, sistematizem e restabeleçam sua unidade original e disponham-nos numa escala de aperfeiçoamento, o que dá teor moralista ao projeto etnográfico de Humboldt.

Tanto o programa etnográfico quanto o interesse moral estarão presente nos objetivos e iconografia das expedições naturalistas realizadas às colônias do Brasil. É o caso da *Viagem philosophica pelo Amazonas* (1783-1792), de Alexandre Rodrigues Ferreira, que tanto traz relatos descritivos e registros pictóricos dos reinos animais, quanto realiza observações econômicas e políticas sobre os povoados ao longo do rio Amazonas. De igual modo, a expedição de Maximilian von Alexander Philip von Wied Neuwied (1815-1817) coleta exemplares de fauna e flora no interior do Brasil, além de realizar uma pesquisa etnográfica fundamentada na tese da diferenciação histórica das raças humanas. As imagens das tribos de botocutos permitia-lhe identificar suas características originais. As representações visuais devem seguir as sensações da viagem para permitir recolher a riqueza do material local, – o que não significa que não siga regras tradicionais de pintura, como a anatomia clássica para os indígenas. As ilustrações científicas poderiam cumprir sua função de registro visual desde que mediadas pela arte. Segundo Humboldt (apud Diener, 2015, p.58), a pintura de paisagem teria a capacidade de “combinar o visível e o invisível em nossa contemplação” e revelar ao observador o vínculo entre o que se mostra (natureza física) e o que está oculto (uma ordem natural).

As ilustrações de Johann Rugendas em *Voyage Pittoresque dans le Brésil*, produzidas durante sua participação na expedição científica de Lanbsdorff, seriam exemplos dessa conjugação entre arte e ciência formulada por Humboldt (DIENNER, 2015), obra na qual a descrição dos elementos territoriais e político-administrativos permite-lhe traçar um quadro geofísico e moral dos grupos humanos no Brasil; tanto na concepção orgânica da vida natural, quanto na interdependência moral dos seres humanos. Seu posterior amadurecimento artístico terá por referência as concepções estéticas de Humboldt, que foi seu mentor e interlocutor privilegiado (DIENNER, 2015).

De igual modo, também as litografias de von Martius e Spiux serão pautadas por rigoroso naturalismo e interesse botânico, em concordância com preceitos de Lineu e Humboldt. O projeto de História Natural visa estudar:

Tudo o que diz respeito ao homem, tanto indígenas como imigrados: as diversidades, conforme os climas; o seu estado físico e espiritual, etc; a morfologia e a anatomia de todas as espécies animais, [...] os seus hábitos e instintos, a sua distribuição geográfica e migrações. (SPIX; MARTIUS, 1981, vol, 3, p. 61).

Pautado pelas classificações do botânico Lineu, as centenas de pranchas de von Martius foram reunidas em *Historia Naturalis Palmarum* (1823) e *Flora Brasiliensis* (1840), entre outras. Assim, essas coleções de litografias permitiram estabelecer uma fitogeografia do Brasil. Tais imagens apresentam as relações entre as condições geográficas e formação da fauna, na mesma linha de Humboldt. Suas vistas são composições paisagísticas a partir dos exemplares e espécies botânicos recolhidos e reproduzidos (como *Lagoa das aves, no rio São Francisco*). Também se depreende a contribuição etnográfica dos povos indígenas (como em *Atlas zur Reise Brasilien*, 1823) na descrição de seus costumes e das classificações linguísticas. Nesse

sentido, pode-se também entender uma série de 59 pranchas denominadas *Tabulae Physiognomicae Brasiliae* inseridas no primeiro volume da *Flora Brasilienses*. As pranchas trazem paisagens de vários pontos do Sudeste e Norte do Brasil, compostas por cenas diversas com seres humanos, espécies animais e vegetais, num espaço fitogeográfico – muitas vezes baseadas em outras pinturas, litogravuras ou fotos (ASSIS JUNIOR, 2011). Essas pranchas fisionômicas são produções pictóricas produzidas dentro daquele projeto de História Natural acima descrito.

Cabe destacar ainda o álbum *Vues du Brésil* (s.d), que reúne 78 desenhos provavelmente produzidos a partir dos esboços elaborados durante sua estada no Brasil,³ com imagens de localidades no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, entre outras; contendo poucas pranchas de animais e vegetais em destaque. Na maior parte, são vistas paisagísticas compostas por elementos arquitetônicos e humanos, inseridos num amplo espaço topográfico e cercados de espécies vegetais, casos do *Vista da Glória e Pão de Açúcar, tomado de Sta. Tereza* (Rio de Janeiro/ RJ), *Palais d'Ouro Preto* (Ouro Preto/MG), *Petit bois d'Olinda* (Olinda/PB), *Antonio Diaz, près Ouro Preto*, *Pont sur le Parahyba* (Paraíba/PB). O detalhamento naturalista, esperado do estudioso de botânica, dispõe o assentamento humano em meio a um espaço natural - como na vista de *Italocumi* (MG). Segue, em parte, os enquadramentos de diversas litografias encontradas em *Flora Brasiliensis* onde, em primeiro plano, se destacava uma espécie vegetal e ao fundo havia uma paisagem (de montanhas no Rio de Janeiro ou Minas Gerais). Enfim, esse álbum de von Martius exemplifica como

3 O exemplar da Coleção Érico Stickel, em São Paulo, citado por Belluzzo (2000) possui 34. No exemplar disponível no Instituto Moreira Salles há 78. As reproduções estão disponíveis em < <http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/von-martius/obras>>. Acesso em 31/08/2016.

o gênero paisagístico consolidou-se como aquele que melhor sintetizava iconograficamente um projeto científico de História Natural do Brasil.

Ciência e arte, o problema científico da representação visual da Natureza e a concepção estética de pitoresco inter-relacionam-se também no *panorama*, que é outro gênero de pintura paisagística produzida a partir de fins do século XVIII. O panorama foi concebido pelo pintor escocês Robert Barker, em 1787, que produziu longas telas sobre Edinburgh buscando uma visão ampla da paisagem, com recursos da pintura *trompe l'oeil* (PEREIRA, 1994). Em 1794, Baker instalou a exposição de seus panoramas numa rotunda (11m altura X 25m diâmetro) em Londres, projetada pelo arquiteto Robert Michell, cujo salão circular amplificava o efeito proposto para vistas circulares de Brighthom, Windson, Paris, Gibraltar, entre outras cidades. Definidas por ele como “*la nature à coup d’oeil*”, suas vistas urbanas tinham mais de 3m de altura e tiveram sucesso de exibição (OETTERMANN, 1997, p. 39-47).

Os panoramas produziam uma simulação ótica, com auxílio da luz e rigorosa descrição topográfica, a partir de um determinado ponto de observação. Assim, os observadores eram incluídos na recriação – nas exposições de batalhas navais, a área de observação lembrava o deque de um navio. Essa técnica foi utilizada por Baker e outros pintores europeus para representações de apelo grandioso, inclusive pelas suas dimensões (Batalha de Trafalgar e de Paris, vistas urbanas e principais monumentos de Londres e Paris e uma recriação de Roma).⁴

Os panoramas de Baker pautavam-se pelas regras de ótica e efeito da anamorfose, a fim de representar o olhar perspectivo de um observador

4 Reproduções digitais de panfletos das exposições de panoramas de Baker e planta de corte do edifício projeto podem ser consultadas no site do *London Picture Archive*. Disponível em: < <http://collage.cityoflondon.gov.uk/quick-search?q=panorama&WINID=1473450434403> >. Acesso em 02.08.2016.

frente a uma vista urbana. Daí seu efeito “realista” ao contemplar os panoramas e seu maior apelo ao público. Apesar disso, seu *status* de arte era desqualificado por pintores como John Constable, segundo o qual o panorama não era arte, pois “[...] its object is deception – wich was never the case with Claude Lorrain nor with any other great landscape artist”; ou críticos acadêmicos, como Quatremère de Quincy, para quem a completa imitação da natureza não era arte, na qual deveria haver uma beleza ideal (CONSTABLE apud COMMENT, 1999, p. 87, 97).

Simultaneamente, o panorama (arquitetura e exposição) foi objeto de declarações entusiastas de vários artistas e cientistas, dentre eles Goethe, David, Humboldt, Schinkel, Joshua Reynolds e Caspar David Friedrich, sobre essa representação perspectivista e racional e de seu efeito sobre as sensações. Aos apreciadores do panorama de Baker, como Alexander von Humboldt, é como se a natureza tivesse agora seu correspondente num olhar pleno e igualmente contínuo de um sujeito-observador.

O naturalista obtinha em suas viagens “the great panorama of nature, the proof of the joint action of forces, and the renewal of the pleasure that an unmediated view of the tropic delivers to men of sentiment, are the aims that pursue” (HUMBOLDT, 1992 apud MATTOS, 2004, p. 142). Frente a esse “great panorama of nature”, o Sujeito de conhecimento poderia sentir-se (por meio da Razão e também afetivamente) inserido na ordem racional das coisas. Outro admirador dos panoramas encontrou motivos para suas propostas estéticas: David Caspar Friedrich, em *O caminhante sobre o mar de névoas* (1818) (OETTERMANN, 1997). Friedrich priorizou uma representação pictórica centrada no próprio Sujeito-Observador, que retira o foco da paisagem e o transfere para o observador. A Natureza torna-se essencialmente fenômeno e o ato de contemplação expressava uma crítica sensorial do mundo. Ou, como o pintor francês David reconheceu nos panoramas, uma representação

potencializadora das sensações devido ao efeito visual das telas de grandes proporções; portanto, um gênero adequado para cenas históricas. Talvez por essa conjunção, o panorama foi instigante aos cientistas e também admirado por artistas e críticos ligados ao movimento romântico.

A primeira vista panorâmica do Brasil foi *Panorama da cidade do Rio de Janeiro* (1821), atribuído a Feliz Émile Taunay, pintor da Missão Francesa no Brasil. As aquarelas de Taunay teriam sido reproduzidas na mostra parisiense *Passage des Panoramas*, em 1824, que permitiu reproduções da paisagem carioca e sua larga divulgação (BRASIL, 1981). Esse panorama de Taunay dava nova forma à representação pictórica da natureza sob o efeito da visão total topográfica, que se ajustava às concepções de natureza contínua de Lineu e à interação físico-moral de Humboldt. Ao mesmo tempo, incluiu uma cena histórica como elemento político celebrativo: a comitiva imperial de D. Pedro I (DIAS, 2009), cuja composição resultaria de regras acadêmicas francesas de representação do poder régio em relação ao seu território (MIGLIACCIO, 2008). *Vista da Baía de Guanabara* (1825, com 3,5m), de Maria Graham, e *Panorama do Porto do Rio de Janeiro* (1827), de Emeric Essex Vidal, seriam exemplos de panoramas produzidos na interface do olhar naturalista com a composição pitoresca inglesa. Nessas primeiras décadas do século XIX, a paisagem do Brasil dava-se a ver como conhecimento sensível nas representações visuais de uma natureza imutável e era ratificada pelo olhar ordenador do observador, em concordância com concepções naturalistas e estéticas europeias (DIENNER, 2013).

VISTAS E PANORAMAS DO RIO DE JANEIRO: arte e propaganda

É bem possível que as representações paisagísticas da natureza ou dos panoramas urbanos tenham se prestado bem aos cientistas ou viajantes,

à audiência dos salões de arte ou aos aristocratas curiosos sobre as terras americanas. A questão é saber se a pintura de panoramas articulou-se com as práticas turísticas da segunda metade do século XIX ou se isso ocorreu como recurso àqueles padrões visuais estabelecidos pelo conhecimento botânicos e as diretrizes estéticas do pitoresco seriam retomadas no final do século XIX.

Apesar das pinturas *vedutas* de Veneza terem sido muito compradas e admiradas por aristocratas ingleses, não se equivaliam aos atuais panfletos de viagem. Eram imagens eternas que valiam por si como harmonia (*mesura*), pois a visão realista da própria natureza e da paisagem não era bela. A representação setecentista do pitoresco era uma expressão sublime que se impunha sob a desordem do mundo natural. Isso não parece ocorrer no final do século XIX, nem como contemplação da natureza ou fruição própria.

No caso europeu, sabe-se que J. M. W. Turner havia composto uma representação do pitoresco na imagem do alvorecer nas montanhas (*The Blue Rigi*, 1842). Essa imagem ganhará materialidade para os turistas ingleses que vão a Vitznau nos anos 1880, assim como às termas francesas em Aix-Le-Bains (França), em 1885 – eram 14 mil turistas em 1875 e 24 mil em 1885, depois da inauguração do trem até as termas.

No Brasil, já havia sido criada uma linha férrea com finalidade turística desde fins do século XIX: a Estrada de Ferro do Corcovado, na cidade do Rio de Janeiro, aberta totalmente ao tráfego em 1885. A estrada foi operada pela Companhia Estrada de Ferro do Corcovado e foi construída com finalidade turística. Os trens realizavam viagens para ascender ao topo do Corcovado, onde foi construído um mirante em estrutura de ferro, além de um hotel e restaurante na estação das Paineiras (trecho inaugurado em outubro de 1884) (PESSOA JUNIOR, 1886; VIEIRA, 1954; DUNLOP, 1973; RODRIGUEZ, 2004).

Figura 1: Pont du Sylvestre. Marc Ferrez (1884). Cartão Postal.



Acervo: Biblioteca Nacional.

Ferrez foi um dos primeiros a produzir imagens dessa estrada turística, em particular para cartões postais - vide a imagem do viaduto do Silvestre (1894). Publicou também o *Álbum de Panoramas do Rio de Janeiro* (1890) e diversas outras fotografias avulsas ou álbuns. Originalmente produzidas para serem utilizadas como cartões postais, essas visões panorâmicas do Corcovado poderiam ser remetidas pelo correio ao mundo (GERODETTI, J.E., CORNEJO, 2005).

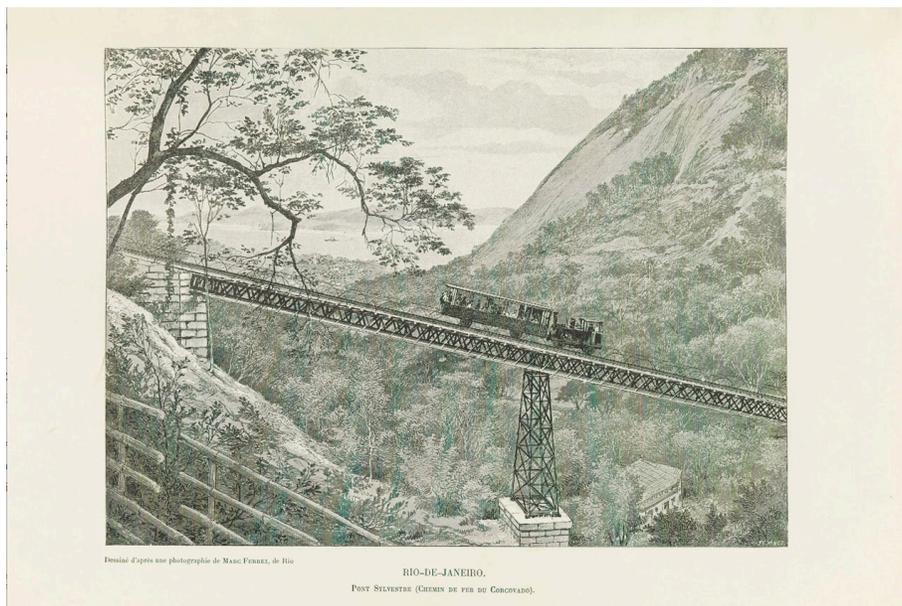
Cabe destacar que uma seleção dessas fotos de Ferrez foi reunida no *Album de Vues du Brésil* (1889), organizado pelo Barão do Rio Branco a partir de uma seleção de vistas reunidas na Exposição Internacional de 1889, em Paris. O álbum incluía imagens de outros fotógrafos (Lindermann, Inskey Pacheco, Ducasblee, Riedel) ou ilustradores. Originalmente o *Album*, com

imagens e textos, compunham o verbete *Le Brésil*, escrito pelo Barão do Rio Branco para a *Grand Encyclopedie* (1886-1902), uma proposta de divulgação científica-tecnológica coordenada por Marcelin Berthelot, F. Camille Dreyfus, E. Levasseur e outros. O material teve tiragem especial que foi distribuída na Exposição de 1889. Aparentemente tratava-se de um esforço de propaganda do governo imperial, por meio da Comissão Brasileira para a Exposição, em apresentar uma imagem do Brasil Imperial no estrangeiro (KOSSOY, 1999). Havia o pavilhão do Brasil, cujo programa singular foi realizado por um arquiteto francês em “estilo hispânico” (mourisco), com alegorias externas, exposição de produtos agrícolas e industriais e uma estufa com plantas tropicais (BARBUY, 1996). Foi exposto ainda numa grande rotunda, em frente ao pavilhão das Máquinas, o *Panorama da cidade do Rio de Janeiro* pintado por Victor Meireles. Era uma obra de grandes dimensões (115m X 14,5m), apresentação giratória e efeitos de luz, pintada como se o observador estivesse no morro de Santo Antônio. Sua configuração segue a moda dos panoramas do século XIX, que deveriam causar forte impressão no observador. O contraste entre a baía e as montanhas verdejantes, com apresentação agradável sobre a cidade, ruas e monumentos, visava indicar o grau de civilização da capital do Império (BARBUY, 1996), além de vitrine de exposição etnográfica sobre populações indígenas no Amazonas, selecionado por Landislau Netto (diretor do Museu Nacional), num pavilhão dedicado à habitação humana nas Américas. Não é nosso propósito examinar o programa iconográfico do pavilhão e muito menos sua recepção pelos críticos e visitantes europeus, mas evidentemente o *Album* e a seleção de fotos de Marc Ferrez devem ser considerados nesse contexto, inclusive porque supomos uma proximidade programática entre ambos.

Cabe um comentário interessante para nossa argumentação neste ponto, através do exame de uma foto em particular de Ferrez que foi utilizada no *Album*. A mesma imagem da Ponte do Silvestre foi

transformada em ilustração, mas com mudanças significativas para sua compreensão. Sua análise nos permitirá entender um pouco do projeto visual do *Album de Vues* e também de Ferrez, por comparação.

Figura 6: Dessiné d'après une photographie de Marc Ferrez.
Album Vue du Brésil (1889)



Vários pontos de vegetação foram eliminados no primeiro plano, expondo a estrutura da ponte. Altera-se a profundidade de visão ao diminuir a distância entre o observador e a ponte, cujo efeito foi ampliar a dimensão desta e do trem. A vegetação no vale abaixo ficou mais fechada, mas abriu-se uma clareira para visualizar um casarão. Também ao fundo há maior visão da baía da Guanabara, como se tivesse sido ampliada na ilustração, e da cidade do Rio de Janeiro, elevada e em detalhes, além de permitir que se veja o casario. O observador-leitor (observador-fotógrafo) está posicionado no primeiro plano e tem à vista essas imagens

ampliadas. Assim, na ilustração, os elementos de engenharia e arquitetura foram destacados em relação aos elementos naturais, a fim de produzir maior contraste entre o natural e a produção humana. Ao mesmo tempo, comparando a imagem fotográfica e a ilustração, é como se esta imitasse aquela apenas para lhe reforçar o contraste intencional de Ferrez. A paisagem na ilustração foi produzida a partir e em função da composição proposta pela fotografia: o destaque das construções humanas. Ambos elaboram o olhar e a paisagem edificada do Brasil, não a realidade física.

Na introdução, Rio Branco observa que Victor Frond produzira, há poucas décadas em Paris, um conjunto iconográfico sobre o país para acompanhar *Le Brésil Picttoresque*, escrito por Charles de Ribeyrolles (1859). Contudo, as imagens eram mais de áreas rurais e cenas de costumes. O novo *Album* visava mostrar as características atuais das principais cidades do país. Em verdade, o projeto de Ribeyrolles tinha mais interesse em destacar no Brasil seu esforço histórico de independência política, que seria completado pelo aproveitamento das riquezas naturais do solo através do trabalho, cuja ciência (de Humboldt) permite descobrir. As fotografias de Frond e as ilustrações produzidas a partir delas (sob sua supervisão) enfatizam esse programa da opulência do Brasil: há imagens de cidades do Império do Brasil, onde casario, matas e montanhas, céu e a baía se misturam (*Panorama de Rio de Janeiro, La Glória*), além de incluir imagens naturalistas da mata ou cachoeiras próximas à cidade (*Cascade d'Itamaraty a Pétropolis*) e nas quais predominam imagens de vastas fazendas de café e dos escravos - como exemplos do trabalho manual, mas submetidos à subserviência, que a colonização poderia resolver (trabalho livre) (FROND, 1861). O gênero da paisagem pitoresca, com detalhamento naturalista ou etnográfico, prestava-se nas vistas de Frond para o elogio do trabalho e da liberdade política de um país de vasta riqueza natural (SILVA, 2011).

Em contrapartida, o projeto do Barão do Rio Branco buscava apresentar o estado atual da civilização brasileira. Para tanto, as imagens selecionadas deveriam ter o tema e o tratamento conveniente. Iniciam-se os grandes panoramas nos quais predominavam a massa do casario (*Rio de Janeiro – Vue prie du Mont de Providencia*), edifícios acumulando-se uns sobre outros, expandindo-se até o horizonte e ocupando montanhas (*Rio de Janeiro – Vue prie de la Colline da Glorie*). Os panoramas das cidades – ilustrações feitas a partir de fotos de Ferrez e Lindeman - normalmente realçavam o volume contínuo de edifícios na linha do horizonte (São Salvador da Bahia, Recife, Belém-do-Pará, Porto Alegre, São Paulo), tendo o mar preenchido de navios e uma luz brilhante irradiando do céu. Concebidos como panoramas (imagem a partir do observador), exploravam a sensação de estar imerso na densidade urbana.

A vista “em voo de pássaro” da cidade do Rio de Janeiro, desenhada por Auguste Deroy, exhibe os principais edifícios, fortificações e construções da cidade. Ao desenhar em detalhes os principais edifícios na ilustração, Deroy amplia muitos deles. Compõe assim outra relação proporcional dessas edificações com a cidade ou a topografia.⁵ Além do morro Pão de Açúcar, identifica as colinas encrustadas na cidade e as montanhas de Tijuca prestam-se a marcar seus limites.

As fotos urbanas selecionadas para o *Album de Vues* possuem um enquadramento mais limitado, com destaque para os grandes edifícios públicos e os monumentos e têm os portos, aduana e tráfego marítimo recortados. As ruas em enquadramento fechado e longitudinal acentuam o movimento de pessoas, o tráfego, as linhas de bonde, a arborização e

5 Auguste Victor Deroy (1825-1906) usou efeito semelhante em *Paris à vol d'oiseau de la Place de l'Europe* (1876) e *Vue generale de l'Exposition Universelle de 1889* (1889), que também gerou desproporções de escala ou perspectiva para realçar elementos na imagem (a estação de Saint-Lázaro e os pavilhões da exposição).

registram os parques urbanos, jardins e passeio públicos, com sua natureza ornamental e ordenada, disponíveis ao recreio urbano. Várias ilustrações recorrem ao efeito ótico da linha circular do horizonte, que insere o observador na cena e amplia deliberadamente alguns elementos: destaque para o parque urbano em *Rio de Janeiro – Parc da Acclamação* e para a doca e quarteirões anexos em *Recife de Pernambuco*. Os edifícios são fotografados de baixo para cima, tendo sua monumentalidade acentuada pela distorção das lentes; as vistas urbanas são feitas do alto, em que se avolumam os edifícios. As fotos de áreas rurais são poucas e sintomáticas: as colônias de imigrantes europeus em Santa Catarina, extração de diamante e ouro em Minas Gerais, plantação e colheita de café numa colônia europeia em São Paulo. São imagens da produção agrícola e colonização. Além disso, a representação da natureza fica limitada às pranchas intituladas “paisagem”: floresta virgem, de araucária no Paraná e cachoeira de Paulo Afonso.

Enfim, no *Album de Vue du Brésil*, as fotografias e ilustrações prestam-se a registrar a intensa presença da urbanidade no Brasil. Nele, a audiência europeia poderia reconhecer elementos urbanos já erigidos em Paris (parque urbano, alamedas ajardinadas, tráfego, edifícios de estilo histórico, iluminação pública, estações ferroviárias), e poderia medir a civilidade brasileira pela sua própria - daí o convite a “olhar” os panoramas; isto é, colocar-se como observador a contemplar e sentir o estado da civilização das capitais do Brasil. No lugar dos parâmetros morais, alegados por Humboldt para medir o estado de civilização, recorre-se às características urbanísticas (equipamentos urbanos ou vias), ao estilo arquitetônico ou a exemplos de tecnologia (eletricidade e transporte).

Para esse programa dirigido à cidade e suas estruturas edificadas, Ferrez adequa-se muito bem por privilegiar o edificado, seja pela perspectiva longitudinal, que permite demonstrar a extensão de vias urbanas e linhas férreas, ou pelo enquadramento fechado nas vistas urbanas ao rés do chão

ou meia altura, que destacam a monumentalidade arquitetônica –recursos que serão muito explorados no álbum sobre a reforma da avenida Rio Branco (1906-1908).

As imagens urbanas estão repletas de exemplos do transporte urbano (carruagens e bondes), enquanto que as imagens de obras contêm material rodante (trem, vagões com carga de material, vagonetes de inspeção). Até o próprio movimento é registrado numa imagem da Ponte da Silvestre, em 1895, que mostra o trem do corcovado em movimento de descida e já na metade da ponte. A estrutura da ponte recorta a fotografia em diagonal e dá profundidade à imagem. O fio de fumaça emitido pela locomotiva segue em direção oposta, subindo e se esvanecendo. A nitidez e brilho são de uma luz intensa, que realçam a vegetação e a estrutura metálica. É uma composição de imagem em movimento, que poderia ser icônica do próprio trem.

Já se conhecem as interações entre a fotografia e as expedições científicas, assim como o uso daquela nas exposições industriais (THIELEN, 1991). Apesar disso, não acreditamos que a via de análise seja reduzir as fotografias de Ferrez, produzidas em 1875, 1880 e 1884, ao seu uso num documento de propaganda do governo imperial em 1889 (PESAVENTO, 1997). Nossa intenção neste ponto do texto é destacar quais regras de produção visual são mobilizadas por Ferrez e se mostram convenientes ao seu aproveitamento como imagens de propaganda.

Não nos parece coincidência que no Álbum de Panorama do Rio de Janeiro (1880) – de onde foram retiradas as imagens para o *Album de Vues* – predominasse o olhar pelas obras públicas, a vista das formações geológicas e a topografia da cidade. No mesmo álbum consta também a *Vue topographique de Botafogo*, produzida do alto do Corcovado, onde o panorama pictórico foi reconvertido num registro fotográfico da topografia das montanhas e baía do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2018).

Esse registro topográfico produzido como panorama fotográfico tem seu equivalente em descrições de época sobre novas estradas de ferro. A propósito da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá – cuja construção Marc Ferrez havia fotografado em 1881 - , um autor de época fez comentário interessante, referindo-se à passagem pela Serra do Marumby. Era o engenheiro Cyro Pessoa Junior, que descreve uma paisagem reconhecida nos trens de montanha em que as obras de engenharia mesclam-se com os elementos naturais, num panorama em movimento:

O trem sai de um túnel, para atravessar um viaduto, deste torna a entrar em outro túnel que deixa para cortar uma ponte; que é logo sucedida por outro viaduto, tendo a seu lado extenso e alcantilado vale, apresentando panorama deslumbrante e único talvez no Brasil, de modo que se vê uma violenta cascata e viaduto atravessado pelo trem de um lado e em frente a íngreme e verdejante montanha formando belíssimo vale. (PESSOA JUNIOR, 1886)⁶

A mesma linha de descrição será utilizada para a subida do trem ao Corcovado. Será no “pitoresco sitio das Paineiras” que a família Imperial poderá almoçar no restaurante nele instalado para depois, comodamente, pela estrada de ferro, ascender ao topo do Corcovado (*O Paiz*, 04.nov.1884, p. 1). Ali, onde foi instalado um pavilhão de ferro, podia-se contemplar o “esplêndido panorama”:

6 Compare-se essa à descrição com as imagens dos cartões postais no viaduto Presidente Carvalho, do início do século XX, e as atuais imagens de propaganda do trem turístico no site da Serra Verde Express. Vide também os mesmos elementos paisagísticos nas propagandas de outros trens turísticos no mundo, dentre eles o da Serra do Mar. The Guardian. **10 spectacular rail journeys... that you've probably never heard of**. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/travel/2015/apr/13/top-10-rail-journeys-around-world-canada-australia-france-japan>>. Acesso em 07.07.2016.

Quanto mais se ascende, mais aumenta o encanto da vista pela extensão e variedade do panorama, que se desdobra a nossos pés. Por entre as quebradas dos morros toda a cidade vai sucessivamente apresentando novos aspectos, conforme a linha de vista se desloca contornando o flanco do monte. Depois é a baía que se estende com as suas ilhas verdejantes, caprichosamente recortadas pela água; mais além a faixa escura dos campos, sobre que se ergue a linha de montanhas, cujos planos, à maneira que se agastam vão perdendo de cor, até que, confundido no nevoeiro, semelham nuvens de formas fantásticas. (*O Paiz*, 10.out.1884, p. 1)

Em primeiro lugar, a descrição aproxima-se, por um lado, do gênero pictórico do panorama: a busca da visão do todo, colocado à distância, e de cima, que permite um olhar circular (BELLUZZO, 2000). Em segundo lugar, é uma descrição topográfica com a sucessão contínua de imagens. Às vistas panorâmicas, agrega-se a percepção visual da obra humana, que pede uma descrição “realista” e demanda um acúmulo de informação. As novas tecnologias visuais ampliavam essa ilusão de realidade em movimento (o diorama, o photorama e o ciclorama) (HUHTAMO, 2013). Em terceiro lugar, o movimento da paisagem é derivado do olhar do narrador-observador e também das sensações que a contemplação estimula. Essa visão panorâmica produz um sentimento de “*courvature de l’admiration*”, como se refere Th. Gautier ao subir aos Alpes. O panorama é, ao mesmo tempo, imagem percebida e sensação provocada; portanto reside dentro do observador.

Será a excursão da moda nos meses seguintes, como se deduz de notícias e anúncios para a “pitoresca excursão ao cume do Corcovado”, que incluirá um *lunch* ou baile nas Paineiras - ainda que o custo seja elevado para um operário e sua família, e não lhes permitam os ares puros das montanhas (*O Paiz*, 10.fev.1910, p. 1). De fato, faz parte do passeio preferencial realizado por ilustres visitantes estrangeiros ou evocado em

material de propaganda internacional. O mirante do Corcovado, erigido em 1885, torna-se local privilegiado da contemplação da paisagem carioca.

A descrição técnica da obra de engenharia entra em consonância com aquela narrativa realista da subida na estrada de ferro do Corcovado.

A máquina atravessa os viadutos elegantes e fortes, interna-se pelos cortes profundos, transpõe os aterros altíssimos, quais outras montanhas artificiais encostadas às ladeiras alcantiladas, com a segurança de quem sabe que o terreno que pisa, seja natural ou artificial, está firme e seguro. As narinas dilatam-se aos aromas da floresta. A frescura envolve-nos agradavelmente, os pulmões funcionam mais ágeis, e um grande bem-estar convida à admiração sem reserva da natureza que nos cerca. (*O Paiz*, 10.out.1884, p. 1)

Essas narrativas da subida ao Corcovado e suas fotografias panorâmicas vão se materializar como imagem em movimento num pequeno filme (“Uma excursão ao Corcovado”) produzido para a Exposição Internacional de Lyon, em 1914 (*O Paiz*, 04 julho.1914, p. 4). As fotografias multiplicam nos cartões-postais, que trazem uma junção da natureza e da engenharia ferroviária: o trem em operação na subida do Corcovado; as obras de engenharia imersas na mata em contraste com as montanhas; no fundo, a cidade do Rio de Janeiro e a baía da Guanabara. As sensações que provocam são extrapolações subjetivas sobre a natureza física. O que se reitera a partir de então é o panorama dinâmico baseado no olhar topográfico do observador.

CONCLUSÕES

Procuramos destacar neste texto alguns padrões de produção visuais, em relação aos quais vemos a problemática da produção pictórica e suas interações com outras dimensões (científica, linguagem, política

ou tecnológica). Primeiro, atentamos para a visibilidade sob a forma do exótico, mas que se concebe em relação a uma ordem completa sobre as coisas (bíblicas, ficcionais, poéticas, alegóricas, naturais). Em segundo lugar, da visibilidade em relação aos seres vivos e ao espaço, sob a forma de paisagem naturalista, que é concebida como uma ordem na qual as coisas podem ser descritas (em termos taxonômicos, por cânone estético). Em terceiro lugar, uma visibilidade instituída em relação a uma natureza física ampla como percebida pelo olho humano, que exige vistas panorâmicas. Em quarto lugar, temos a elaboração de uma visibilidade como concepção geográfica e produtiva com o meio físico; produtividade visual em relação às mobilidades das navegações de colonização, das expedições científicas, das exposições internacionais e dos empreendimentos de engenharia onde os estudos de cultura visual buscam desvendar a “autêntica” paisagem brasileira ou a história do turismo procura suas origens; diferentemente, buscamos a visibilidade como acontecimentos culturais.

Agradecimentos

Este texto contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (proc. 2012/11259-2 e 2016/15921-2). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

REFERÊNCIAS

ASSIS JUNIOR, Hélio. Litografias e obras artísticas na *Flora Brasiliensis*. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, n. 15, p. 95-110, jan/jun 2011.

BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.4 p.211-61 jan./dez. 1996.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Metalivros, 2000, 3 vols.

BREMER-DAVID, Charissa. Le cheval rayé: a french tapestry portraying dutch Brazil. In: **The J. Paul Getty Museum Journal**. California: The J. Paul Getty Museum, v. 22, p. 21-27, 1994.

COMMENT, Bernand. **The panorama**. London: Reaktion Books, 1999.

DIAS, Eliana. **Paisagem e Academia: Felix Taunay e o Brasil (1824-1851)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DIENER, Pablo. A pintura de paisagem na obra de artistas viajantes: o conceito artístico de Johann Moritz Rugendas. In: BROWNLEE, P.J.; PICCOLI, V.; IHLYARIK, G. **Paisagem nas Américas**. Pinturas da terra do fogo ao Ártico. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, p. 57-61, 2015.

DUNLOP, Charles. **Os meios de transporte do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Grupo de Planejamento Gráfico Editores, 1973.

ERICKSON, Raymond; FONT, Mauricio; SCHWARTZ, Brian. **Alexander von Humboldt: from the Americas to the Cosmos**. New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies, 2004.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FROND, Victor. Álbum de vistas, panoramas, monumentos, costumes, etc., com retratos de Sua Majestade Imperador Dom Pedro II et Família Imperial. Paris: Lemercier, 1861. Anexo do **Brazil pittoresco**.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GERODETTI, João Emilio, CORNEJO, Carlos. **As ferrovias do Brasil**. São Paulo: Solaris, 2005.

HUHTAMO, Erkki. **Illusions in motion**. Media archaeology of the moving panorama and related spectacles. Cambridge: MIT Press, 2013.

HUMBOLDT, Alexander von. **Vue des Cordillères et monuments des peuples indigènes de l'Amérique**. Paris: J. H. Stone , 1810, p. 1. Disponível em: < <http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM-61301&I=2&M=chemindefer> >. Acesso em: 31 ago. 2016.

HUNT, John Dixon. **Gardens and the picturesque**: studies in the history of landscape architecture. Massachussets: MIT Press, 1994.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções**. Cotia: Ateliê Editorial. 1999.

MARTINS, Luciana de L. **O Rio de Janeiro dos viajantes**: o olhar dos viajantes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MATTOS, Claudia V. “Também Eu na Arcádia”: Goethe, Hackert e a Pintura de Paisagem, In: MATTOS, Cláudia Valladão. **E., Goethe e Hackert**: sobre a pintura de paisagem. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 152-169.

MATTOS, Claudia Valladão de. Landscape painting between art and science, in: ERICKSON, Raymond; FONT, Mauricio; SCHWARTZ, Brian. **Alexander von Humboldt**: from the Americas to the Cosmos. New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies, 2004.

MIGLIACCIO, Luciano. A paisagem clássica como alegoria do poder do soberano: Hackert na corte de Nápoles e as origens da pintura de

paisagem no Brasil, in MATTOS, Cláudia Valladão. **E., Goethe e Hackert:** sobre a pintura de paisagem, São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 87-125.

OETTERMANN, Stephan. **The panorama:** history of a mass medium. New York: Zone Book, 1997.

OLIVEIRA, Eduardo Romero. Vistas fotográficas das ferrovias: a produção de registros de obra pública no Brasil do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, jul.-set. 2018.

PEREIRA, Margareth da Silva. Romantismo e objetividade: notas sobre um panorama do Rio de Janeiro. **Anais do Museu Paulista**. vol.2, n.1, pp.169-198, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jutahy. **Exposições universais:** espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

PESSOA JUNIOR, Cyro Diocleciano Ribeiro. **Estudo descritivo das estradas de ferro do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

RIBEYROLLES, Charles. **Brazil pittoresco**. Rio de Janeiro: Typographia nacional 1859.

RIO BRANCO, Barão. **Album de Vues du Brésil**. Paris: Imprimerie A. Lahure, 1889.

RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. **A Estrada de Ferro Corcovado**. A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O sol do Brasil:** Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João, São Paulo, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A natureza como paisagem: imagem e representação no Segundo Reinado, in **Revista USP**, 58, p. 6-29, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Paisagem e identidade: A construção de um modelo de nacionalidade herdado do período joanino, in **Revista Acervo**, 22/1, p. 19-52, 2009.

SILVA, Maria Antonia Couto. **Um monumento ao Brasil**: considerações acerca da recepção do livro Brasil Pitoresco, de Victor Frond e Charles Ribeyrolles (1859-1861). Campinas, 2011 (Tese em História) – IFCH, Unicamp, 2011.

SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro: EdUSP/ Itatiaia, 1981. 3 v.

THIELEN, Eduardo V. et all. **A ciência a caminho da roça**: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1991.

VIEIRA, Flávio. Os caminhos ferroviários brasileiros. IBGE. **I Centenário das Ferrovias Brasileiras**. Rio de Janeiro, 1954, p. 87-175.

WATKINS, Charles; COWELL, Ben. **Uvedale Price**. Woodbridge: Boydell & Brewer-USA, 2012.

A GOVERNAMENTALIDADE AMBIENTAL DO TURISMO

*Tristan Loloum*¹

O turismo tem uma relação ambivalente com o meio ambiente: por um lado contribui para a sua destruição pelo uso intensivo dos recursos naturais, por outro, permite sua proteção pela valorização simbólica e econômica da paisagem. Qual o papel que o turismo desempenha na introdução de novas normas ambientais? Que tipo de controle e restrições ambientais se exercem sobre os atores do turismo? Este artigo trata das diferentes formas de regulação ambiental do turismo, estudando a relação das populações costeiras e turísticas com o meio ambiente e com as instituições encarregadas da sua proteção. Aborda-se a relação entre turismo e meio ambiente através de quatro pontos:

Os conflitos. O meio ambiente sendo visto como um suporte para as relações e os conflitos sociais, sendo que a defesa do meio ambiente (o ambientalismo) pode muitas vezes dissimular formas de exclusão e de elitismo. É isso que revelaram alguns conflitos socioambientais que presenciei em Praia da Pipa, balneário internacional do Nordeste brasileiro.

As concepções da natureza. A nossa maneira de considerar o meio ambiente, principalmente o ambiente litorâneo, é historicamente situada.

¹ Pesquisador pos-doutorando. Fundação Nacional Suíça de Pesquisa (FNS) / Universidade de Lausanne, Faculdade de Geociências e Meio Ambiente, Géopolis, CH-1015 Lausanne, Suíça. tristan.loloum@unil.ch

Hoje em dia, admirar o litoral e disfrutar de um banho de sol e mar parece ser uma coisa muito “natural”, quando, na verdade, é uma invenção recente na história do lazer. De certa forma, o turismo ajudou a difundir e “naturalizar” esse ideal romântico de contemplação da natureza.

As instituições. O imperativo da preservação do meio ambiente deu lugar a uma nova fonte de poder institucional, chamado por alguns autores de “poder ambiental”, ou “eco-poder” (LASCOUMES, 1994; CHARVOLIN, 2003). No Brasil, o poder ambiental é um poder jovem, fragmentado e contraditório, cuja eficácia descansa essencialmente nos filtros burocráticos que ele impõe aos atores econômicos. O turismo tem um protagonismo neste processo de institucionalização do meio ambiente. Se bem que, muitas vezes, a função dos órgãos ambientais parece ser de frear o desenvolvimento turístico, sendo que, em muitas regiões litorâneas as instituições ambientais se desenvolveram conjuntamente com o turismo, afinal o turismo permite financiar os órgãos ambientais através da arrecadação de impostos e pagamento de licenças. O turismo traz também novos públicos e atores com novas exigências em relação à qualidade ambiental e ordenamento territorial.

A governamentalidade ambiental. Estes pontos me levam a interpretar o turismo como um instrumento de “governamentalidade ambiental” (AGRAWAL, 2005), ou seja, um vetor de imposição de novas normas de comportamento e de controle da população justificado pela necessidade de preservar o meio ambiente.

Este trabalho se inspira em estudo etnográfico realizado na Praia da Pipa, uma localidade turística do litoral sul do Rio Grande do Norte, Brasil, realizado entre 2010 e 2015 (LOLOUM, 2015a). Durante esses anos, frequentei e entrevistei vários moradores, agentes turísticos, empresários, funcionários públicos, representantes políticos, turistas nacionais e internacionais. Neste trabalho, apresento algumas situações

significativas para o entendimento dos embates sociais dos conflitos ambientais nesta região turística. Recorri a documentos e fontes históricas para reconstituir a evolução do “olhar” sobre o meio ambiente litorâneo do Nordeste brasileiro, assim como entrevistas com servidores públicos de órgãos ambientais para analisar a institucionalização do meio ambiente no Brasil ².

O tema da natureza sempre foi muito presente durante esta pesquisa, pois a atratividade de Pipa se deve em grande parte aos seus atributos naturais: falésias, dunas, remanescentes de mata atlântica, populações residentes de golfinhos e tartarugas marinhas. Pipa atrai públicos do mundo inteiro com interesse especial na paisagem, fazendo com que o meio ambiente seja um tema recorrente nas notícias quotidianas da cidade. Sendo assim, muitas são as oportunidades de se estudar as controvérsias ambientais na região.

O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DE CONFLITOS SOCIAIS

Com mais de 6.000 habitantes e quase o mesmo número de leitos turísticos, a Praia da Pipa é um balneário cosmopolita e “compósito”: cosmopolita pela variedade de influências culturais e internacionais e “compósito” pelas divisões sociais e políticas que a atravessam. Localizada no litoral potiguar, na borda da zona da mata, a história de Pipa é marcada pelas estruturas sociais pós-escravidão dos engenhos de cana de açúcar, numerosos na região, e também pelas heranças da pesca artesanal e das comunidades litorâneas (LOLOUM, 2015b; 2016b; 2017). O turismo começou na década de setenta sob o impulso de jovens surfistas e viajantes pertencentes a burguesia urbana e “contra-cultural”. Antes disso, a praia

² Este texto é uma versão revisada, traduzida e aumentada de artigo publicado em francês na revista *L'Espace Politique* (LOLOUM, 2016a).

era ocupada por famílias de pescadores e, ocasionalmente, por veranistas pertencentes à aristocracia açucareira local (SIMONETTI, 2012; DUARTE BARROS, 2004). O turismo se internacionalizou na década de noventa com a chegada de investidores estrangeiros. Hoje em dia, Pipa é um dos principais destinos turísticos do Nordeste.

Verdadeira vitrine ambiental e turística da região, Pipa é acompanhada de perto por órgãos como o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDEMA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que, de uma maneira geral, são responsáveis pela outorga de licenças ambientais e pelo recebimento de denúncias ambientais. Desde os anos noventa, nada menos que cinco zonas de proteção ambiental foram criadas no município de Tibau do Sul, do qual Pipa faz parte. A primeira área de conservação, denominada “Santuário Ecológico de Pipa”, é uma reserva privada criada em 1991 por David Hassett, um ornitólogo inglês instalado há anos em Natal. O Santuário tem abrigado vários programas de conservação e de pesquisa científica. A criação desse Santuário foi ponto de partida para outras iniciativas de conservação na região como a Área de Proteção Ambiental (APA) Bonfim-Guarairas (fundada em 1999), a Reserva Faunística marinha de Tibau do Sul (REFAUTS) e o Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP), os dois últimos criados em 2006. Pipa é, portanto, uma área extensivamente estudada, avaliada e mapeada por ecólogos, biólogos, geomorfólogos e ambientalistas.

O meio ambiente é também objeto de mobilizações políticas locais. A primeira associação ambientalista, o Núcleo Ecológico da Pipa (NEP), foi criado em 1999 por novos moradores para lutar contra construções ilegais e educar os jovens sobre questões ambientais. Além das mobilizações ocasionais contra a ocupação das zonas costeiras sensíveis, o NEP organiza anualmente a “Semana do Meio Ambiente” a fim de

conscientizar a população local por meio de oficinas de reciclagem, operações de limpeza na praia, conferências-debates, intervenções nas escolas, etc.

A população “nativa” é um alvo recorrente das denúncias do NEP, associação essencialmente composta por “forasteiros”, ou seja, residentes originários de outros estados ou países ³. Frequentemente, nas redes sociais, ativistas e novos residentes se preocupam com empresários nativos instalando barracas informais na praia; com proprietários de lanchas (também nativos) usando tratores agrícolas na praia para colocar seus barcos para o mar; ou com casas construídas dentro do Parque Estadual Mata da Pipa sob o olhar das autoridades municipais acusadas de complacência com o eleitorado nativo e os interesses imobiliários.

Os nativos têm também suas críticas contra os forasteiros. Em uma reunião pública do NEP da qual eu participei em 2014, o presidente da associação denunciava a lentidão da Câmara Municipal em aprovar o Plano de Gestão do PEMP parado desde sua criação em 2006. Segundo ele, essa demora se explicava pela convivência dos representantes municipais com as famílias nativas e com empresários imobiliários com propriedades na área do PEMP. Os participantes dessa reunião eram quase todos forasteiros. No meio da conversa, o pizzaiolo do restaurante situado vizinho ao local da reunião aproveitou da pausa dele para assistir ao debate, parado no fundo do terraço, com o avental ainda enfarinhado. Num determinado momento, manifestou sua opinião falando que ele estava diretamente relacionado com o assunto já que sua família tinha propriedades nas margens do Parque. Falava com um forte sotaque local e pontuava suas frases com um “entre aspas” que mal dissimulava seu desconforto com a

3 É importante ressaltar que por trás da divisão identitária-territorial entre nativo/forasteiro (“os daqui” e “os de fora”), existe uma marcada diferença social. Os “nativos” sendo associados muitas vezes às classes populares rurais e os “forasteiros” às classes privilegiadas urbanas.

gíria técnica do ambientalismo: “zona-tampão”, “plano de gestão”, “gestão integrada”, “fragmentação ecológica”, “taxa de ocupação”, etc. No discurso, ele insinuava que os órgãos ambientais queriam estender o perímetro da área protegida e expropriar as famílias, fazendo-os assinarem contratos que elas não entendiam. O presidente do NEP tentou explicar que o perímetro do parque não tinha mudado, que cada zona-tampão tinha uma taxa de ocupação correspondente e que ninguém ia fazê-los assinar nada sem o devido consentimento. Mas os dois homens não entraram em consenso. Pareciam falar outro idioma. Outros participantes se juntaram à discussão que logo se transformou numa cacofonia geral. Rapidamente, o pizzaiolo desistiu da conversa e voltou discretamente para o seu forno.

Em seguida, outra mulher nativa pediu a palavra para defender a “visão dos nativos”. Nascida em uma família de pescadores, ela faz parte da juventude nativa emergente. Com 31 anos, ela trabalha todos os dias como vendedora numa loja de arte para financiar seus estudos de Direito numa universidade particular de Natal. Ela cresceu juntamente com o desenvolvimento do turismo, na interseção dos mundos da pesca, do surf e da “night” de Pipa. Ao contrário do pizzaiolo, ela se expressa de forma segura e mantém em silêncio os participantes da reunião. Ela começa evocando o contraste entre o centro turístico de Pipa (“a bela Pipa”) e os “subúrbios” tomados pelos problemas de droga e a pobreza. A família dela também tem terrenos nesta nova área popular que surgiu na periferia da Pipa, na borda da floresta. Ela apoiou o parque, mas lamenta que rotineiramente se acuse os nativos de destruírem a floresta, eles que há tanto tempo a preservaram de forma comunitária e costumeira. Ela acusa “os políticos” que só se manifestam em tempo de política e os órgãos ambientais cujos funcionários mudam a cada mudança de governo. Segundo ela, os primeiros responsáveis pelo desmatamento no parque são “os ricos estrangeiros” que subornam trabalhadores precários para

extrair madeira: “Você acha que os moradores nativos constroem casas de madeira? Deve haver alguém por trás que paga para ir tirar a madeira. É fácil criticar para alguém que não nasceu num berço de ouro...”

Outro dia, numa entrevista individual, ela manifestou sua exasperação com alguns “pseudo-ativistas” que acusa de pregar ecologia apesar deles mesmos viverem em áreas sensíveis:

Como e que pode ter uma casa em cima do Morro da Vicenza, que é duna, e chegar numa reunião para mandar proteger a Mata de Pipa, dizer que as pessoas precisam ser expulsas? Por que eles não saem de lá [do Morro] então? Quantos nativos moram ali na duna? Nenhum. E você sabe por quê? Porque antes não era possível construir por causa do vento e da areia.... Os nativos não tinham como construir, então eles preservavam. Agora, há chalés em todo lugar. No entanto, ninguém fala nada para eles. (moradora nativa, 31 anos)

A reivindicação ambiental dissimula outras motivações além da preservação da natureza. Em Pipa, o ambientalismo é, cada vez mais, um motivo para denunciar o fluxo crescente de turistas e visitantes. Mais do que o impacto ambiental, o que está em pauta é a “qualidade” dos visitantes, ou seja, sua falta de educação e bom gosto, seu caráter de multidão. Efetivamente, a crítica exposta nas redes sociais se torna mais afiada quando se trata de formas populares de turismo: a chegada de ônibus de uma grande operadora de turismo como a CVC, a implementação de um “trem turístico” no balneário, a organização de “shows” de música popular (forró eletrônico, sertanejo). Trata-se de fato de uma democratização do turismo, no sentido de dar acesso a camadas menos privilegiadas da população. Mas não se considera objetivamente o efeito deste processo sobre o meio ambiente, em comparação, por exemplo, com atividades mais seletivas cujos impactos ambientais costumam ser significativos (desenvolvimento

de condomínios horizontais, resorts, passeio de quadriciclo, etc.). Assim, o que parece estar em jogo por trás das denúncias contra o “turismo de massa”, é um interesse de classe de manter a exclusividade e a distinção cultural do destino, mais do que uma consciência ecológica objetiva e a vocação universal.

Estas rivalidades ambientais revelam assim antagonismos socioeconômicos entre a classe popular nativa e a classe media-alta recém-chegada. Os trabalhadores nativos têm uma gama limitada de oportunidades de trabalho devido às estruturas específicas do mercado turístico que exige forte capital econômico (para investir) e cultural (para ascender a cargos mais qualificados). As poucas atividades profissionais independentes que eles podem exercer - como a restauração de praia e os passeios de barco - são muitas vezes aquelas mesmas que causam problemas para os ambientalistas. Da mesma forma, em termos de habitação, o encarecimento dos preços imobiliários e fundiários induzem as famílias para as periferias de Pipa, onde se encontram, justamente, as áreas protegidas. Conflitos ambientais revelam também conflitos morais entre aqueles que defendem os ideais ambientalistas como se fossem evidências universais e aqueles que reivindicam sua legitimidade territorial e histórica em quanto população “nativa”. Todas essas divergências se fundamentam em experiências coletivas diferentes, em concepções diferentes, historicamente determinadas, do meio ambiente e do litoral.

AS VARIAÇÕES DO OLHAR SOBRE O LITORAL

A beleza das paisagens costeiras do nordeste brasileiro nem sempre foi uma evidência para todo mundo. Na verdade, o litoral como espaço de recreação e de lazer é uma invenção recente na história ocidental. As representações turísticas da natureza são hegemônicas, mas existem outras maneiras de ver e pensar o meio ambiente. Esta variedade ontológica de

olhares sobre a natureza, determinada histórica e sociologicamente, explica boa parte dos conflitos socioambientais que ocorrem dentro do espaço social do turismo.

No caso do litoral brasileiro, podemos distinguir três formatos idealtípicos de percepção da natureza. O primeiro formato apreende o litoral como um lugar de trabalho, um espaço de produção e de relegação. Essa é a percepção das populações que não escolheram morar no litoral e tiveram que se adaptar a um entorno costeiro hostil. É o olhar de muitos nativos, em particular das gerações mais antigas. Trata-se de um olhar devoto, manifestado em cultos religiosos como procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira dos pescadores, que indica a submissão do ser humano às forças da natureza. O segundo formato de percepção ambiental é o “olhar do turista”, o olhar daqueles que vieram em busca da paisagem. Se trata de um olhar estético, uma pulsão “escópica”, que valoriza as perspectivas monumentais e panorâmicas, colocando o ser humano como elemento exterior ao cenário natural. O terceiro é o formato de percepção ambiental dos engenheiros, cientistas e funcionários públicos. Diferentemente do olhar paisagístico, ele vai além do elemento visual e coloca o homem como um elemento dentro do ecossistema.

O LITORAL TEMIDO

Alain Corbin (1989) remonta o “desejo da beira mar” à aristocracia inglesa do fim do século XVIII. Até então, o litoral era percebido como uma imensidade desconhecida e hostil, sujeita às invasões estrangeiras (francesas e holandesas). Durante a colonização, o litoral do Nordeste era visto apenas como um espaço militar e comercial ⁴. As populações

⁴ As primeiras cidades fortificadas foram construídas na costa por questões meramente logísticas e militares, mas a dinâmica de expansão era tornada para o interior do continente, mais seguro e certamente mais produtivo.

que nele viviam eram populações subalternas (indígenas, pescadores, quilombolas, etc.) que deviam tirar o seu sustento de um mar perigoso e de um solo costeiro pouco fértil. As comunidades marítimas viviam em um ambiente marcado pela instabilidade: a erosão, a mobilidade das dunas, o avanço do mar, etc. (DIEGUES, 2005, p.38). Os « povos do mar » viviam geralmente em habitações temporárias parecidas com « favelas de beira de mar» (DANTAS, 2009, p.38). Hoje, podemos identificar facilmente as antigas casas nativas da beira-mar pela sua humilde arquitetura: elas viram os fundos ao mar para se proteger da maresia ⁵. Isso, provavelmente, explica porque famílias de pescadores nem sempre partilhem esse “desejo” meramente estético e lúdico para a beira mar.

O LITORAL ADMIRADO

No Brasil, é só a partir do século XIX que se descobrem a virtudes terapêuticas do mar. Os banhos de mar se impõem então como uma prática corrente e as primeiras estações balneárias se desenvolvem graças ao avanço do sistema de transporte. O antropólogo Paulo Linhares (1992) atribui a difusão dessas práticas ao imperador Dom José II, que inaugurou os banhos de mar para fins terapêuticos no fim do século XIX. Algumas cidades do Nordeste, como Fortaleza, se destacaram pela qualidade do sol, do mar e do ar, atributos naturais procurados para o tratamento da tuberculose (DANTAS, 2009, p.31-35). Esta valorização higienista do litoral deu progressivamente lugar a uma valorização estética, difundida pelas elites artísticas e literárias (GREEN, 1999). As relações estabelecidas entre as elites brasileiras e a Europa facilitaram a adoção

5 Um dia, um espanhol instalado na Pipa para desenvolver pequenos projetos de promoção imobiliária me conta ter conseguido dobrar o preço de uma casa de beira de praia comprada a uma família nativa simplesmente invertendo a orientação da varanda e liberando a vista.

de novas práticas culturais. Linhares (1992) atribui a propagação das representações estetizadas do litoral aos letrados brasileiros, então sob influência do romantismo europeu. Por exemplo, o romance *Iracema* de José de Alencar (1895) é influenciado por Chateaubriand na maneira do autor idealizar um herói rodeado por uma vegetação densa, de frente para o mar. Porém, a invenção do litoral romântico não é apenas o resultado de um difusionismo linear eurocêntrico. A “maritimidade dos trópicos” (DANTAS, 2009) se constrói no cruzamento das modas europeias e brasileiras. Para a aristocracia rural nordestina, as plantações açucareiras são lugares privilegiados para a difusão das modas europeias: “Famosas ficaram as festas dos engenhos, notadamente as do engenho Guapore, onde as modas europeias de primeira mão pavoneavam-se à revelia inteira de Natal” (ANDRADE, 1957, p.36).

Os senhores de engenhos foram os primeiros a frequentar a praia pelo lazer. Eles ocupavam casas a beira-mar alugadas das famílias de pescadores, ou simplesmente emprestadas (SIMONETTI, 2012). Progressivamente, o veraneio institui novas maneiras de ver e experimentar o litoral: as caminhadas ao longo da praia, a contemplação do mar a partir de mirantes, a prática fotográfica, etc. Para John Urry (1990), o poder disciplinar do turismo passa essencialmente pelo poder objetivante do visual. Na continuidade do olhar romântico, a natureza é valorizada pelo turista como paisagem, na sua dimensão estética. A natureza torna-se um produto de consumo visual, um suporte de estetização dos estilos de vida e um condicionante do bem-estar psíquico (URRY, 1992). O consumo da paisagem é facilitado pela crescente mobilidade geográfica, que permite a um número crescente de pessoas de viajar por prazer e comparar panoramas. A fotografia encenada, onipresente na experiência turística, reproduz este enquadramento visual. Durante o século XX, a câmera se torna um instrumento dominante da governamentalidade turística.

A linha de costa é o centro de todas as atenções. O turismo privilegia uma representação cênica do meio-ambiente, o que faz com que o acesso e a vista sejam elementos fundamentais para o planejamento urbanístico do litoral. Na França, o “Conservatório do Litoral”, instituição pública encarregada da gestão do espaço costeiro, tem aplicado este princípio ao pé da letra, fazendo das costas francesas “verdadeiras varandas naturais que abrem a perspectiva do olho sobre o mar, (...) impedindo qualquer obstrução visual entre o interior e o mar, para garantir a impressão de naturalidade e autenticidade” (KALAORA, 2011, p.24).

O olhar turístico induz também uma nova percepção do risco ambiental (URRY, 1992). Não se trata apenas de preservar a integridade funcional dos ecossistemas costeiros, mas também a integridade visual das paisagens. Em Pipa, quando grandes projetos imobiliários ameaçam uma falésia emblemática (como o chamado “Chapadão”), as denúncias locais se referem em primeiro lugar ao risco de “estragar o cartão postal” do destino e, só depois, ao risco de desabamento ou de acidentes de pessoas.

O LITORAL GERIDO

O paradigma do “desenvolvimento sustentável” que se generalizou a partir dos anos noventa introduziu um novo quadro cognitivo para apreender o meio-ambiente, baseado em referenciais científicos e técnicos: a perícia ambiental, o estudo de impacto, a engenharia ambiental, a ecologia, a biologia, etc. Diferentemente do olhar romântico, em que o ser humano é considerado como um observador exterior à natureza, as ciências do meio ambiente o consideram como parte integral dos ecossistemas naturais. O meio ambiente não se contempla apenas pela experiência visual, mas sim com instrumentos, experimentações e análises específicos. Aparece, então, um novo “poder ambiental” (LASCOUMES,

1994) baseado em novas instituições burocráticas, usando de uma nova linguagem técnico-científica e novos instrumentos de intervenção política (“gestão integrada das zonas costeiras”, “planejamento estratégico”, “governança ambiental”, “gestão participativa”, “stakeholders”, etc.). O conhecimento especializado dos ambientalistas se impõe pouco a pouco como uma verdade institucionalizada e uma norma de percepção do entorno natural.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No Nordeste brasileiro, as instituições encarregadas da defesa do meio ambiente se desenvolveram junto com o turismo. É que além de financiar indiretamente os órgãos ambientais, o turismo precisava ser regulamentado para garantir um desenvolvimento perene. Para tanto, as administrações ambientais foram fundamentais para proteger o turismo dele mesmo, dos novos impactos, conflitos e riscos (reais ou percebidos) que ele criava. A medida que o litoral se urbanizou e que a população (turística e residente) se diversificava, as instituições tradicionais e comunitárias se tornavam ineficientes para regular o desenvolvimento. A criação de instituições impessoais (legais-rationais) tornou-se imprescindível para mediar os conflitos, emitir autorizações, avaliar impactos, proteger áreas sensíveis, fiscalizar os abusos, etc. Mas a transição de uma gestão costumeira, fundamentada em vínculos pessoais e comunitários, para uma racionalidade jurídica e burocrática não é um processo linear. Nem sempre as pessoas estão preparadas para lidar com esse novo modo de governo, e a burocracia ambiental surge de arranjos históricos, institucionais e legislativos turbulentos, embora persistam dentro da burocracia formas personalistas de gestão para compensar as incertezas do quadro legislativo e institucional.

O PATCHWORK ADMINISTRATIVO AMBIENTAL NO BRASIL

Para o antropólogo José Sérgio Leite Lopes (2006), o surgimento das primeiras autoridades ambientais brasileiras decorre de três fatores principais: as primeiras grandes conferências internacionais sobre o meio ambiente (ex. Stockholm 1972), o programa de « modernização » do regime militar e a « ambientalização dos conflitos sociais ⁶ » nos grandes centros industriais do país a partir dos anos oitenta.

No estado do Rio Grande do Norte, a história do Instituto pelo Desenvolvimento Econômico e o Meio Ambiente (IDEMA), instituição estadual encarregada das políticas ambientais no RN, revela de maneira clara a ambivalência do órgão ambiental. Esta contradição entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental está presente na própria gênese do órgão estadual. A criação do IDEMA em 1998 deriva da fusão de duas administrações bem diferentes: o Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDEC), iniciado em 1973 como um órgão de planejamento regional, cujo trabalho se concentrava sobre os pólos industriais de Natal e Mossoró, e a Coordenação do Meio Ambiente (CMA), criada em 1983 para implementar a recém-criada legislação ambiental pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

A intervenção dos órgãos ambientais dá origem a inúmeros conflitos de competência a nível federal, regional e municipal devido a uma atribuição não muito clara das competências institucionais. O licenciamento ambiental, previsto no artigo 23 da Constituição de 1988, só foi regulado em 2011 através da lei

⁶ Leite Lopes define a ambientalização dos conflitos como um processo que implica « simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas no trabalho, na vida cotidiana e no lazer » e « que faz da questão ambiental uma nova fonte de legitimidade e argumentação nos conflitos (LOPES, 2006, p. 31); um « processo histórico de passagem de intensos e importantes conflitos situados no interior da fábrica, por questões trabalhistas levadas adiante pelo sindicato operário, para uma situação de conflito da cidade contra a fábrica, por motivos ambientais de poluição industrial » (LOPES, 2006, p. 44).

complementar 140. Como não existia até então uma legislação específica para complementar as previsões constitucionais acerca das atribuições de competências, várias “resoluções” foram editadas para preencher esse vazio legislativo ⁷. O problema é que as resoluções são normas “infra-legais” (FARIA, 2011, p. 7) sujeitas a interpretações doutrinárias contraditórias (ARAUJO, 2013).

A emissão de licenças ambientais é um objeto recorrente de litígios entre as administrações. A “Operação Costa Verde” lançada em 2010 ilustra bem esses conflitos. Trata-se de uma operação de “policiamento ambiental” organizada pelo Instituto Federal do Meio Ambiente (IBAMA) para controlar a regularidade dos imóveis situados no litoral sul do estado, parte mais turística do RN da qual Pipa faz parte. Segundo o coordenador da operação, 37 das 50 construções avaliadas eram irregulares. Na maioria das vezes, estas construções tinham sido autorizadas pelo IDEMA em base a uma interpretação jurídica equívoca. Cada órgão invocava uma base jurídica diferente. Enquanto o IBAMA invoca o código florestal (Lei No. 4771/1965, substituída por Lei No. 12651/2012) que proíbe construções a uma distância inferior a 100 metros da costa, o IDEMA se referia à Lei Estadual Nº. 7871/2004 que autoriza as construções a 33 metros a partir da ruptura do relevo. Enquanto os funcionários do IBAMA faziam referência à “hierarquia das normas” para que seja aplicado o Código Florestal, os advogados do IDEMA enfatizavam o “princípio de subsidiariedade” para justificar a prioridade da lei estadual.

CULTURAS INSTITUCIONAIS E POLITIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS

As rivalidades entre os órgãos ambientais não são apenas uma questão de direito, elas também refletem diferentes culturas institucionais.

⁷ Como a resolução CONAMA 237/1997 que visa a estabelecer critérios rigorosos de divisão de poderes.

O coordenador da Operação Costa Verde, questionado durante uma entrevista individual, encarna muito bem a ética comportamental dos funcionários federais. Formado em Brasília, ele afirma ter desenhado a operação de “A a Z” enquanto preparava sua tese de doutorado sobre a erosão costeira no RN. Sua dupla condição de funcionário federal e universitário lhe confere uma posição “distanciada” em relação às questões ambientais do Rio Grande do Norte. Ele considera os funcionários das administrações estaduais “tecnicamente incompetentes” e, “muitas vezes, ignorantes da lei”. De forma irônica, ele chama as Áreas de Proteção Ambiental (APA), geridas pelo IDEMA, de Áreas de Preservação “Aproximativa”, insinuando com isso que o órgão estadual não tem o conhecimento e a autonomia suficiente para garantir a preservação ambiental nestas áreas. O sentimento de superioridade dos policiais federais é bem conhecido entre os funcionários do Estado: eles também ironizam sobre o zelo dos “justiceiros do IBAMA”. Para o cientista político Ivan Faria Dutra, a rigidez e verticalidade do IBAMA seria o resultado de um “defeito congênito” da instituição:

Criado a partir da fusão de quatro órgãos (Sema, IBDF, Sudhevea e Sudepe), o Ibama nasceu com defeitos congênitos notórios, mas perfeitamente reparáveis. A união de estruturas de fomento com outras de fiscalização, amalgamando culturas organizacionais muito distintas, só poderia redundar em conflitos. A sinergia nefasta entre a tendência cartorial do serviço público brasileiro e uma forte vocação corporativista marcou a gestão do Ibama (...) Jamais foi criada como uma estrutura capaz de negociar com a sociedade. (FARIA, 2011, p.11-12).

Os órgãos ambientais são administrações altamente politizadas. Enquanto o IBAMA é frequentemente associado à posição centralista do partido do governo (o PT na época), o IDEMA é visto como uma

administração politicamente dependente da oligarquia regional potiguar. Originalmente concebido como um órgão de planejamento econômico com prerrogativas ambientais, o IDEMA obedece uma lógica de execução: “o IDEMA é um órgão puramente notarial, eles não analisam os casos com profundidade. Eles só querem saber se o cara cumpre a check-list: você traz o documento solicitado, paga a taxa, e já está”.

A rotação constante dos cargos diretivos do IDEMA, muitas vezes por indicação política, aumenta a permeabilidade da instituição aos interesses partidários. Em uma entrevista, um ex-consultor jurídico do IDEMA evoca os efeitos desta rotatividade política sobre a vida interna da instituição:

A direção muda a cada eleição: os chefes dos departamentos, de conselho jurídico, do setor de licenciamento ambiental, das unidades de conservação, etc. Aqueles que são concursados são perenes, mas aqueles contratuais: alguns se salvam, outras não. Se não tem que ter um “costa-larga” para se manter no cargo. [...] Essas mudanças políticas afetam muito a organização, o ritmo de trabalho[...]. (Entrevista com um ex-consultor jurídico do IDEMA).

Esta politização também desencoraja os agentes públicos a investirem na administração para subir na hierarquia e desenvolverem a sua carreira (ASIBUO, 1992). Muitos deles são contratuais. A precariedade dos servidores públicos aumenta sua dependência pessoal em relação aos chefes. Em compensação desta insegurança dos cargos, as “gratificações pontuais” permitem melhorar o salário, assim como o sistema das “diárias” para visitas de campo. Porque são difíceis de controlar do ponto de vista contabilístico, estas recompensas têm o efeito de fortalecer a critério dos gestores. Muitos trabalhadores praticam o que Gerhardt Anders (2005) chama de “*moonlighting*”, ou seja, o fato de cumular dois

ou três expedientes. Este é o caso, por exemplo, do conselheiro jurídico entrevistado acima, que, como muitos servidores contratuais, trabalhava como assessor do IDEMA no expediente da manhã e, à tarde, como advogado para empresas privadas. A rotação dos servidores públicos tende assim a aumentar a “permeabilidade” e os conflitos de interesse entre os órgãos ambientais e o setor privado.

O MEIO AMBIENTE NO BALCÃO DAS ADMINISTRAÇÕES

A precariedade administrativa e os conflitos interinstitucionais são um fator de grande insegurança para os usuários que solicitam os órgãos ambientais. Para os empresários imobiliários e turísticos, a solicitação de uma licença ambiental é sempre um processo longo e incerto:

Quando você monta um projeto, tem 12 meses que você não controla nada. Fica na mão do IDEMA e do IBAMA e você pode ficar esperando 6 meses sem que nada aconteça. Se você não conhece, pode durar até dois anos. Você pega muito “chá de cadeira” como dizem aqui, te fazem esperar até você ficar louco, te pedem um documento que não existe mais. Te pedem um documento e quando você entrega eles te pedem outro. Por que não avisaram antes que precisava deste documento? Tem que perguntar sempre, para tudo. Tem que ir lá e estudar toda a documentação com eles, folha por folha, para ver se não falta nada[...]. (empresário imobiliário espanhol, entrevistado em 2011)

A incerteza é ainda maior quando o projeto em pauta está localizado próximo a uma área de preservação ambiental: “mesmo que o projeto esteja a mais de 5 km do parque, eles vão pedir para o setor de áreas ambientais uma certidão para tirar todas as dúvidas. Isto faz com que a licença demore mais ainda a sair”. O processo é mais complexo quando se trata de investimentos estrangeiros, pois além de requerer autorizações

suplementares, o funcionamento da administração na sua dimensão humana e corriqueira nem sempre é evidente para quem não está acostumado com os códigos do país. A insegurança jurídica e a especificidade das culturas institucionais fortalecem o papel das relações pessoais (amizades, relações familiares, atenções particulares), dos intermediários da administração (advogados, despachantes) e outros “burocratas da linha de frente” – *street-level bureaucrats* – (servidores de plantão, atendentes do balcão, secretarias) na relação entre a administração e os administrados.

A GOVERNAMENTALIDADE AMBIENTAL DO TURISMO

A Praia de Pipa é um bom exemplo da variedade de subjetividades ambientais presentes entre as populações do litoral turístico. Muitos conflitos ambientais em contextos turísticos resultam do que Arjun Agrawal (2005) chama de “ambientalidades diferenciadas”, ou seja, concepções antagônicas da natureza. Em seu estudo sobre o manejo florestal em Kumaon (Índia), Agrawal Agrawal insiste no fato que todos os indivíduos não são igualmente receptivos a esta nova racionalidade ecológica. Ao levantar “a questão de quando, como e por que determinados assuntos em detrimento de outros são incentivados a adotar uma consciência ambiental” (AGRAWAL, 2005, p. 164), o antropólogo indiano afirma que a aquisição de valores ecológicos sempre varia de acordo com a posição social, com os setores ambientais considerados (energia, pesca, agricultura, etc.) e de acordo com as instituições que prescrevem os comportamentos ditos “ecologicamente corretos”. O turismo é um bom revelador destas ambientalidades diferenciadas, pelos conflitos que ele costuma provocar entre os diferentes grupos de usuários do território.

O meio ambiente é um suporte de relações assimétricas entre os diferentes grupos sociais. Enquanto, para a classe trabalhadora local, os

chamados “nativos”, as medidas de proteção ambiental podem representar um risco de exclusão social, pois a regulamentação ambiental restringe muitas profissões (barraqueiro, guia turístico, proprietário de lancha de passageiros, vendedor ambulante, etc.) exercidas de forma independente ou “informal” por essas pessoas, para a burguesia “forasteira”, a ecologia aparece, muitas vezes, como uma conveniente cobertura para motivações NIMBY (*Not In My Backyard*), uma maneira de cuidar seu entorno particular usando justificações de vocação universal.

O turismo e o surf, duas atividades baseadas no desejo da beiramar, jogaram um papel importante nesta relevância particular do tema ambiental no balneário. A produção permanente de imagens e discursos, que fazem da natureza um valor central do sistema turístico, acaba forjando uma nova ética entre os moradores locais. O turismo induz novas reivindicações ambientais através dos novos públicos que ele traz (turistas, novos residentes, ativistas). Cientes dos valores ambientais modernos, estes públicos não hesitam em defender seus ideais por meio de ações coletivas, demandas judiciais ou denúncias quotidianas contra os comportamentos ambientais “desviantes” dos turistas ou da população local. A “consciência ambiental” torna-se, assim, um marcador de divisões sociais (entre aqueles que, supostamente, tem e os que não tem essa consciência) e a “educação ambiental”, uma nova polícia de condutas.

A “educação ambiental” é um bom exemplo do trabalho feito pelos ambientalistas e surfistas para transformar a consciência da juventude local. O antropólogo José Leite Lopes (2006) vê a ascensão dos educadores ambientais como um “processo civilizador” semelhante aos “manuais de civildade” analisados por Norbert Elias (1973). A educação ambiental carrega um novo olhar sobre o meio ambiente e com isso novos padrões de comportamento e estilos de vida. Ao valorizar a natureza e um estilo de vida aparentemente “próximo a natureza”, o olhar turístico também participa

desta normalização dos lugares e dos comportamentos: um processo que poderíamos qualificar, em referência ao conceito foucauldiano de Arjun Agrawal (2005), de “governamentalidade ambiental” do turismo.

Este “processo civilizador” baseado na proteção da natureza está alinhado, a sua vez, com novas instituições públicas. O crescente número de áreas protegidas e o intervencionismo dos órgãos ambientais (IDEMA, IBAMA, Secretarias municipais de meio ambiente) nas regiões turísticas é outro indicador desta “produtividade ambiental” do turismo. O “poder ambiental” moderno não é um poder monolítico, racionalmente orquestrado pelo Estado, mas um poder difuso e fragmentado. A sensação de “insegurança jurídica” experimentada pelos empresários é o resultado de uma legislação ambiental ainda jovem, dividido entre vários escalões administrativos próprios ao federalismo brasileiro, e também entre várias culturas institucionais rivais. Por isso é difícil lidar com as ditas administrações, afinal, isso requer habilidades específicas e intermediários cuidadosamente escolhidos.

Finalmente, mais do que resolver os conflitos ambientais resultantes dos interesses socioeconômicos e “olhares” antagonísticos, os órgãos ambientais são fonte de uma conflitividade social e institucional. É justamente este caráter ambivalente do poder ambiental, simultaneamente produtivo e repressivo, consensual e conflitivo, que faz da preservação do meio ambiente um referencial moral cada vez mais presente nas nossas vidas. E o turismo certamente participa da generalização desta nova fonte de poder.

REFERÊNCIAS

AGRAWAL, Arjun. Environmentality. Community, Intimate Government, and the Making of Environmental Subjects in Kumaon, India. *Current Anthropology*, vol. 46, n° 2, p. 161-190, 2005.

ANDERS, Gerhardt. *Civil servants in Malawi: Cultural dualism, moonlighting and corruption in the shadow of good governance*. Rotterdam: Erasmus Universiteit, 2005.

ANDRADE, Mario Correia de. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental**: Rio Mamanguape (vol. 2). Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1957.

ARAUJO, Sarah Carneiro. Competência em matéria de licenciamento ambiental: do conflito à solução? *Revista da Faculdade de Direito*, Fortaleza, vol. 34, n° 1, p. 499-538, 2013.

CHARVOLIN, Florian. **L'invention de l'environnement en France**. Chronique anthropologique d'une institutionnalisation, Paris, La Découverte, 2003.

CORBIN, Alain. *Le territoire du vide*. Paris: Aubier, 1989.

DANTAS, Eustogio Wanderley, *Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DIEGUES, Carlos, *Maritime anthropology in Brazi.*, Sao Paulo: Edição da USP, 2005.

DUARTE BARROS, Eulália. **Verdes campos, verdes vales**. Natal: Autor, 2004.

ELIAS, Norbert. *La Civilisation des mœurs*. Paris: Pocket Agora, 1973.

FARIA, Ivan Dutra, *Ambiente e energia: crença e ciência no licenciamento ambiental, parte III. Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado Federal*. Brasília: Núcleo de estudos e pesquisas do senado, 2011.

GREEN, Nancy. **The spectacle of nature**. Manchester: Manchester University Press, 1999.

HOLLINSHEAD, Keith. Surveillance of the worlds of tourism: Foucault and the eye-of-power. *Tourism Management*, vol. 20, n° 1, p. 7–23, 1999.

KALAORA Bernard. Variations littorales. **Revue de l'administration territoriale et de l'État**, vol. 230, p. 24-28, 2011.

LASCOUMES, Pierre. *L'éco-pouvoir (environnement et politiques)*. Paris: La Découverte, 1994.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes antropológicos*, vol. 12, n° 25, p. 31-64, 2006.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal**: por uma antropologia do Litoral do Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LOLOUM, Tristan, 2015a, *Derrière la plage, les plantations. Ethnographie d'une « situation touristique » dans le Nordeste brésilien : le cas de Tibau do Sul, RN*, Tese (Doutorado em Antropologia e Estudos do Turismo), École des Hautes Études en Sciences Sociales e Universidade de Lausanne, 2015a.

_____. La situation touristique. Reconfigurations sociales dans une station balnéaire brésilienne. *Tsantsa : revue suisse d'ethnologie*, vol. 20, n° 1, p. 116-120, 2015b.

_____. Le gouvernement de la nature. Conflits socio-environnementaux et régulations institutionnelles sur le littoral touristique brésilien. **L'espace politique**, 21(1), 2016a

_____. Des peuples sans histoire ? Usages sociaux du passé à Tibau do Sul (RN). **Vivencia**: Revista de Antropologia, 1(47), p. 161-180, 2016b.

_____. Derrière la plage, les plantations. Touristification du littoral et recomposition des élites dans le Nordeste brésilien. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, vol. 2018, p. 46-63, 2017.

SIGAUD, Lygia. Le courage, la peur et la honte. Morale et économie dans les plantations sucrières du Nordeste brésilien. *Genèses*, vol. 25, n° 1, p. 72-90, 1996.

SIMONETTI, Ormuz Barbalho. À Praia de Pipa do tempo dos meus **avos**. Natal: Nave da Palavra, 2012.

TIDJANI ALOU, Mahaman, La corruption dans le système judiciaire. In : BLUNDO, Giorgio, OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (org.). *État et corruption en Afrique : une anthropologie comparative entre fonctionnaires et usagers (Bénin, Niger, Sénégal)*. Paris : Karthala, 2007.

URRY, John. **The tourist gaze**: leisure and travel in contemporary society. Londres: Sage Publications, 1990.

_____. The tourist gaze and the 'environment'. *Theory, Culture and Society*, vol. 9, n°3, p. 1-26, 1992.

O USO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA TURISMO

Danielli Cristina Granado

A água enquanto elemento vital participa da constituição dos organismos e dos ecossistemas. Imprescindível às atividades humanas, a água se torna recurso hídrico, à medida que é passível de utilização para diversos fins na sociedade. Assim, a total dependência deste recurso justifica deslocamentos, desde tempos remotos. No entorno de corpos hídricos, os seres humanos se congregaram e se estabeleceram dando origem aos primeiros assentamentos. A história retrata esse vínculo homem – ambiente aquático, ao registrar o surgimento das primeiras grandes civilizações nos vales de grandes rios, como do Tigre e Eufrates na Mesopotâmia, do Nilo, no Egito e do rio Amarelo, na China.

A busca por fontes de água perdura até os dias atuais, mas, as motivações para os deslocamentos se modificaram ao longo dos tempos. Nos primórdios estavam ligadas à questão de sobrevivência, para sanar necessidades básicas de ingestão e despejo de águas servidas. Com o decorrer do tempo, a água passou a ser também procurada para a produção de alimentos, incluindo a dessedentação de animais, culminando no estabelecimento de populações sedentárias e no surgimento de uma cultura distinta, marcada pelo início da agricultura. As técnicas de manejo das águas, presentes em muitas civilizações proporcionaram o sedentarismo e o surgimento das cidades.

Na Grécia Antiga, por volta do século V A.C., a busca por fontes de águas terapêuticas justificaram viagens. Os romanos também buscaram as águas hidrominerais, devido à fama por suas propriedades curativas e, assim formaram-se importantes centros de interesse de viajantes pela Europa Antiga (YASOSHIMA; OLIVEIRA, 2002). Em tempos não tão longínquos, por volta dos séculos XV a XVII, deslocamentos também foram marcados pela crença nas propriedades das águas termais. Segundo Rejowski (2002), houve uma expansão do surgimento de estâncias termais na Europa, entre os séculos XVIII e XIX. Nesse mesmo período, as indicações terapêuticas se estenderam às áreas litorâneas, considerando as benesses do clima e dos banhos de mar. Mais tarde, as motivações para as viagens passaram a ir além do tratamento terapêutico e, as estâncias passaram a ser consideradas também como locais para lazer e entretenimento (SOALHA, et al. 2010). No século seguinte, especificamente, a partir da década de 1960, a busca por fontes de água para lazer e recreação, se popularizou caracterizada por um fluxo massivo de pessoas, principalmente, em direção às áreas litorâneas, situação que perdura até os dias atuais, sendo identificado como turismo de “sol e praia”.

Este capítulo tem como objetivo discutir a relação do homem com os ambientes aquáticos, sob a perspectiva do uso para lazer e recreação, considerando aspectos ambientais e sociais e o potencial estratégico do turismo, enquanto atividade econômica de destaque no cenário mundial. Neste contexto, o enfoque permeia os desdobramentos dessa inter-relação, sob a perspectiva dos usos múltiplos das águas, estabelecido como fundamento na Lei das Águas, Lei N. 9433 de 8 de janeiro de 1997, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997). Essa discussão foi suscitada por levantamentos bibliográfico e documental e a partir das experiências vivenciadas em trabalhos de campo, com as pesquisas sobre recursos hídricos e turismo, que vêm sendo desenvolvidas desde o ano de 2010.

A BUSCA INCESSANTE POR FONTES DE ÁGUA

Sua condição, enquanto elemento essencial à vida sempre conferiu a água poder de atrair e congregar pessoas, motivando deslocamentos, desde os tempos mais remotos. Da busca do homem primitivo, por fontes de água para sanar suas necessidades mais básicas de dessedentação, alimentação e asseio, ao surgimento das primeiras grandes civilizações no vale de grandes rios, o homem sempre esteve ligado ao meio aquático. De acordo com Carvalho (2003), o trabalho organizado nos assentamentos permitiu “dominar” e manejar a água e assim, surgiram obras que marcam as primeiras intervenções em saneamento, em civilizações como na Mesopotâmia e no Egito. Resolvidas questões prioritárias de sobrevivência, outros aspectos passaram a motivar a busca por fontes de águas e inicialmente estiveram associadas às suas propriedades curativas, inicialmente na Grécia e Roma Antiga, o que levou ao estabelecimento de centros de águas termais.

Entre os séculos XV e XVII, muitas viagens continuaram a ser motivadas pela crença nas propriedades terapêuticas das águas, o que levou ao desenvolvimento de estâncias termais, impulsionado pelas viagens da família real inglesa e da nobreza. E o modelo inglês de desenvolvimento das estâncias termais se difundiu pela Europa continental no século seguinte. Bath, na Inglaterra e Baden Baden, na Alemanha, fundadas na época do Império Romano, foram redescobertas e tiveram seu auge nos séculos XVIII e XIX (REJOWISKI; YASOSHIMA; STIGLIANO; SILVEIRA, 2002; PINHEIRO, 2012).

As viagens ao litoral ganharam destaque no final do século XVIII, devido à prescrição médica de banhos de mar ou de simples temporadas para usufruir do ar marítimo, com a ideia de que o clima litorâneo era benéfico para combater doenças como a tuberculose (YASOSHIMA;

OLIVEIRA, 2002). Segundo Rejowski, Yasoshima, Stigliano e Silveira (2002), no final deste século, os balneários marítimos começaram a concorrer com as estâncias termais e se consolidaram como destinos de veraneio. Brighton, na Inglaterra foi um famoso centro de banhos de mar e a atividade começou a crescer também na França e na Espanha.

Os hábitos de viagens dos europeus foram reproduzidos mais tarde na América, com o desenvolvimento de estâncias termais nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que surgiam as estâncias balneárias. No Brasil há relatos de que as primeiras estâncias surgiram na segunda metade do século XIX, como é o caso de Caldas da Imperatriz (CAMARGO, 2003). No século seguinte, as estâncias hidrominerais brasileiras desenvolveram-se com base no turismo, sustentadas pelo valor medicinal de suas águas e pelos aspectos culturais que permeiam a vida de seus habitantes (NINIS & DRUMOND, 2008).

Nas Américas, os balneários marítimos de Atlantic City e outras destinações na Flórida, no Estados Unidos estavam em alta como centros turísticos de praias, em meados do século XIX. Assim como Mar del Plata, na Argentina e Viña del Mar, no Chile (REJOWISKI; YASOSHIMA; STIGLIANO; SILVEIRA, 2002). Lousada (2010) acrescenta que nessa época, os deslocamentos tinham objetivo de “...conciliar os tratamentos terapêuticos das águas minero medicinais e marítimas, do ar revigorante da beira-mar ou da montanha, recomendados por médicos e higienistas com o lazer e o recreio”.

Gradativamente, as estâncias litorâneas ganharam popularidade e passaram a competir com os centros termais. E no início do século XX destacaram-se praias no Mediterrâneo, como Cannes, Nice e Riviera Italiana. Assim como surgiram importantes destinos na América, como Miami Beach, nos Estados Unidos e Acapulco, no México. No Brasil, grandes hotéis surgiram no Rio de Janeiro como reflexo desse destino de praia que começava a despontar (REJOWISKI; SOLHA, 2002)

Mas a motivação para o estabelecimento das estâncias hidrominerais e litorâneas se modificou ao longo dos tempos, tanto na Europa quanto na América, evoluindo de, exclusivamente de saúde, para um misto de tratamento terapêutico e de lazer e, mais tarde para motivações relacionadas ao lazer e à recreação. A demanda por lazer, recreação e turismo cresceu no início do século XX, impulsionada, principalmente, pelo avanço da tecnologia, com reflexos significativos nos meios de transporte e acesso e, devido a mudanças no panorama social mundial (PINHEIRO, 2012).

A partir da década de 1920, observou-se uma mudança no perfil do turista. Neste período, vários países discutiam seriamente as questões trabalhistas, sendo que alguns legalizaram a redução da jornada de trabalho, as férias, descanso semanal (dominical) remunerado. Com isso, criou-se uma nova demanda por turismo e pelas atividades de lazer... (REJOWISKI; SOLHA, 2002, p. 85).

Desde essa época, o fluxo de turistas em busca de fontes de água tem aumentado consideravelmente e, outros meios aquáticos também passaram a compor o rol de ambientes explorados para práticas recreativas. Atualmente rios, lagos e represas constituem importantes locais de lazer e recreação para as populações locais e, atrativos turísticos, em muitos destinos, além das estâncias hidrominerais e dos balneários litorâneos, já consagrados desde a antiguidade.

AS VIAGENS, OS RECURSOS HÍDRICOS E A VIDA CONTEMPORÂNEA

O lazer é considerado um componente essencial da sociedade contemporânea. E desde o nascimento da industrialização, pensadores de

diferentes áreas do conhecimento fazem reflexões sobre sua relevância social (DUMAZEDIER, 1999). Com o advento das leis trabalhistas e a redução da jornada de trabalho, as discussões foram intensificadas, versando inclusive sobre a necessidade de modificação de espaços públicos e privados para o lazer (CAMARGO, 2001). Neste contexto, Boullón (2004) estima que cerca de 20% da população urbana mundial costuma sair de casa aos finais de semana, em busca de atividades de lazer ao ar livre ou para consumir algum serviço recreativo da cidade. Mas acrescenta que instalações recreativas que possam suprir as necessidades dos habitantes são escassas na maioria dos municípios, sobretudo para as populações mais carentes. Nas cidades litorâneas, as praias conseguem suprir boa parte das necessidades recreativas da população. Mas, essa realidade não está presente nas cidades atravessadas por rios, pois, na maioria das vezes, as águas encontram-se poluídas e com margens deterioradas e com acúmulo de resíduos sólidos.

Num contexto mais recente, o turismo foi inserido como lazer e se tornou uma atividade relevante no cenário econômico mundial, por seu crescimento contínuo a partir da década de 1950. E as praias litorâneas, além de prover lazer para as populações locais, também se tornaram o produto turístico mais popular em todo o mundo (ALBUQUERQUE, 2004; AYLÁ; MARTÍN; MASIQUES, 2003; CSIL, 2008; GARCÍA; ALBUQUERQUE, 2003; JONES; PHILLIPS, 2011; PEREIRA et al., 2013), predominando também no mercado turístico brasileiro (NOVAES; SILVA; OLIVEIRA, 2010). Os 8000 km de costa, as exuberantes paisagens dos ecossistemas litorâneos e o clima tropical, predominante na maior parte do território nacional caracterizam o turismo de “sol e mar” como o segmento mais difundido no País, que atrai tanto turistas nacionais quanto estrangeiros (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2005).

Para Loiola e Miguez (2013), praia e clima podem ser considerados como fontes de vantagens competitivas para o Brasil, cujo aumento

contínuo na intensidade de uso resulta em investimentos crescentes na zona costeira e leva à inclusão de novos espaços e requalificação de praias já frequentadas. Os Autores atribuem essa atração pelo litoral à paixão do brasileiro pela praia: “O Brasil é um país praieiro do qual se pode afirmar que existe uma cultura da praia” (LOIOLA E MIGUEZ, 2013, p. 182). E acrescentam que esse culto à praia torna este espaço parte da vida do brasileiro, tanto para fins lúdicos, quanto terapêuticos, quer vivam nas proximidades ou no interior do país.

Todavia, embora as praias se configurem no principal atrativo turístico brasileiro, as localidades onde estão inseridas apresentam inúmeras deficiências de infraestrutura urbana, principalmente, pela ineficiência ou ausência de tratamento dos esgotos sanitários que comprometem a balneabilidade da água e conseqüentemente, o uso das praias para lazer e recreação (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2005). Ferretti (2002) corrobora com tais afirmações ao salientar que, comumente, não são as atividades realizadas na água as que representam maior potencial de contaminação, mas sim a ineficácia dos serviços sanitários, que deveriam atender satisfatoriamente o crescimento populacional urbano e o aumento intensivo no número de habitantes, principalmente, nos períodos de feriados e férias escolares. Esse panorama tem como consequência a poluição de praias, mares e rios, os quais apresentam elevadas concentrações de coliformes fecais cada vez mais frequentes que comprometem a qualidade ambiental e inviabilizam o uso para recreação, com riscos à saúde dos banhistas (GRANADO; RIBEIRO; LOPES, 2015). Estima-se que as águas costeiras contaminadas por material fecal são responsáveis por mais de 120 milhões de casos de doenças gastrointestinais e 50 milhões de doenças respiratórias a cada ano, em todo o mundo (HALLIDAY; GAST, 2011; PEREIRA et al., 2013)

No Rio de Janeiro, a poluição da baía de Guanabara e a contaminação por esgoto doméstico em diversas praias cariocas, como

Copacabana, ameaçam o turismo e contaminam a população local (SALATI; LEMOS; SALATI, 2006). Esse quadro se repete em muitas cidades litorâneas brasileiras, cujas águas de praias e rios apresentam elevadas concentrações de coliformes fecais, que podem comprometer a saúde dos banhistas. E em geral, não são divulgados pela mídia para não afastar os turistas.

A poluição das praias não é uma realidade apenas do Brasil, sendo também observada em muitos destinos turísticos consagrados internacionalmente como Acapulco, no México, Puntarenas, na Costa Rica, Pocitos, no Uruguai, Salinas, no Equador e Viña Del Mar, no Chile. Tais locais padecem com a contaminação de rios e mares pelo despejo de efluentes líquidos provenientes de indústrias e residências privadas, condomínios de segunda residência, hotéis e estabelecimentos comerciais (FERRETTI, 2002). Na Colômbia, a situação também não é diferente, dados do monitoramento da qualidade das praias realizados em 2010 e 2011 demonstraram que somente 11% das praias das ilhas colombianas no Mar do Caribe apresentavam qualidade adequada para recreação de contato primário. Isso porque a maioria das localidades não possuem sistemas de tratamento de águas residuais, contando apenas com emissários para diluição do esgoto (COLÔMBIA, 2012). Outros destinos no litoral do Caribe apresentam qualidade das águas comprometidas para recreação (DACHARY, 1996).

A qualidade ambiental das praias é fator predominante na escolha dos locais pelos banhistas e turistas. Assim, os destinos turísticos devem priorizar a adequada gestão sanitária e ambiental de suas praias, visto que muitas economias locais e regionais são cada vez mais dependentes do turismo, tanto nos países pobres, quanto em países ricos, como é o caso da Região Autónoma Portuguesa da Ilha da Madeira e de toda a costa portuguesa (ALBUQUERQUE, 2004; PEREIRA et al.,

2013), do sudeste britânico (MAY, 1993), da região do Mediterrâneo (CSIL, 2008; WILLIAN, 2011). Entre os países menos abastados, cujas regiões litorâneas são dependentes economicamente do turismo citam-se os caribenhos Cuba, República Dominicana e, Porto Rico (BURNE; DACHARY, 2009), a costa mexicana e as ilhas colombianas como San Andres, Providencia e Santa Catalina (ROCA; DIAZ, 2016), assim como toda a Costa Brasileira, entre tantos outros destinos de sol e mar.

A RELAÇÃO DO TURISMO COM OUTROS RECURSOS HÍDRICOS

Outros destinos, além das cidades litorâneas, têm atraído cada vez mais visitantes, em função de seus ambientes aquáticos superficiais. Praias fluviais em rios, pequenas represas e grandes, reservatórios de água vêm ganhando espaço no cenário do turismo nacional. E ainda que, em geral, movimentem um fluxo regional de visitantes, já podem ser consideradas como formas relevantes de turismo em contato com a natureza. Além disso, são consideradas opções relevantes de lazer e recreação para a população local, quando apresentam padrões de qualidade para recreação (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2005).

Os rios ganharam espaço no cenário dos atrativos turísticos nacionais. Trechos com corredeiras podem apresentar um diferencial, pois são muito procurados para a prática de turismo de aventura, como rafting e boiacross, assim como aqueles que apresentam quedas d'água, que além de propiciarem a realização de esportes de aventura, como o rapel, por exemplo, também são muito visitadas para contemplação e banho. A formação de ilhas, bancos de areia e praias também proporcionam espaços utilizados para lazer e recreação. Segundo a Agência Nacional de Águas (2005), o Rio Araguaia, na região Centro Oeste do Brasil, possibilita o

desfrute de ilhas e praias existentes em seu percurso, que proporcionam paisagens que atraem ribeirinhos e turistas. Somente no Estado de Goiás, essas localidades turísticas têm atraído mais de 50 mil pessoas, na temporada da seca, que vai de julho a setembro, quando os grandes bancos de areia que formam as praias costumam aparecer. No Piauí, as praias fluviais do Rio Parnaíba, em Teresina também atraem visitação crescente aos finais de semana e feriados.

Muitas outras localidades são famosas e atrativas por seus cursos d'água. No Norte do País, a abundância de redes hidrográficas associadas à elevada diversidade de espécies e ecossistemas compõem paisagens interessantes que atraem turistas nacionais e estrangeiros (NASCIMENTO, 2005). No Mato Grosso do Sul, os rios da Serra da Bodoquena são reconhecidos internacionalmente pelas águas cristalinas, em consequência do solo da região, onde predominam rochas calcárias. O calcário dissolvido na água aglutina e permite a decantação das matérias presentes na água, o que faz com que a água fique transparente, revelando a elevada biodiversidade submersa. Nos rios da Prata, Sucuri e Formoso, nos municípios de Bonito e Jardim são praticadas atividades de flutuação, que estão entre as atividades mais procuradas pelos turistas que visitam a região. A beleza natural dos ecossistemas terrestres e a elevada diversidade de espécies, associada à singularidade dos corpos de água modificaram a economia local. Tradicionalmente baseada na pecuária bovina e na mineração de calcário, hoje, com a intensificação do turismo, muitas fazendas que abrigam esses atrativos naturais, principalmente os rios de águas transparentes, já mudaram seu enfoque econômico da pecuária para o turismo (ALHO; SABINO; ANDRADE, 2007).

Ainda que existam inúmeros exemplos do uso de rios para atividades de lazer, a possibilidade de aproveitamento de ambientes aquáticos para atividades recreativas, na maioria das cidades é muito reduzida, principalmente, nos grandes aglomerados urbanos, já que os

trechos que cortam as cidades encontram-se em condições precárias, com qualidade imprópria para este fim e também porque suas margens foram transformadas em verdadeiros depósitos de lixo ou ainda porque foram canalizados (BOULLÓN, 2004).

Outras modificações bastante frequentes em rios brasileiros são os barramentos, que transformam ambientes de águas correntes em “lagos”, em que o movimento da água é quase estagnado. Mas estes espaços também são bastante apreciados para atividades recreativas. De acordo com Julio Jr. e colaboradores (2005), muitos reservatórios que foram construídos com a finalidade de geração de energia elétrica para atender a crescente demanda no País são explorados pelo turismo. Nesses “lagos” artificiais, surgiram inúmeras praias que são aproveitadas para o desenvolvimento de atividades recreativas, que atraem tanto a população local, quanto turistas. A prática de esportes náuticos também é frequente nesses ambientes, assim como a pesca recreativa.

Branco e Rocha (1977) corroboram ao afirmar que tais ambientes proporcionam uma imagem nova e diferente à paisagem regional e, com o passar do tempo transformam-se em áreas de recreação. Nesses locais se estabelecem clubes náuticos, casas de veraneio e empreendimentos turísticos. E dependendo da proximidade com as cidades, a represa pode passar a integrar a área urbana, constituindo-se como recurso de lazer das populações, como as represas Billings e Guarapiranga, que passaram a integrar o cenário urbano e a disponibilizar lazer à parte da população paulistana. A praia do Riacho Grande localizada na Billings, em São Bernardo do Campo (SP) é um exemplo de praia que compõem o cenário urbano e está integrada na vida da população do bairro que leva o mesmo nome da praia (AMORIM; GRANADO, 2014).

A formação dos imensos espelhos d’água, constituídos pelas águas represadas somadas às ilhas, bancos de areia e praias passa a

constituir um potencial turístico nas regiões onde estão inseridos e, por meio do turismo podem beneficiar as localidades banhadas pelas águas, pois atrai olhares de turistas e investidores, o que contribui para que a economia, a infraestrutura e os recursos políticos do local possam se desenvolver para atender os visitantes. Contudo, a crescente visitação necessita de planejamento adequado e de ações e programas voltados para o monitoramento e conservação dos ecossistemas aquáticos, que busquem garantir a qualidade ambiental e a continuidade do atrativo, em longo prazo, pois podem contribuir com a degradação dos recursos hídricos, já que são castigados pela poluição sanitária e industrial.

A Agência Nacional das Águas (2005, p. 19), no documento “O Turismo e o Lazer e sua Interface com o Setor de Recursos Hídricos” destaca o “Turismo e Lazer nos lagos e reservatórios interiores”, como um segmento em ascensão, mas enfatiza que “de grande, porém incipiente potencial, esse segmento carece de definição política e de estratégias de uso racional das represas como instrumento de ofertar lazer de baixo custo à sociedade”. Em algumas regiões, o turismo em praias de reservatório é considerado como uma atividade em desenvolvimento, enquanto que em outras, a prática é ainda inexpressiva. Na Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia, a utilização para fins turísticos, dos lagos das hidrelétricas de Tucuruí, Serra da Mesa e Lajeado é significativa. Dentre os atrativos destacam-se a existência de ilhas e bancos de areia que proporcionam belas paisagens aos visitantes.

A construção do reservatório de Furnas conhecido como “Mar de Minas” fez emergir paisagens exuberantes, com serras e canyons em 34 municípios mineiros. Para promover o turismo na região foi criado o Circuito Turístico Lago de Furnas com opções de lazer relacionadas à esportes náuticos, à pesca recreativa e às tradições mineiras. Itaipu, o reservatório da maior hidrelétrica do mundo, localizado na tríplice

fronteira Brasil-Paraguai-Argentina possui em sua orla uma completa infraestrutura turística que inclui terminais turísticos, praias artificiais, balneários, clubes e bases náuticas, os quais oferecem inúmeras opções para a população local e turistas. Em conjunto com outros atrativos, principalmente, as Cataratas do Iguaçu, constituem o segundo complexo turístico do Brasil. Outro ambiente aquático bastante usado para práticas recreativas é o lago Paranoá, em Brasília (DF), que foi criado para auxiliar nas condições climáticas locais e atualmente possui utilização prioritária para recreação e paisagismo. O corpo d'água apresenta grande potencial turístico, entretanto, os outros usos que dele são feitos geram inúmeros conflitos difíceis de gerenciar (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2005).

A Região Hidrográfica do São Francisco também apresenta potencial turístico, com possibilidades oferecidas em vários reservatórios, mas as atividades ainda são incipientes. Na Bacia do Paraná, as atividades estão em desenvolvimento, sendo predominantes a pesca esportiva, esportes náuticos e atividades em “praias”, que ocorrem principalmente nas represas ao longo dos rios Tietê, Grande, Paranapanema e Paranaíba. Ainda nesta Bacia, no Estado de São Paulo, a Hidrovia Tietê-Paraná aparece como nova oferta turística, sendo que os grandes espelhos d'água e as paisagens naturais constituem-se como potenciais atrativos para o turismo (MAIA, 2009). No município de Barra Bonita, a atividade turística já é bastante explorada ao longo da hidrovia, gerando oportunidades de desenvolvimento socioeconômico com o estabelecimento de áreas de lazer, esporte, recreações, marinas e portos turísticos (MAIA, 2009; TUNDISI; MATSUMURA-TUNDISI; ABE, 2008).

No Oeste do Estado de São Paulo, onde os recursos hídricos são abundantes há diversas praias em rios e represas, configuradas em espaços públicos de lazer, denominados de balneários. Essa condição

geográfica somada a uma expressão socioeconômica pouco significativa faz com que o turismo seja considerado como uma opção atraente para esta região, do ponto de vista do desenvolvimento local e regional. De forma mais específica, três aspectos principais contribuem para que o turismo seja considerado como uma atividade interessante para a região: as paisagens, a abundância de recursos hídricos de boa qualidade e as restrições ambientais em alguns municípios, devido à singularidade e a fragilidade dos ecossistemas. Nessa perspectiva, pequenas e médias cidades do interior brasileiro têm se beneficiado da atividade turística, por meio da exploração do potencial de seus recursos hídricos. Mas o que se observa é que embora essas localidades invistam em ações para atrair cada vez mais visitantes, a maioria delas não planeja adequadamente seus espaços destinados a esse fim, nem tão pouco, os serviços de saneamento básico. Situação que pode a médio prazo levar à degradação ambiental, com consequências para atratividade, podendo comprometer a continuidade da atividade turística. Segundo Ferretti (2002), em alguns casos, o turismo é responsabilizado pelos danos ambientais. Mas a “culpa” em si, não é da atividade, já que ela apenas contribui para intensificar os prejuízos. O agravamento da degradação ambiental se dá pela ausência de planejamento urbano e regional, que contemple as questões sanitárias e ambientais dessas localidades e que convirjam com o desenvolvimento turístico.

Ao considerar a qualidade dos recursos hídricos há necessidade de ações integradas entre os diversos setores usuários da água, no âmbito da bacia hidrográfica para garantir a sustentabilidade socioambiental bem como os usos múltiplos das águas, entre eles a recreação e o turismo. A sustentabilidade dos diversos aproveitamentos, proporcionada pela integração dos componentes sociais, ambientais e econômicos, pode ser almejada pela adoção de práticas de planejamento para a prevenção e controle da degradação do meio ambiente associada à garantia da

atratividade do produto turístico perante os usuários, o que inclui também as instalações e áreas de entorno. García e Albuquerque (2003) corroboram, enfatizando que a atividade turística deve necessariamente ser compatível com o meio físico e social em que se insere, pois aspectos de qualidade, integração com o entorno (ambiental e social) e conservação ambiental são as chaves para a promoção e desenvolvimento do turismo.

TURISMO, RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE AMBIENTAL

A exploração dos ambientes aquáticos para fins de recreação está entre as inúmeras utilizações possíveis de um corpo d'água, as quais são conhecidas como usos múltiplos dos recursos hídricos. De acordo com a Lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, entre outras disposições, “a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas”, sendo este, um de seus fundamentos estabelecidos pelo inciso IV, do Art. 1º. (BRASIL, 1997). E embora o abastecimento humano e a dessedentação de animais sejam consideradas utilizações mais nobres, estabelecidas como prioritárias em situação de escassez por esta Política, outros usos também devem ser compatibilizados para que possam beneficiar a sociedade.

O uso para recreação está contemplado na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº. 357 de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. O Art. 1º. define recreação de contato primário, aquela em que há “contato direto e prolongado com a água (tais como natação, mergulho, esqui-aquático)

na qual a possibilidade do banhista ingerir água é elevada;” e recreação de contato secundário, “àquela associada a atividades em que o contato com a água é esporádico ou acidental e a possibilidade de ingerir água é pequena, como na pesca e na navegação (tais como iatismo)”;

sendo que para a primeira é exigido um padrão de qualidade mais elevado (BRASIL, 2005).

As utilizações para lazer, recreação e turismo são consideradas como de uso não consultivo da água, o que significa que não há depleção de nenhum volume de água com este uso e, de acordo com a Agência Nacional de Águas (2005), se adequadamente planejadas podem apresentar elevado potencial de aproveitamento sustentável dos ecossistemas aquáticos, pelo baixo impacto que representam quando comparadas a outras formas de utilização. A exploração turística pode ainda ser benéfica, pois tem potencial para levar desenvolvimento para as regiões onde se insere, gerando emprego e renda para as populações. Segundo Straskraba & Tundisi (2000, p. 187), “a recreação e o turismo em reservatórios pode exercer um importante papel na economia de algumas comunidades”.

Importante evidenciar que não há consenso nas discussões entre os pesquisadores sobre o uso recreacional em mananciais de abastecimento público de água potável. As opiniões se dividem entre os que consideram que este tipo de uso representa um *input* insignificante de carga poluidora, comparado à carga já existente em praticamente todos os corpos de água, oriundas principalmente dos volumes de esgoto sanitário e industrial; e aqueles que ponderam que se trata de uma carga adicional de poluição que se soma as demais e que, portanto, deve ser considerada (BRANCO; ROCHA, 1977). Mas, em geral, o que frequentemente se observa é que não são as atividades realizadas na água as que representam maior potencial de contaminação, mas sim a ineficácia dos serviços sanitários, que deveriam atender satisfatoriamente o crescimento populacional urbano e o aumento intensivo no número de habitantes, nos períodos de feriados e férias escolares. Esse panorama tem como

consequência a poluição de praias, mares e rios, os quais apresentam elevadas concentrações de coliformes fecais cada vez mais frequentes, inviabilizando o uso pelos banhistas (FERRETTI, 2002; GRANADO; RIBEIRO; LOPES, 2015; SALATI; LEMOS; SALATI, 2006).

Sob este aspecto, deve ser destacada a importância da observação dos padrões de qualidade para este fim, pois garantir a qualidade ambiental em águas usadas para recreação é fundamental para que a atividade não cause prejuízos à saúde dos usuários, principalmente, no caso da recreação de contato primário, em que há contato direto e possibilidade de ingestão de água, como em atividades de banho, de natação, de mergulho, entre outras. Contudo, ainda são incipientes os programas de monitoramento que atestem a qualidade no território brasileiro, especialmente, em ambientes continentais como praias fluviais e de reservatórios, sendo mais comuns em praias litorâneas nos períodos de alta temporada.

E ainda que boa parte dos destinos turísticos de praia, no Brasil e na América Latina, em geral, apresentem problemas com a gestão de seus recursos hídricos, principalmente pela incipiência na coleta e tratamento de efluentes, problema que é agravado com o fluxo turístico, o uso recreativo em si, parece não figurar entre os principais responsáveis pela degradação crescente dos recursos hídricos. A deterioração progressiva da qualidade da água, observada reflete o uso e a ocupação do solo e revela as elevadas cargas de poluentes oriundas de esgotos doméstico e industrial lançados nos corpos hídricos, assim como da drenagem das áreas urbanas. Situação que demonstra ausência de integração e compatibilização dos usos múltiplos dos recursos hídricos e, reflete o crescimento urbano desenfreado e a ausência de políticas públicas de planejamento urbano que contemplem entre outras questões, a adequação dos aspectos sanitários das cidades e os programas de lazer e turismo locais e regionais, no caso brasileiro (GRANADO; RIBEIRO; LOPES, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estreita relação entre a sociedade e os recursos hídricos para práticas de lazer e recreação é antiga e perdura até os dias atuais, sendo evidenciada pelo uso intensivo de praias litorâneas e ambientes aquáticos continentais, tanto em áreas urbanas, como rurais. Essa forte afinidade transformou as praias no produto turístico mais popular do mundo e as cidades litorâneas passaram a ser concebidas como sinônimo de lazer. Assim como motivou a exploração de outros ambientes aquáticos para uso recreativo e turístico, como rios, represas e grandes reservatórios, que ainda movimentam um fluxo regional de visitantes, mas que já pode ser considerada como forma relevante de turismo em contato com a natureza.

Mas, em geral, o que frequentemente se observa é que embora os recursos hídricos figurem entre os principais atrativos de muitos destinos turísticos brasileiros, seus usos não estão integrados numa perspectiva de uso e conservação que garantam sua sustentabilidade e qualidade ambiental. E embora as localidades invistam em ações para atrair cada vez mais visitantes, a maioria delas não planeja e gerencia adequadamente seus espaços voltados para o lazer, recreação e turismo, nem tão pouco contam com infraestrutura urbana, em especial, de serviços sanitários adequados e que suportem um aumento intensivo no volume de efluentes gerados, em função do aumento populacional nos períodos de alta temporada. O resultado é a degradação da qualidade ambiental progressiva, que reflete direta e indiretamente na atratividade e continuidade da atividade turística, pois a saturação dos serviços sanitários agrava os problemas de contaminação e poluição que comprometem a qualidade das águas.

Considera-se que o planejamento do turismo associado aos ambientes aquáticos deve estar pautado na manutenção da qualidade da água, e nas demais ações de organização dos atrativos naturais e culturais,

que somados à infraestrutura e aos serviços turísticos qualificam o potencial de atratividade e geram a os benefícios sociais e econômicos tão almejados, numa relação de vivência e convivência entre moradores e turistas que valorizam o espaço de lazer público, geram respeito ao meio ambiente e promovem a qualidade nos espaços públicos para o lazer e o turismo em uma visão integradora e sustentável. A incipiência de políticas públicas regionais e locais embasadas nas legislações federais e estaduais demonstra, no caso do turismo, que não basta aos municípios possuir atrativos naturais ou culturais; é preciso observar que a atividade não deve acontecer de modo espontâneo e sim, a partir do planejamento que contemple aspectos sociais, ambientais e políticos, de modo a minimizar os efeitos nocivos da atividade e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região.

No caso dos reservatórios de hidrelétricas, a construção de balneários está entre as formas bastante frequentes de aproveitamento da água para lazer, recreação e turismo. Além de lazer de baixo custo para a população, as “praias” possuem outros pontos positivos, visto que atraem os olhares de turistas e podem fazer com que a economia, a infraestrutura e os recursos políticos da localidade se desenvolvam para atender as demandas dos visitantes. Contudo, a crescente visitação, carece de planejamento e fiscalização para que a conservação das águas seja assegurada, garantindo a qualidade não só para a atividade recreativa e turística, mas para os múltiplos fins.

A organização de balneários, seja litorâneo ou de águas continentais, como espaços atrativos, seguros e sustentáveis pode contribuir positivamente para um cenário social mais amplo, que contemple o turismo e suas benesses econômicas, mas que também sirva para lazer e usufruto da população local no presente e para as gerações futuras. Neste sentido, a promoção de discussões sobre os usos múltiplos da água, numa perspectiva social, econômica e ambiental são fundamentais, para contemplar os três

pilares da sustentabilidade e, permitir que o turismo possa ser desenvolvido de forma a propiciar desenvolvimento local regional, mas sem esquecer das populações locais e do respeito ao meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

O presente texto baseia-se em pesquisas apoiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Proc. nº. 2011/22214-7 e 2014/27211-4). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

REFERÊNCIAS

AMORIM, D. F.; GRANADO, D. C. lazer e turismo na represa Billings: estudo do perfil dos usuários na prainha do Riacho Grande em São Bernardo do Campo (SP). **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 10, n. 12, p. 145-159, 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Caderno de Recursos Hídricos: o turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.ana.gov.br/pnrh_novo/documentos/06%20Turismo/VF%20Turismo%20Lazer.pdf. Acesso em: 20 de março de 2011.

ALHO, C. J. R., SABINO, J.; ANDRADE, L P. O papel do turismo para a conservação de recursos hídricos: o caso de Bonito, em Mato Grosso do Sul. In: **Anais do XVII Simpósio de Recursos Hídricos**, 2007, p. 1-8.

AYLA, H.; MARTÍN, R.; MASQUES, J. **El turismo de sol y playa em el siglo XXI**. Revista Papers de Turismo. Valência, 2003.

BOULLÓN, R. C. **Atividades turísticas e recreativas**: o homem como protagonista. EDUSC, Bauru, SP, 2004.

BRANCO, S. M. & ROCHA, A. A. **Poluição, proteção e usos múltiplos de represas**. Edgard Blucher, Cetesb, São Paulo, 1977.

BRASIL. CONAMA. CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. **Resolução N. 357, de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: abril de 2011.

BRASIL. **Lei N. 9433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, 1997, Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 30 de maio de 2010.

BURNE, S.M.A; DACHARY, A.C. Geopolítica, recursos naturales y turismo: Una historia del Caribe mexicano. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2009.

CAMARGO, H. **Fundamentos multidisciplinares do turismo**: história. In: TRIGO, LGG. (Org.). Turismo como aprender, como ensinar. Senac, São Paulo, 2003, p. 33-85.

CAMARGO, L.O.L. **Educação para o lazer**. 3a Ed. Coleção Polêmica. Moderna, São Paulo, 2001.

CARVALHO, P. F. Águas nas cidades: reflexões sobre usos e abusos para aprender novos usos. In: BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. (Orgs). Recursos

hídricos e planejamento urbano e regional. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – UNESP – IGCE, 2003, p. 9 – 33.

CSIL - Centre for Industrial Studies. **O Impacto do Turismo nas Zonas Costeiras:** Aspectos relacionados com o Desenvolvimento Regional. Bruxelas – Parlamento Europeu, 2008. Disponível em: www.europarl.europa.eu/activities/expert/eStudies.do?language=EN. Acesso em: 06 de abril de 2017.

COLÔMBIA, REDCAM- Red de Vigilancia para la Conservación y Protección de las Aguas Marinas y Costeras de Colombia. **Diagnóstico y evaluación de la calidad ambiental marina em el Caribe y Pacífico Colombiano**, 2012. Disponível em: Acesso em: janeiro de 2017.

DACHARY, A. C. Desarrollo sustentable, turismo y médio ambiente en el Caribe ¿una opción válida?, 1996.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. 2a Ed. Debates, 164. Perspectiva, São Paulo, 1999.

FERRETTI, E.R. **Turismo e meio ambiente:** uma abordagem integrada. Roca, São Paulo, 2002.

GARCÍA, A.S.; ALBUQUERQUE, F.G. El turismo cultural y el de sol y playa: ¿sustitutivos o complementarios? **Cuadernos de Turismo**, n. 11, p. 97-105, 2003.

GRANADO, D.C., RIBEIRO, R. M.; LOPES, C. M. G. **A conservação dos recursos hídricos e a hospitalidade**. In Anjos, F. A.; Angeli, N. P.; Fonatana, R. F. (Orgs.) Turismo na natureza. Itajaí, SC: Univali, 2015, p. 139-156.

HALLIDAY, E.; GAST, R. J. Bacteria in beach sands: an emerging challenge in protecting coastal water quality and bather health. **Environ Sci Technol**, 45, 370-379. 2011.

JONES, A. L.; PHILLIPS, M. R. (Eds.). *Disappearing destinations: Climate change and future challenges for coastal tourism*. Wallingford, Oxford, UK: CABI, 2011.

JULIO Jr., H. F., THOMAZ, S. M., AGOSTINHO, A. A. & LATINI, J. D. **Distribuição e caracterização dos reservatórios**. In: RODRIGUES, L., THOMAZ, S. M., AGOSTINHO, A. A. & GOMES, L. C. (Org.). *Biocenoses em reservatórios: padrões espaciais e temporais*. São Carlos: Rima, São Carlos, 2005, p. 1-16.

LOUSADA, M. A. **Viajantes e Turistas**. Portugal, 1850-1926. In: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (Org.). *Viajar– Viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República (Catálogo da Exposição)*. Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, 2010, p. 65-73.

LOIOLA, E.; MIGUEZ, P. Praia: cultura, convivialidade e trabalho. **Eptic Online**, v. 15, 2013.

MAIA, J. L. **Técnicas para o gerenciamento quanti-qualitativo de reservatórios com usos múltiplos de água: estudo de caso do reservatório de Barra Bonita – SP**. Tese – Doutorado. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, M. **Turismo e recreação nas praias do Baixo Rio Negro – uma avaliação retrospectiva de impactos ambientais**. (Dissertação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005.

NINIS, AB. ; DRUMMOND, JA. **Áreas (des)protegidas do Brasil: as estâncias hidrominerais**. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, vol. XI, no. 1, p. 149-166. 2008.

NOVAES, P.V.L.; SILVA, S. L.A.; OLIVEIRA, C.W. La economía em las playas de Sergipe (Brasil): desde el punto de vista de quienes las frecuetam. **Estudios y Perspectivas em Turismo**, v. 19, p.63-82, 2010.

PEREIRA, E. et al. Microbiological and mycological beach sand quality in a volcanic environment: Madeira archipelago, Portugal. **Science of the Total Environment**, p. 461-462, 2013.

PINHEIRO, A. J. F. P. **Mobilidade, lugares e práticas de turismo: realidade portuguesa a luz de 1880's à luz do periódico "O Commercio do Porto"**. Dissertação. Universidade de Letras, Universidade do Porto, 2012.

REJOWISKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. 2ª.ed.São Paulo: Aleph, 2002.

REJOWISKI; M. SOLHA, K.T. Turismo em um cenário de mudanças. In: REJOWISKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. 2ª.ed.São Paulo: Aleph, 2002.

REJOWISKI, M.; YASOSHIMA; J.R. STIGLIANO, B.V.; SILVEIRA, A.S. Desenvolvimento do turismo. In: REJOWISKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. 2ª.ed.São Paulo: Aleph, 2002.

ROCA, A.M.; DIAZ, M.A. Livro Economia e MA no arquipélago de Santa Andrés Providencia y Santa Catalina, 2016. Colección de Economía Regional – Banco de la República. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=k0m8DAAAQBAJ&pg=PT116&clpg=PT116&dq=Ambiente+y+turismo+internacional+en+el+Caribe+Occidental&source=bl&ots=cMC5pxgJ-6&sig=cvSX6anZ5qhZpxBjIh5-kzYVwrI&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi3-MucnprSAhUGE5AKHSYqDHwQ6AEIMjAB#v=onepage&q=Ambiente%20y%20turismo%20internacional%20en%20el%20Caribe%20Occidental&f=false>. Acesso em: fevereiro de 2017.

SALATI, E., LEMOS, H.M. & SALATI, E. Água e desenvolvimento sustentável. In: REBOUÇAS, AC., BRAGA, B. & TUNIDISI, JG.

(Orgs). Águas doces no Brasil. 3a Ed. São Paulo: Escrituras, São Paulo, 2006, p. 37-62.

TUNDISI, J. G., MATSUMURA-TUNDISI, T. & ABE, DS. The ecological dynamics of Barra Bonita (Tietê River, SP, Brazil) reservoir: implications for its biodiversity. **Brazilian Journal of Biology**, v. 68, n. 4, 2008, p. 1098-2008.

YASOSHIMA, J.R.; OLIVEIRA, N.S. Antecedentes das viagens e do turismo. In: REJOWISKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. 2ª.ed.São Paulo: Aleph, 2002.

WILLIAN , A. **Definitions and typologies of coastal tourism beaches destinations**. In: JONES, A. L.; PHILLIPS, M. R. (Eds.). *Disappearing destinations: Climate change and future challenges for coastal tourism*. Wallingford, Oxford, UK: CABI, 2011.

APELAÇÃO DE ORIGEM E MODALIDADE DE VALORIZAÇÃO DO VINHO ATRAVÉS DO TURISMO NA FRANÇA¹

Marie France Garcia-Parpet

A economia do vinho na França se desenvolveu segundo diferentes modalidades de valorização dependendo das épocas. O presente artigo se propõe a mostrar como esta se deu à partir de 1935, data da criação das denominações de origem controlada (DOC), que se caracterizam por um regime jurídico definindo a regulação econômica e técnica e, na maioria das vezes, por uma narrativa de especificidade territorial destinada ao turismo.

No final do século XIX, o vinho era um produto altamente diferenciado. Nos arredores da cidade de Bordeaux, cidade do sudoeste, o vinho era vendido à aristocracia inglesa, que fez com que se desenvolvesse uma das suas características: a de valorizar-se com passar de tempo².

1 Agradeço a tradução de Patrícia Alves Ramiro e Gustavo Cunha Bezerra e a revisão de Afrânio Raul Garcia Jr.

2 O vinho contrariamente a outros produtos agrícolas, tem a particularidade de melhorar com o tempo (em condições específicas de conservação), e essa virtualidade abriu o caminho para consumo socialmente diferenciado. O vinho é como as vestimentas, as mobílias, os lazeres ou os imóveis: os gostos em matéria de vinho são a afirmação de estilos de vida, escolhas práticas que situam os indivíduos no espaço social: podem chamar a atenção deferida de um convidado, pela região de origem do vinho mais ou menos consagrada, e pela data, mais ou menos remota, da safra, cada uma dela expressando condições de amadurecimento peculiares.

Enquanto nos meios populares se consumia uma bebida de baixa qualidade, as elites privilegiavam os vinhos oriundo de vinhedos consagrados pelas cortes (como o Champanhe, por Luiz XIV). Mas desde o período entre guerras, este modelo aristocrático de valorização dos vinhos de Bordeaux e de Champanhe, dominado por negociantes, colocando em cena cortes, brasões e títulos de nobreza, coexistiu, e entrou em competição com uma valorização de um produto de cunho artesanal, vendido em grande parte diretamente pelos produtores e destinado a uma elite urbana.

No final do século XIX, o surgimento de técnicas industriais de fabricação e da epidemia do filoxera, uma doença que dizimou grande parte dos vinhedos, esteve na origem de uma forte crise no mercado que foi duramente perturbado pelas fraudes, em especial porque os negociantes utilizavam-se de nomes de vinhos renomados para nomear vinhos de má qualidade. Para regular as transações, o parlamento decidiu estabelecer uma divisão entre os vinhos comuns (cujo preço era regulado pelo Estado) e vinhos de qualidade, cuja áreas e regras de cultivo e de vinificação corresponderiam a áreas já reconhecidas. O decreto de 1935 das denominações de origem controladas (DOC) legitimou então, a classificação dos vinhos segundo os locais de produção, valorizando os territórios reconhecidos como aptos para uma produção de qualidade; um modo artesanal de produção e os vinhateiros³, legitimando os solos e as práticas tradicionais de cultivo e de vinificação, conjunto conhecido pela palavra de *terroir* (JACQUET; LAFERTÉ, 2006). Assim os vinhos passaram a ter o nome do local onde eram produzidos⁴. A este aspecto jurídico de regulação do

3 Utizamos a palavra « vinhateiro » para referir-nos ao pequeno produtor cuja produção é artesanal (*vigneron* em francês), embora não acreditamos que seja utilizada no Brasil. Encontrada no dicionário Aurélio, referindo-se provavelmente a produção portuguesa, ela nos pareceu útil para bem distinguir entre produção artesanal e produção industrial.

4 Assim Chablis, Bordeaux, Champagne são nomes de municípios ou de regiões.

mercado, veio acrescentar-se na Borgonha, região vinícola fortemente atingida pelas perturbações do mercado, e depois, em outras regiões, um trabalho de valorização dos vinhos com a criação de “um folclore para jornalista”, no qual as tradições tornaram-se uma das ferramentas sistemáticas da definição territorial do turismo, tendo este se tornado um meio de desenvolvimento econômico (LAFERTÉ, 2006). Este modelo assegurou a hegemonia dos vinhos franceses no mercado mundial durante meio século, até se ver ameaçado pela extensão do mercado mundial do vinho, com outras maneiras de produzi-lo, associadas a outras imagens do produto.

APELAÇÃO DE ORIGEM CONTROLADA E PRODUÇÃO DE IDENTIDADE TERRITORIAL

No final do século XIX, com o desenvolvimento das técnicas industriais de vinificação e a escassez de uvas causada pelo filoxera, os produtores dos vinhos industriais da região do Languedoc-Roussillon e os negociantes das regiões tradicionais não hesitaram em utilizar os nomes dos vinhos reputados para escoarem sua produção. Em decorrência disso, surgiram numerosos conflitos entre comerciantes e proprietários de vinícolas, encontrando sua solução no parlamento da Terceira República, quando o sindicato dos proprietários fez pender a balança a seu favor, legitimando uma concepção artesanal dos vinhos e uma concepção de qualidade dos vinhos fundada em sua origem.

Foi primeiramente na Borgonha que se desenvolveu um folclore “comercial” (LAFERTÉ, 2002) redefinindo o objeto do turismo local antes destinado à paisagem e a sítios arqueológicos, atraindo parisienses que faziam a apologia de uma gastronomia regional e das tradições locais. Assim, por exemplo, graças a uma elite modernizante, foi reavivada a

realização de uma comemoração da conclusão dos trabalhos no campo, denominada “la Paulée” de Meursault, que se tornou uma oportunidade de “oferecer à imprensa national e internacional dos mercados de exportação uma imagem teatralizada, festiva e consensual de uma comunidade vitícola imaginária e eterna, tranquila, coesa, alegre, acolhedora, civilizada e que aprecia a boa comida. Em vez de ser frequentada pelos vizinhos da vinícola, os trabalhadores e outras personagens envolvidos na colheita, os convidados eram chefes das cidades vizinhas, presidentes dos sindicatos vitícolas, jornalistas regionais e nacionais e homens de letras e artistas » (LAFERTÉ, 2002, p.126).

Mais significativa ainda foi a criação da Confraria dos Cavaleiros da Degustação de Vinho (no original: *Confrérie des Chevaliers du Taste vin*), ritual deixando entrever o que supostamente seria uma reprodução dos mundos dos viticultores de tempos imemoriais, atraindo uma elite parisiense que fazia a apologia da gastronomia regional. Tendo contribuído para uma forte revalorização dos vinhos da Borgonha, essa confraria, como menciona Gilles Laferté, “fez escola”, e numerosas confrarias vinícolas foram criadas em seguida para valorização dos vinhos ⁵.

Para entender o papel de uma confraria na valorização dos vinhos, baseando-nos numa pesquisa que realizamos no começo deste século, propomos explicar como se dá um dos processos de valorização através do caso dos vinhos de Chinon, appelação de origem controlada situada no Vale do Rio Loire, região que já mobilizava os turistas para visita aos castelos da realeza e da aristocracia francesa (GARCIA-PARPET, 2009). Mostraremos

5 Podemos citar o exemplo da Confraria de Chantepleure destinada a promover os vinhos de Vouvray (também situado no vale de Loire) que segue a mesma retórica: « os vinhateiros de hoje são os herdeiros das antigas confrarias de São Vicente que agrupavam os vinhateiros da idade média. Eles são os guardiões da arte de viver da região de Touraine e da promoção de seus vinhos, sobretudo os de Vouvray e de sua gastronomia. Eles também seguem os preceitos do seu mestre espiritual, François Rabelais ».

como seus produtores se mobilizaram para construir uma imagem coletiva de sua denominação, tendo igualmente recorrido à “tradição” regional e ao patrimônio arquitetônico herdado para promover seus vinhos através da confraria.

OS VINHOS DE CHINON: UMA APELAÇÃO EM ASCENSÃO

Em 1937, uma área que abrange dez municípios do centro da França foi regulamentada por decreto adquirindo o estatuto de denominação de origem controlada, tornando-se assim a denominação de Chinon, cidade mais importante da área, que abriga um castelo famoso. Como cada denominação⁶, esta foi objeto de um conjunto de regras específicas de cultura contribuindo para a “tipicidade” de seu produto e a definição de seu “*terroir*”, conjunto indissociável de condições pedológicas, climáticas e de práticas legitimadas por uma notoriedade anterior, cujo respeito se deve à intervenção de representantes regionais do Instituto Nacional das denominações de Origem, mas também, de modo mais informal, ao olhar crítico ou de aprovação dos produtores líderes da denominação⁷. O prestígio da denominação depende, assim, do trabalho de cada produtor, e toda produção “fora das regras” coloca em risco a reputação de cada um⁸. A partir desta data, na condição de se conformarem as normas específicas consignadas no decreto pelos viticultores desta área, podiam apresentar seus vinhos sob o

6 Eram 40 em 1935, são mais de 400 hoje.

7 Assim, os produtores da denominação Chinon criticam os seus colegas que usam barris novos para conservar o vinho em barris de madeira. Esta prática, conhecida por ser de Bordeaux, faz como que os vinhos tenham mais gosto de tanino. Em Chinon, o uso de barris mais antigos faz como que o vinho seja mais « redondo », o que constituiu uma das suas características. Os que não respeitam este costume arriscam-se a não ganhar o selo de qualidade AOC.

8 Assim, as práticas fraudulentas (mistura de colheitas de anos diferentes praticadas, por exemplo, pelo proprietário da vinícola « Château Giscours » da denominação de Margaux), tem repercussão sobre a reputação dos produtores desta denominação.

nome de “vinho de Chinon”. Os produtores tornaram-se assim tributários da gestão de um capital simbólico coletivo, ainda que cada produtor tenha terras e técnicas próprias (no quadro definido pela apelação) e que essas diferenças sejam notadamente recompensadas por um concurso anual, colocando em concorrência todos os vinhos da mesma apelação.

Embora incluídos nas denominações de origem, (pertencendo, de certa forma, a um *numerus clausus*) e destacando-se do vinho de massa, os vinhos de Chinon estavam longe de figurar entre os mais reputados em comparação com as demais apelações⁹. Todos vinhedos situados numa área de apelação são considerados de qualidade, por oposição aos outros, embora haja, entre eles, muitas diferenças de qualidade e de prestígio. A inspiração regionalista não colocou em questão a legitimidade das regiões vinícolas no curso da história, em especial a supremacia dos vinhos de Bordeaux, de Champanhe e da Borgonha, mais renomados do que os vinhos do Vale do Loire¹⁰. Naquela região, o vinho de Chinon era, sem nenhuma dúvida, o mais conhecido, mas tinha pretensões a concorrer com os vinhos de Bordeaux. Os produtores mais dinâmicos da apelação Chinon sentiram a necessidade de dar um impulso na promoção da sua imagem e de fazer dos vinhos de Chinon vinhos de prestígio. Essa pressão se mostrou mais forte também porque, a partir dos anos 60, os produtores de vinho de Chinon deixaram de praticar a policultura em suas explorações agrícolas e dependiam apenas da venda do vinho para obterem a totalidade dos seus rendimentos.

Nos anos 60, o vinho de Chinon se vendia massivamente a granel, excluído, portanto, de todas as diferenciações viabilizadas pelo

9 Esta concepção da atividade vinícola, inspirada na geografia vidaliana constrói a nação sobre a história de pequenas pátrias como elementos da grande pátria (THIESSE, 1991).

10 Os vinhos de Bordeaux legitimados por uma consumação inglesa aristocrática, os vinhos de Champagne pelo Rei Luís XIV.

engarraamento, sobretudo o destaque dado ao ano de cada colheita ¹¹. Era apreciado somente por conhecedores locais e pelas redes que lhes eram próximas: foram e permaneceram de reputação de círculo restrito até os anos 70, e eram, geralmente, indicados nos guias gastronômicos para acompanhar “pequenos jantares”, contrariamente aos vinhos de Champanhe ou de Bordeaux, recomendados para as grandes cerimônias. Ao contrário, no início do século XXI, se ele permanecia fora da lista dos laureados que contemplam os vinhos mais renomados e mais caros como *La cote des grands vins de France* (Hachette), onde figuram apenas os vinhos do Vale do Ródano, da Borgonha, de Bordeaux e da Alsace, numerosos indicadores confirmaram uma posição ascendente na apelação, e os vinhos de Chinon surgiram, assim, nas estatísticas de exportação. Este vinho passou de um volume negligenciável, do ponto de vista da contabilidade nacional, para um valor significativo¹². Os vinhos de Chinon foram, então, apresentados nas revistas especializadas mais renomadas, caso da *La Revue des vins de France*, como tendo uma posição competitiva em relação aos vinhos de Bordeaux, da mesma forma que um bom número de vinhos dotados de propriedades gustativas sensivelmente idênticas (vinhos taninosos, fabricados em grande parte com o auxílio da cepa *cabernet-franc*). De que maneira os vinhos de Chinon ganharam em notoriedade? Qual foi o trabalho de valorização que permitiu esta mudança de posição no leque da oferta dos vinhos?

11 Para uma análise do valor do vinho em função do tempo transcorrido desde sua fabricação, cf. Garcia-Parpet, Marie France, op. cit., capítulo I, p.35-67.

12 Um relatório, elaborado em 1990 por um organismo de consultoria a pedido do sindicato dos vinhos de Chinon, assinala também um crescimento significativo das vendas a um ritmo mais elevado do que a média nacional. A publicação nacional do *Grand Bernard des Vins de France, Chinon*, inteiramente dedicada a essa apelação é índice de uma certa notoriedade. Na época, o livro era o 27º da coleção quando foi publicado em 1995, quando se contavam 287 denominações de origem (FRANÇOIS, 1995).

A valorização dos vinhos consistiu, por um lado, em um trabalho de ordem técnica: generalização do uso de uma variedade nobre, utilizada em grande número de vinhedos da appelação, considerada adequada pelos *experts*, o *cabernet-franc*, e em conformidade com as regras concernentes aos tamanhos das vinhas, as distâncias entre as fileiras, a vinificação. Por outro lado, ela se fortaleceu através de uma maneira de acrescentar valor coletivo por meio da realização de festas, de exposições e de salões, mas, sobretudo, pela associação na confraria e via criação de redes fazendo conhecer os vinhos de Chinon pelos produtores, sem nunca se utilizar de uma publicidade direta. Estas ações coletivas nem sempre mobilizaram os produtores na mesma direção e nem sempre obtiveram consenso, com uns ganhando mais com uma animação popular, outros, tendo mais recursos e mais preocupados em dar aos vinhos de Chinon uma conotação mais aprazível, a fim de seduzir um público burguês urbano.

BAILES POPULARES E VINHO À VONTADE

Nos anos sessenta, foram os produtores do município de Cravant, os quais possuíam 30% dos vinhedos desta appelação, que contribuíram para a valorização dos vinhos deste município, organizando bailes populares exibindo estrelas de music-hall, de acordeão e distribuindo o vinho gratuitamente. No Comitê organizador das festas, participavam os vinhateiros do município, uma professora que redigia os artigos para imprensa local e as canções cantadas em coro pelo público, e além de um funcionário da Secretaria de agricultura da capital da região, originário da cidade, o qual estabelecia todos os contatos com o mundo exterior. Os habitantes de Cravant se envolviam tanto nesses eventos festivos, que a popularidade do vilarejo tendia a inverter a hierarquia existente entre este pequeno município, até então

desconhecido, e Chinon, com seu passado majestoso. Esta tentativa de valorização do município de Cravant, frutífera naquele momento, estava fundada sobre valores identitários, bem diferentes daqueles que animavam os produtores e os cidadãos de Chinon, cidade de 30.000 habitantes dotada de um castelo com passado régio – e que contava com uma elite urbana (políticos locais, Sociedade de Amigos de Rabelais, o qual, como destacaremos mais adiante, era natural de Chinon), Rotary Clube, funcionários da usina nuclear do município, antigos universitários, aos quais se misturavam produtores e negociantes de vinhos e alguns viticultores que se distinguiam, tanto pelo tamanho de sua empresa, quanto pela qualidade de sua produção. Vê-se que a composição social das duas localidades é bem diversa, como diversas são as manifestações festivas organizadas.

A criação de um salão de vinho de Chinon, que ocorre anualmente desde 1995, contribuiu para marcar uma reviravolta em sua imagem. Esta manifestação tomou suas distâncias diante da “feira das *caves Painctes*”, antigas pedreiras situadas embaixo do castelo, realizada anteriormente. Enquanto que o termo “feira” evoca mais uma manifestação popular de trocas comerciais num espaço público, o salão se refere mais a uma exposição de produtos de qualidade ou de novidades. Ele se realizava no hall de exposição da cidade de Chinon denominado François Rabelais, famoso escritor humanista do Renascimento originário da região. Durante nossa visita em 2000, um casal em trajes locais recepcionava os visitantes. Os ingressos eram pagos, uma forma de selecionar o público, conforme destacou um viticultor entrevistado. Na entrada do salão, ricamente decorado por uma pirâmide de garrafas ordenadas com azaleias, eram fixados os resultados do concurso dos melhores vinhos de apelação, demonstrando assim o cuidado qualitativo do evento. Entre os expositores encontrava-se viticultores que apresentavam seus vinhos e produtores de

outras especialidades locais: frutas secas preparadas com vinho, patês, queijos e trufas de chocolate. A realização de um leilão de vinhos mais antigos da appelação em benefício de uma obra de caridade afirmava o pertencimento dos vinhos de Chinon à categoria dos vinhos de *garde*¹³ e constituía um evento importante do salão, assim como a recepção de uma confraria sueca.

A CONFRARIA DOS *BONS ENTONNEURS RABELAISIENS*:¹⁴ EMPREENDEDORES DA TRADIÇÃO

Mas é, sem nenhuma dúvida, a “Confraria dos *Bons Entonneurs Rabelaisiens*”, criada em 1961, que mais contribuiu para valorização dos vinhos de Chinon junto a uma clientela que ultrapassa o quadro regional, e até mesmo nacional. Foram, notadamente, dois irmãos de uma família de viticultores dominante da appelação, os Couly, junto com dois outros jovens viticultores de municípios vizinhos e um deputado local que trabalharam para modificar esta imagem popular dos vinhos de Chinon aliando “autenticidade” e “humanismo”, o que vai torná-los conhecido para além da região e também aumentar a venda de garrafas de vinho de Chinon. A família Couly, proprietária de 70 hectares de vinhedos (uma superfície bem acima da média da appelação) adquirida no início do século XX, situada ao pé do castelo, antiga residência do rei Carlos VII, gostava de destacar que a propriedade pertenceu antigamente ao pai de Rabelais. Em suas brochuras em papel brilhante, retomando as representações típicas dos melhores *grands crus*, os Couly se apresentam como uma dinastia, adotando assim os valores do mundo do vinho na França que

13 Os vinhos de « garde » são aqueles que são engarrafados há pelo menos 10 anos. Na Borgonha, todo ano é realizado um leilão muito famoso, reagrupando personalidades e sendo alvo predileto da mídia.

14 Confraria dos bons bebedores rabelaisianos.

anuncia a tradição familiar como um elemento chave do sucesso (nessa brochura vemos fotos de cinco gerações que contribuíram para construir a valorização dos vinhos de Chinon). Sua produção era uma das mais citadas pelos mais importantes guias de consumidores (Parker e Hachette), e recompensados pelos prêmios mais prestigiosos (prêmios do Salão da Agricultura e de Mâcon), servido nos restaurantes Fauchon e La Tour d'Argent, que figuram até hoje entre os mais renomados de Paris.

À produção do vinho, eles associavam uma atividade de negócio que permitia escoar a produção dos vinhos da appelação. A conjunção da “tradição” e da inovação são as características que encarnaram os dois irmãos que compartilhavam harmoniosamente as tarefas essenciais para o sucesso da empresa: Pierre, que não reivindicou nenhum curso escolar específico, tendo afirmado “ter feito a Escola de vinhos em Paris”, se diferenciava de seu irmão que, diplomado pela mais reconhecida das Escolas de Comércio na França, assumia as funções explicitamente comerciais da empresa. Este último fazia, entre outras, a ligação com os meios de negócios urbanos. Na qualidade de presidente do Comitê dos Vinhos de Touraine, organização profissional bastante ativa que reúne produtores das outras denominações da região do Vale do Rio Loire, desempenhava um papel importante ao lado do irmão no processo de valorização desses vinhos ¹⁵. Sua inserção num universo mais urbano que aquele do irmão, se traduzia em múltiplas funções: presidente da Secretaria de Turismo e vice-presidente do *Lion's Club* de Chinon. Pierre assegurou a gestão técnica da propriedade e foi, durante anos, dirigente do Sindicato dos vinhos de Chinon. Com um de seus confrades eles

15 Era essencial para os produtores poder oferecer um leque de produtos do Vale de Loire porque os vinhos eram dificilmente vendidos pelos negociantes quando eles ofereciam vinho de regiões mais prestigiosas como Bordeaux ou Borgonha. Essa estratégia era muito visível no salão da cidade de Angers, que reunia todas denominações do vale de Loire, e onde os produtores reuniam-se num mesmo stand para chamar os importadores.

foram, em alguma medida, os “empreendedores da tradição”, ao criar a instituição. O desenvolvimento da Confraria é considerado como a “ponta de lança da economia de Chinon” e “capital para a apelação” para um bom número de profissionais locais.

A eficácia deste trabalho de valorização encontrou sua origem, tanto nas propriedades sociais das lideranças e em suas disposições econômicas, quanto naquelas dos demais produtores da apelação, que tinham vontade de “jogar o jogo da apelação” e estavam aptos a fazê-lo: os produtores tendo na maioria entre 8 e 50 hectares de terras. A mecanização do mundo agrícola, iniciada nos anos 50, foi incorporada pelos viticultores, o que os permitiu aumentar a superfície cultivada. A substituição dos tonéis de madeira por novos materiais (cimento, fibra de vidro, inox) permitiu a vinificação de maiores volumes sem aumentar desmesuradamente a mão de obra necessária, de tal forma que, apesar do aumento significativo das superfícies, as explorações eram, para grande parte, empresas familiares. O fato dos Couly serem negociantes facilitou o estabelecimento de novos critérios: os produtores que lhes entregavam vinho para venda foram bastante receptivos aos seus conselhos e às suas exigências na qualidade de fornecedores, o que lhes propiciou aumento de rendimento e prestígio. Esse sucesso valeu à Pierre Couly ser nomeado *Oficial da Ordem Nacional do Mérito Agrícola* em 1990 e Cavaleiro¹⁶, em 1995.

Como vimos anteriormente, a criação desta Confraria não era em si uma inovação. Pierre Couly e seus parceiros se inspiraram na Confraria dos *Chevaliers du Tastevin*, lugar de consumo ritual que é uma forma de comercialização considerada muito eficaz e que permite promover os vinhos de apelação sem finalidade comercial explicitamente reivindicada.

16 Distinção atribuída por serviços significativos prestados a agricultura francesa.

Eles souberam aproveitar as riquezas patrimoniais que possuía o contexto de Chinon: o castelo medieval, residência real de Carlos VII¹⁷, onde Joana d’Arc foi recebida, rodeado de um bairro da mesma época, o rio Vienne que corre na parte baixa da cidade, as *Caves Painctes*, antigas pedreiras situadas embaixo do castelo, transformadas em adegas desde o século XV, citadas por Rabelais na sua obra como um lugar onde gostava de ir para tomar vinho e, enfim, o fato que Rabelais nasceu em um município vizinho e mencionou em seus escritos a degustação dos vinhos do lugar, o que constituiu um apelo cultural explorado sistematicamente.

As entronizações, gerenciadas pela Confraria e o sindicato dos vinhos de Chinon, ocorrem nas *Caves Painctes*, espaçosas galerias cavadas na pedra, atualmente clareadas por numerosas luminárias confeccionadas com garrafas. Durante as sessões regulares ou *ad hoc*, a pedido de grupos ou para realização de congressos, são realizados jantares ritmados por cerimônias de entronizações, nos quais as personalidades destinadas a se tornarem futuros cavaleiros são entronizados pelos “grandes dignitários”. Vestidos de togas vermelhas enfeitadas de amarelo ouro, bordadas de arminho, adornados de chapéu, portando um provador de vinho preso a uma corrente dourada, eles evocam os universitários da Idade Média. Os futuros cavaleiros sobem ao palco, onde prestam juramentos aos preceitos de Rabelais e prometem fidelidade aos vinhos de Chinon. Recebem um diploma de honraria da Confraria e uma medalha marcada da efígie do “mais célebre dos chinonenses, o mestre François Rabelais”.

17 A associação entre Castelo e vinho é particularmente prezada. Na região de Bordeaux, muitos produtores construíram pequenos castelos. No Val de Loire, uma apelação tomou o nome de Cheverny, apesar da propriedade do mesmo nunca ter tido vinhedo. O castelo de Chambord, construído pelo Rei François 1º no século XVI, devido às restrições orçamentárias, perdeu recentemente o financiamento para sua manutenção. A nova gestão se apressou para criar um vinhedo, baseando-se no fato de que castelo e vinho são uma boa combinação para os turistas levarem de lembrança.

Esta encenação não tem nada a ver com uma reconstituição fidedigna do passado e certos produtores, eles mesmos, percebam esta evocação da história como uma teatralização, onde gostam de representar os membros da Confraria, “Rabelais e sua filosofia delinearão os vicultores de Chinon”. Mas, para maioria, pouco importa que esta frase e todo o cerimonial não tenham qualquer verdade histórica, pois elas permitem tal associação entre cultura e consumo de vinho. Os membros da Confraria, notadamente seu “grande dignitário”, gostam de dizer que os momentos de entronização se passam “na bondade, com postura, nobreza, justiça”. A Confraria se propõe a perpetuação dos ensinamentos de Rabelais: seu boletim contém um questionário sobre o personagem de Rabelais e frases extraídas de suas obras em francês arcaico. Enfim, a Confraria contribui para redesenhar os espaços regionais: “Cinco séculos mais tarde, é sempre a “*Rabelaislândia*”. Um país ao mesmo tempo imaginário e, paradoxalmente, bem real, no qual as fronteiras se confundem com aquelas da apelação de Chinon”, afirmam os membros da Confraria. Um recorte, retomado pelo guia *Le Grand Bernard des vins de France* destinado aos vinhos de Chinon, que menciona a existência de um país imaginário sem fronteiras administrativas, “Rabelaislândia”, com Chinon (ao invés de Tours) como capital da Touraine. Um recorte bastante vantajoso se levarmos em consideração que a apelação Chinon é atualmente situada na Touraine, tentando obscurecer a centralidade de Tours como capital regional em prol de Chinon.

Os Grandes dignitários da Confraria (« Grand Cavaleiro », o « Grande embaixador à Paris », etc.) são escolhidos por indicação, em parte, entre os produtores considerados aptos para representar a apelação, em parte entre pessoas que são exteriores à profissão, principalmente jornalistas. Enquanto que entre os associados da “*Confrérie des Chevaliers du Tastevin*” aparecem numerosos jornalistas nacionais e estrangeiros ¹⁸, o

18 Laferté, op.cit., p. 179.

que fez com que Gilles Laferté dissesse que se trata de um folclore para os jornalistas, os membros da confraria de Chinon pertencem à elite local ¹⁹ e à burguesia da região parisiense, os quais são geralmente aposentados, com uma trajetória de ascensão social que os lançou num meio no qual eles se sentem estrangeiros, quando se viram apoiados por um conjunto de relações com uma elite que lhes era um pouco distante. Uma entrevista com um “cavaleiro da confraria”, conselheiro econômico da região parisiense, filho de imigrante, ilustra bem a dualidade das práticas que não permitem reduzir as trocas à indiferença ou ao interesse:

Tornou-se praticamente sentimental com Chinon, eu tinha horror do cheiro do vinho, agora descobri os *grands crus* de Chinon [...] eu procuro degustar os velhos *terroirs*, eu consigo apreciá-los, compartilhá-los. Eu trago muito vinho, recebo personalidades ... eu estou na minha décima viagem à Chinon, eu trago cada vez 25 ou 30 pessoas ... é preciso viver o desenrolar da noite, é quase um santuário, um lugar sagrado, um ritual. As Caves Painctes, é impressionante! Eu encontrei pessoas ! Uma gentileza! Não são vendedores. Há diferença dos produtores da região de Bordeaux, em Chinon tudo é para degustar, nada para comprar. Há uma entrada separada, os entronizados têm suas medalhas. Há convidados ilustres: o embaixador do Canadá, prefeitos, o delegado da polícia. É reservado à elite... a gente faz amigos, a gente não faz negócio, eu teria escrúpulos, isso seria trair o espírito da confraria ... Na confraria, existe tolerância, amor, partilha, valores da vida. Eu reli Rabelais, Gargantua, o terceiro livro, as palavras-chaves, simbólicas, cheia de coisas que fazem passar mensagens humanistas.

De vinte a trinta postulantes são entronizados durante o desenrolar de uma sessão de entronização. Os mais notáveis entre eles, convidados

19 Contava-se entre eles dois senadores, um professor, um ex prefeito de Chinon, um militar de alto patente. Sabendo que os vinhos de Borgonha são mais prestigiados do que os de Chinon, seria interessante comparar os membros da confraria do « Taste vin ».

ao primeiro grupo, sendo apresentados segundo sua origem geográfica e seu status social. Cada ano, ocorrem cinco sessões solenes e um grande número de sessões “encomendadas” por grupos e congressos. Segundo o « Grão Mestre », mais de 10.000 pessoas já teriam sido entronizadas e entre eles, muitos executivos“. A confraria organiza também conferências para imprensa no castelo de Chinon e publica um relatório nos seus boletins. Estes eventos são criados visando a cobertura da imprensa gastronômica, sem a busca de uma narrativa precisa, erudita, mas antes elogiosa, de um mundo dos “autênticos” vinhateiros e as entronizações visam preferencialmente entre as personalidades francesas e estrangeiras: na época da pesquisa foram citados artistas como Liz Taylor, Gérard Depardieu, personalidades políticas, Pierre Salinger, antigo conselheiro de Kennedy, Jean Pierre Raffarin, ex-primeiro ministro, personalidades da elite dirigente, o príncipe Albert de Mônaco, o ex-presidente da República Giscard d’Estaing, personalidades do mundo econômico, Eiji Toyota, diretor da Toyota. Reproduzidos nos sites da Confraria e, sobretudo, pelos jornalistas, os eventos contribuem para valorização dos vinhos de Chinon, constituindo uma publicidade escrita, não forçosamente percebida como tal pelo leitor e, por isso mesmo, muito eficaz, acrescida do fato que essas personalidades se transformam em embaixadores do vinho de Chinon, tendo assim um papel de divulgadores da apelação em círculos sociais. Na venda na propriedade podemos observar a mesma denegação do interesse comercial.

VENDA NA PROPRIEDADE: VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DENEGAÇÃO DO ASPECTO COMERCIAL

Como vimos, nos anos 1950, os vinhos da apelação Chinon eram vinhos de consumo ordinário, vendidos a granel, destinados aos consumidores da região ou aos negociantes. Os produtores cultivavam cereais e praticavam

a pecuária, destinando apenas um pouco de suas terras para a vinha e consumindo grande parte de seu vinho. Uma pequena parte das vinhas nas colinas, a que permitia produzir vinhos para envelhecer, era mais valorizada. O mais frequente, era o cliente levar seu tonel para se abastecer e realizar o engarrafamento em sua própria casa. Raros eram os “clientes de garrafa”. A venda se realizava nos lugares da propriedade familiar, o produtor oferecia a degustação de seu vinho em sua adega, ou até mesmo na cozinha quando estava acompanhado de sua esposa. O cliente vinha através de recomendação de um amigo ou parente de um cliente. Tendo em vista que os produtores se especializaram na viticultura após a segunda guerra mundial, eles foram levados a desenvolver a venda direta e a diferenciar sua gama de produtos. A venda ao negociante, dizia um destes produtores, “é a incógnita. Vender diretamente dá muito trabalho para acolher os clientes, é um grande sacrifício, mas é uma segurança de venda com preços mais interessantes, é a sua imagem que você vende”. A venda na propriedade se tornou objeto de uma encenação às vezes muito sofisticada e a degustação ocorreu, cada vez menos, nas adegas e, ainda menos, no espaço de habitação doméstica, mas em uma sala reservada para tanto, munida de um balcão ou de uma mesa rústica, dedicada a este objetivo. Os diferentes troféus e prêmios obtidos nos concursos, artigos publicados em jornais fazendo elogio do produto foram sistematicamente expostos e permitiram aos visitantes, frequentemente turistas atraídos pelos castelos do rio Loire e do roteiro dos vinhos²⁰, construir uma opinião sobre a qualidade dos vinhos por intermédio dos *experts*²¹. Aí foram igualmente expostos folhetos sobre os produtos gastronômicos da região, museus, castelos e atrações oferecendo opções de passeios. A adega, ela mesma, às vezes tornou-se objeto de uma busca estética, com efeitos de luzes nas paredes em pedra e a

20 Trata-se de um itinerário selecionado de vitícolas que podem ser visitadas. Ele é conhecido através de folhetos distribuídos geralmente nos escritórios de turismo ou nos hotéis.

21 Cf. García Parpet, op.cit., p. 167-186.

exposição de objetos antigos. Do pátio da casa foram cuidadosamente retiradas todas as máquinas agrícolas e instrumentos, para dar lugar às antigas prensas e carroças caprichosamente dispostas sobre um canteiro recoberto de grama e rodeado por plantas para evocar uma produção artesanal. Os equipamentos modernos, como as prensas e os alambiques em inox e outros instrumentos de termoregulação, permanecem ao abrigo dos olhares, assim como todos os produtos fitossanitários e as leveduras químicas utilizadas para vinificação. Painéis, na entrada do caminho que levava à propriedade, indicando o nome da mesma e mencionando a appelação AOC foram instalados para sinalizar a propriedade para um público que vinha de outras regiões.

A organização da visita ao produtor tendeu a reproduzir as relações de outra época, onde a presença do cliente passou a ser frequentemente e, concomitantemente, um ato comercial e um ato amigável: o produtor não deve parecer contar seu tempo. A visita da adega e a degustação fazem sempre parte da acolhida do cliente a convite do produtor ou sua esposa, um tempo suficiente para, discretamente sinalizar, por exemplo, a obtenção de uma medalha de ouro obtida num concurso ou outros detalhes reveladores da boa apreciação dos seus vinhos das instituições reconhecidas como competentes. O marketing deve ser eufemizado: por isso os produtores não pedem sistematicamente o endereço dos clientes para envio pelo correio da apresentação da próxima safras.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES E VALORIZAÇÃO DO VINHO : “Elas para Chinon”²² :

O trabalho da vinha, a frequência dos salões e, sobretudo, o trabalho de vinificação eram tarefas, essencialmente, masculinas. O

22 E interessante notar que muito preocupadas em não aparecer como feministas, as mulheres da associação lhe deram o nome de « Elas para Chinon ». Em francês a expressão evoca trocadilho sugerindo « ajuda para decolar » com « asas para Chinon ».

trabalho da esposa do produtor consistia, em grande parte, em assegurar a alimentação e a hospedagem dos vindimadores, ou em ajudar a poda da vinha. Com a venda na propriedade, competências específicas para receber a clientela e para gerenciar a empresa tornaram-se necessárias. Na appelação Chinon foram as mulheres exteriores ao meio vinícola que colocaram em questão a divisão do trabalho. Elas trouxeram suas competências adquiridas em seu meio social de origem, até mesmo competências universitárias, para promover os vinhos, se valendo dos turistas na região.

O caso de um produtor oriundo da nobreza, mas sem passado vitícola, casado com uma jovem oriunda da burguesia da cidade de Bordeaux, formada em Belas Artes, exemplifica bem como a esposa, estranha ao meio, revelou-se dotada de uma competência importante para valorização dos vinhos da propriedade. O casal soube utilizar o prestígio relacionado ao castelo familiar da Renascença para valorizar a produção vitícola associando-a ao turismo e à valorização do patrimônio: locação de quartos no castelo, cursos de degustações nesse cenário renascentista e utilização das adegas do castelo para acolher vernissages que faziam coincidir com o lançamento das safras especiais. Outros casais de viticultores com muito menos recursos em patrimônio imobiliário, criaram um camping na propriedade. Essas atividades anexas permitiam trazer uma renda complementar a exploração vitícola e constituir uma clientela. O papel da primeira esposa citada foi essencial para o desenvolvimento de sua propriedade, na qual investiu a maior parte de seu tempo e de suas competências sociais, escolares e culturais e, até mesmo, criou uma associação para promover os vinhos de Chinon. Ela se uniu com 16 esposas de viticultores da appelação, todas exteriores ao mundo vitícola, fato revelador da posição dominada das mulheres deste meio ²³. A associação

23 Na ocasião, as mulheres da associação acharam que meu trabalho de pesquisa era praticamente impossível, dada a dominação masculina existindo no meio vitícola da região.

recebeu ajuda da Câmara da Agricultura²⁴, colocando à disposição uma instrutora. Esta as ensinou, conforme solicitado, a contabilidade, e também ofereceu cursos de informática que lhes permitiram fazer uma lista da clientela para envios sistemáticos de apresentação de novas safras. Juntas, elas estavam projetando fazer um livro de receitas de cozinha local, no qual falariam igualmente de seus vinhedos. Elas adquiriram conhecimentos em inglês, “útil para ensinar o caminho” aos turistas ou fazer fichas de produtos, aproveitando-se, para tanto, da competência de uma mulher de nacionalidade inglesa casada com um viticultor da appelação, membro da associação. Elas adquiriram competências técnicas vitícolas, não para praticá-las, sobretudo no que diz respeito à vinificação que elas consideravam na época como unicamente masculina, mas para se sentir mais seguras nas explicações aos clientes. Elas aproveitaram todas as ocasiões para realizarem degustações e organizarem reuniões específicas, até mesmo uma viagem ao salão internacional de Bordeaux, mais importante da França.

Foram ainda, outras competências que, além das técnicas vinícolas, levaram o filho de um produtor de vinho, enólogo de formação a tornar-se estrela em ascensão da appelação na época. Chama atenção que ele, sem terra (o primogênito herdou da propriedade do pai) casado com uma historiadora, se instalou tardiamente na viticultura, e investiu na criação de um museu do vinho ao invés da aquisição de vinhas (então arrendadas). Situado não longe das *Caves Peintees* de Chinon, os turistas eram convidados a visitar o museu que reunia uma coleção de objetos e de instrumentos vinícolas antigos que atraíam a atenção por seu aspecto estético. Os objetos de valor (principalmente um alambique em cobre) eram apresentados sem nenhuma explicação esclarecendo sua utilidade

24 Organismo criado no regime de Vichy, elemento essencial da política agrícola ao nível local.

ou proveniência. Na entrada, um manequim de cera equipado de um dispositivo eletrônico parecendo representar o vinhateiro de outrora, acolhia o visitante e o familiarizava com a atividade vinícola tradicional. Durante a visita, o visitante era convidado para uma degustação. Voltando à entrada, a pessoa que o havia feito degustar o vinho, aguardava-o para lhe vender diferentes tipos de vinho da propriedade, assim como produtos locais e cartões postais. Todas as associadas não eram dotadas de capitais tão importantes, mas adquiriram novas competências na própria associação e as aproveitaram em suas propriedades. Vale ressaltar que as mulheres provenientes do meio vitícola desenvolveram igualmente a venda na propriedade, porém, por não terem as mesmas disposições, os resultados eram menos espetaculares.

O texto acima se quer uma etnografia de uma apelação peculiar, um ideal tipo, de certa maneira, para entender como esta funciona e como o turismo foi mobilizado para promover uma imagem que contribuisse a desenvolver a produção através da sua imagem. Mas cada uma delas tem história peculiar que depende da sua posição no conjunto das denominações, da composição social dos produtores e dos interesses que eles possam ter a atuar de concerto, do patrimônio arquitetural que pode mobilizar para evocar o passado, constitutivo da concepção do vinho como especificidade regional. Elas evoluem com tempo, e podem, eventualmente, separar-se, quando uma parte dos produtores julga-se lesada pela outra que considera desmerecer a produção.

Há de salientar também, que atualmente essa valorização de tipo territorial, se ainda pode ser considerada dominante na França, tende a ser enfraquecida por um regime mais liberal de cultura e de vinificação, acompanhado de narrativas diferentes para valorizá-lo, geridas individualmente, que coexistem com as denominações. A globalização dos mercados, que se caracterizou por uma mudança de composição social dos

produtores (emergência do Novo mundo²⁵) e dos consumidores (classes médias não familiarizadas com a cultura francesa) que encontraram na classificações mais simples para se situar no espectro de variedades de vinhos por qualidade (cabernet-sauvignon, syrah, pinot, etc.)²⁶ uma meio de conquistar essa nova demanda. Os produtores franceses, que até então eram excluídos da área considerada nobre, em especial os do Languedoc-Roussillon, região do sudoeste banhada pelo mar mediterrâneo, adotaram as classificações do “Novo mundo”, conquistando assim uma clientela estrangeira. Encontraram nessa via uma maneira de se mobilizaram de maneira diferente, fazendo apelo a construções simbólicas distintas (associações entre vinho e obras de arte através de vernissages e mecenato, concertos de musica clássica, autores de referência nacional). Outro índice das modificações no modo de valorizar os vinhos, os produtores da região de Bordeaux, que sempre situaram-se no topo da hierarquia da produção vitícola de qualidade, estão recorrendo atualmente ao turismo para valorizar os seus produtos. Mudanças estas que não podem ser examinadas aqui, mas, que abram varias linhas de pesquisa, se pensamos que recorrer ao turismo sempre foi uma estratégia de quem esta numa situação de conquista.

REFERÊNCIAS

FRANÇOIS, Midavaine. **Le grand Bernard des vins de France, Chinon**. Basillac: Jacques Legrand, 1995.

GARCIA-PARPET, Marie France. **Le marché de l'excellence : les grands crus à l'épreuve de la mondialisation**. Paris : Seuil, 2009.

25 Estados-Unidos, Argentina, Chile, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia.

26 As variedades por vinha frequentemente utilizadas nem chegavam a dez enquanto as apelações são atualmente mais de 300.

JACQUET, Olivier; LAFERTÉ, Gilles. Le contrôle républicain du marché, le retournement du marché des vins de Bourgogne, sous la IIIe République. **Annales**, HSS, 5, p.1147-1190, 2006.

LAFERTÉ, Gilles. **La Bourgogne et ses vins**: l'image d'origine contrôlée. Paris : Belin, 2006.

_____. La production d'identités territoriales à usage commercial dans l'entre deux-guerre en Bourgogne. **Cahiers d'économie et de sociologie rurale**, n° 62, p. 66-95, 2002.

THIÈSSE, Anne-Marie. **Ecrire la France**: le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre la Belle Epoque et la Libération. Paris : Belin, 1991.

REPRESENTAÇÕES DA FAVELA ACIONADAS PARA O TURISMO: o caso da favela Vila Canoas, Rio de Janeiro

Denise Mayume Pereira Kamada¹

Patrícia Alves Ramiro²

Desde seu surgimento, o conceito de favela é construído com base em representações que as vinculam a um território marginalizado, tanto do ponto de vista material, quanto simbólico, que as associam à vivência da pobreza, desestruturação familiar, violência, tráfico de drogas e ausência dos serviços públicos. Todavia, desde 1992, a cidade do Rio de Janeiro, reconhecidamente um dos principais polos turísticos nacionais, presencia a transformação destes espaços em novos destinos turísticos que apontam para algumas características comuns, tais como: a proximidade espacial com outros atrativos cariocas, a divulgação midiática desses espaços, especialmente, através do cinema e da televisão e a existência de parcerias públicas e/ou privadas. Do ponto de vista histórico, as favelas cariocas são o resultado do processo de urbanização excludente desde o

1 Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Contato: denise.kamada@yahoo.com.br

2 Professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: patriciaalvesramiro@gmail.com

início do século XX, efeito da busca de um modelo de urbanização que não comportava moradias populares nas áreas centrais, o que fez com que o morro aparecesse como única opção de moradia à população mais pobre recém-chegada à “cidade maravilhosa”³.

O turismo possui uma multiplicidade de formatos e de atores que se encontram, cujas representações dependem da posição ocupada pelos mesmos. As representações dos turistas sobre o turismo realizado, por exemplo, nem sempre coincidem com as dos receptores; as dos receptores, por sua vez, nem sempre coincidem com a dos agenciadores dos serviços relacionados ao serviço turístico oferecido, e assim por diante. Isto porque os interesses de cada grupo social envolvido na atividade turística são múltiplos e respondem a anseios e expectativas que nem sempre convergem, apesar de serem, nos casos melhor sucedidos, complementares.

Nesta pesquisa nos interessou interpretar quais as representações que os moradores/anfitriões da favela de Vila Canoas fazem do serviço de hospedagem doméstica que praticam. Nesse sentido, fazemos aqui aquilo que Geertz (1989) descreve como uma “interpretação de segunda mão”. O *estar lá* de uma das autoras permitiu que obtivéssemos as “interpretações de primeira mão” (GEERTZ, 1998), presente nos depoimentos dos moradores/ anfitriões do local sobre o turismo que praticam em suas casas, matéria prima deste artigo.

Do ponto de vista heurístico, ainda que saibamos que o uso dos termos anfitriões e hóspedes⁴ possam, de certo modo, negar o caráter mercantil do turismo (RÉAU; POUPEAU, 2007), neste trabalho,

3 Título pelo qual a cidade do Rio de Janeiro ficou mundialmente conhecido devido à marchinha, *Cidade Maravilhosa*, composta por André Filho para carnaval de 1935 e transformada em hino da cidade em 1960 (cf. DINIZ, 2006).

4 Termos que passaram a serem amplamente utilizados após a publicação da antropóloga Valene Smith, *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*, publicado pela primeira vez em 1977.

talvez pela ausência de conceitos melhores, optamos por utilizar os binômios moradores/anfitriões e hóspedes/turistas em referência aos principais agentes presentes no momento da hospedagem doméstica na favela. O intuito destas categorias é de trazer à tona o fato de que na hospedagem doméstica se confundem espaço privado e comercial, afinal, os turistas coabitam, por tempo delimitado, com o prestador de serviço da hospedagem em sua residência. Todavia, estamos falando da oferta de um serviço que é mediado pelo pagamento em espécie, diferente, portanto, de outros tipos de hospedagem doméstica existentes, como é o caso, por exemplo, do *couch surfing* (LABATE, 2001; OLIVEIRA, 2008) ou mesmo da hospedagem gratuita em casa de parentes e amigos.

A escolha da favela de Vila Canoas como *locus* da pesquisa se deu devido ao fato de ter sido selecionada como uma das hospedagens mais exóticas do mundo pelo site *Rough Guide*⁵, guia de turismo inglês de alcance global e devido ao recebimento de número significativo de turistas no local, sobretudo de estrangeiros, resultantes de estratégias de divulgação e marketing acionadas por duas agências de turismo. Uma delas, a agência *Favela Receptiva*, oferece a hospedagem domiciliar, na qual os turistas utilizam as residências de moradores da comunidade como meio (pago) de hospedagem. Paralelamente, acontece em Vila Canoas visitas guiadas promovidas pela agência *Favela Tour*, cujo roteiro tem início na favela da Rocinha e término em Vila Canoas. Além disso, há na favela algumas iniciativas de moradores que atuam sem vínculo com agências, mas oferecem o mesmo tipo de serviço de hospedagem doméstica que a primeira agência citada.

5 Guia que se utiliza do conceito de autenticidade, o qual, como bem observou Cohen (1988), trata-se de um conceito negociável, condicionado à existência social do sujeito que emprega o termo. Site: www.roughguides.com/

Por ser a hospedagem domiciliar uma atividade com especificidades em relação aos demais produtos turísticos oferecidos nas favelas, optou-se por selecionar este produto turístico para analisar os papéis sociais assumidos pelos moradores, agora transformados em anfitriões, que são postos em ação no momento da comercialização da hospedagem. Caracterizada, principalmente, pelo fato de que o “hóspede não é recebido por um gerente, uma empresa ou um estabelecimento, mas por uma pessoa que será seu anfitrião” (RIO DE JANEIRO, 2008), a imagem comumente associada ao setor é a de abertura de possibilidade de maior interação entre turistas e moradores, o que seria capaz de acoplar valor simbólico aos serviços materiais prestados, ainda que isso não signifique, no caso das favelas brasileiras, maior valorização econômica do serviço.

A transformação das favelas cariocas em cenário turístico traz aos cientistas sociais uma diversidade de questões econômicas, culturais, sociais e políticas que nos colocam o desafio de buscar respostas para ampla gama de interrogações, cujo fio condutor mais comum reside na análise das relações sociais desiguais de classe entre “favelados” e turistas.

O TURISMO EM VILA CANOAS

Vila Canoas é uma das menores favelas do Rio de Janeiro, sendo conhecida também por “Favelinha de São Conrado”, nome do bairro de classe média alta na zona sul carioca onde se localiza, ao lado da favela de Pedra Bonita e próxima às favelas da Rocinha e Vidigal. Segundo dados da Associação de Moradores, em 2011, a favela possuía 2.884 habitantes, distribuídos em 683 casas. Desde seu surgimento, a comunidade pouco cresceu em termos de dimensão geográfica, porém, o crescimento vertical foi notório, fato que levou ao aglomeramento das casas, sendo comuns construções de mais de cinco andares, nas quais convivem várias gerações e

seus novos arranjos familiares através da união conjugal dos filhos(as) e/ou a chegada de netos(as). Situa-se na encosta do Parque Nacional da Tijuca e compõe sua paisagem a Pedra da Gávea e Bonita, ambas utilizadas para prática de voo livre e cartões postais da cidade do Rio de Janeiro.

No final do século XIX, a paisagem de São Conrado era composta somente pela praia e morros e pertencia à fazenda São José da Lagoinha da Gávea, que cultivava imensos cafezais, em consonância com a economia basicamente agrícola da época (HISTÓRIA DE SÃO CONRADO, 2012). No início do século seguinte, seguindo a política de modernização que ocorria na cidade, duas grandes avenidas foram construídas na região: a estrada Gávea e Avenida Niemeyer, o que facilitou o acesso à região (CARVALHO; SANTOS, 2008). A construção destas vias possibilitou o crescimento de São Conrado com um aumento significativo do número de residências e de estabelecimentos comerciais e, no início da década de 1920, foi construído o *Golf & Country Club*, local destinado à prática de golfe pela elite carioca. Tal clube autorizou que funcionários construíssem suas casas em terrenos cedidos pelos proprietários em uma região próxima ao Rio Canoas, o que deu origem a Favela de Pedra Bonita. Todavia, os trabalhadores que deixavam de trabalhar para o clube, se viam obrigados a desocupar suas moradias e passaram a ocupar uma região ao sul de Pedra Bonita, local que, com o tempo, passou a se denominar Favela de Vila Canoas, nome dado devido à possibilidade de encontrar na pesca uma ocupação (CARVALHO, SANTOS, 2008; MORENO, 2003).

Nas décadas de 1960 e 1970, além de antigos empregados do *Golf*, Vila Canoas passou a abrigar migrantes vindos, principalmente, do estado do Ceará e de outros estados do nordeste do Brasil, com o objetivo de trabalhar na construção civil, setor que absorveu grande mão de obra devido à expansão dos bairros da zona sul carioca (MACHADO, 2007).

Com o crescimento da cidade do Rio de Janeiro e sua transformação num dos principais destinos turísticos mundiais, seus moradores passam a sofrer os efeitos negativos de sua localização próxima às áreas de visitação intensa. Se, há pouco mais de trinta anos “não tinha esse negócio de aluguel”, como nos relatou um morador, atualmente, as casas do morro têm seus preços cada vez mais elevados, quer para locação, quanto para venda. Além disso, por estar localizada em São Conrado, a favela já foi alvo de ameaças de remoção. Diferente de outras favelas, Vila Canoas não é considerada como local com presença marcante do tráfico de drogas, o que a remete à ideia de maior segurança aos visitantes. Esta característica também é utilizada pelos moradores para justificar a permanência da favela próxima às casas de classe média alta da vizinhança. Segundo o depoimento do Sr. Antônio, morador do local, apesar das mansões próximas, “a galera que cresceu aqui nunca teve o costume de roubar as casas, então cada um vive em paz”.

O turismo vai aparecer no espaço social da favela a partir de roteiros comercializados pela agência Favela Tour. Criada por Marcelo Armstrong, a agência atua no ramo turístico desde 1992, oferecendo passeios guiados na comunidade da Rocinha e em Vila Canoas. Sem incluir hospedagem nas favelas, o produto vendido tem como público alvo turistas que se hospedam em hotéis da zona sul da cidade. O passeio pela Rocinha é realizado por vans e o discurso é construído dando ênfase à paisagem e a grandiosidade da “maior favela da América Latina”, ainda que desde 1993, a Rocinha seja, do ponto de vista administrativo, considerada um bairro. Na Rocinha, o passeio inclui paradas para compras de *souvenirs* e contemplação da vista da cidade em um terraço de um dos moradores locais, mas, é apenas em Vila Canoas que os turistas realizam uma parte do percurso à pé, momento em que visitam a organização não-governamental Parati, onde são vendidos alguns artesanatos feitos por moradores locais

ou da região e entram em contato com as crianças atendidas pela ONG. Em seguida, acompanhados do guia, percorrem algumas vielas, onde são mostradas as intervenções urbanas que ocorrem na comunidade e o passeio desta agência termina com a degustação de caipirinha em um dos bares locais (FREIRE-MEDEIROS, 2009).

Este primeiro contato com turistas será o desencadeador da ideia de se ter outro formato do segmento na favela, mais inclusivo e capaz de gerar recursos aos moradores (ou para alguns destes), como acontecia em vários outros locais antes segregados do *trade* turístico (KRIPPENDORF, 2003; URRY, 2001). No caso específico das favelas, como nos mostra Freire-Mederios (2006), é preciso atentar para dois contextos principais: o crescimento dos chamados *reality tour* a nível mundial e o processo de circulação e consumo da favela como *trademark*. Neste último caso, a favela seria identificada como uma marca, associada a certos tipos de emoções que se mostram ambivalentes: perigo, excitação, exotividade e autenticidade. Já os chamados *reality tour* são caracterizados como fruto de dois outros tipos de turismo: o primeiro se refere ao *tour* social ⁶, formatado para fornecer experiências únicas, com função de conscientizar e educar para os problemas das comunidades visitadas; e o *tour* sombrio, que promete colocar o turista em contato com situações de sofrimento ou perigo. O turismo em favela seria uma composição desses dois tipos de turismo.

Por ser uma prestação de serviço que segue certa normatização sobre *o quê* e *como* oferecer o produto, interessante notarmos que a possibilidade de capacitação e inclusão de moradores *da* favela e *na* favela

⁶ Foi pioneira nesse tipo de turismo a ONG americana *Global Exchange*, comercializando pacotes países marcados por conflitos e instabilidade política, tendo como público principal turistas das nações desenvolvidas. No Brasil, a ONG chegou a oferecer a vivência em assentamentos do MST e projetos em presídios.

da hospedagem doméstica será viabilizada por uma recente moradora com certos capitais sociais específicos, que a distinguem da maioria dos antigos moradores do local (BOURDIEU, 2011). Formada em administração e com experiência na área do turismo como recepcionista e agente de reservas na zona sul carioca, foi a Sra. E., hoje com 50 anos, que criou a agência Favela Receptiva no ano de 2004. Moradora da favela desde 1998, quando namorou um instrutor de voo livre do local com quem compartilhava a prática do esporte na Pedra da Gávea, foi professora voluntária de inglês na comunidade, atividade que, segundo ela, aproximou-a dos moradores e foi essencial para a criação da agência Favela Receptiva. O domínio da língua inglesa aparece como capital viabilizador da criação da agência, afinal é fundamental para comunicação inicial com o público alvo da hospedagem, essencialmente, formado por estrangeiros.

O discurso para criação da agência irá articular motivações profissionais e econômicas que se somam a um ideário mais inclusivo dos moradores, que devido aos passeios da agência Favela Tour, “se sentiam mal, meio como um zoológico [...] se sentiam meio de fora” (Sra. E., proprietária da agência Favela Receptiva, 2014). É nessa oposição entre as agências de turismo que a disputa pelo mercado dentro da favela se constrói e coloca lado a lado a questão da inclusão local e do tipo de relação estabelecida entre moradores e turistas, visitados e visitantes. O depoimento de outro morador que também já teve experiência na área do turismo como guia e que pretende atuar na venda de *souvenires* em Vila Canoas corrobora a intenção de um turismo endógeno em oposição aos passeios da outra agência.

Eu cheguei a ver quando começou. [...]. Essa empresa de turismo só ganha dinheiro com a comunidade, mas não deixam lucro [...]. Isso é muito triste, eles usam a comunidade para ganhar dinheiro, usam as pessoas, o turista vem, tira

fotos, muitos tiram fotos dentro das casas, eu acho isso uma falta de respeito. Eles orientam para não tirar, mas num grupo de 15 pessoas, os guias não vêem o que estão lá atrás tão fazendo. Eu acho que seria mais interessante se as pessoas soubessem se comunicar e aumentasse a proximidade. Eles só falam bom dia, mas só fica nisso, eles não conhecem nada, só entram na comunidade e vão embora. Eles pedem pra tirar foto comigo, antes eu tirava, mas de uns tempos pra cá eu falei não, isso aqui não é um zoológico! Isso é um absurdo! (L., 28 anos, morador da comunidade, 2014).

O depoimento mostra como algumas das críticas aos passeios existentes em Vila Canoas não se referem apenas ao olhar invasivo dos turistas às suas vidas, mas sim, à ausência de geração de renda para os moradores do local e à falta de comunicação entre turistas e moradores.

A construção deste tipo de discurso não ocorre sem a participação de agentes externos à favela. O crescimento do turismo nas favelas cariocas conta com ações que envolveram a parceria entre a prefeitura do Rio de Janeiro e o Ministério do Turismo, tendo o auxílio de consultores vindos da área do turismo e hospedagem com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços turísticos na cidade e ampliar seus leitos em momentos de alto fluxo de visitantes. Obviamente, se as favelas cariocas não estivessem localizadas em morros situados em locais considerados atualmente como privilegiados do ponto de vista geográfico e paisagístico, esse tipo de iniciativa do poder público seria inexistente. Cabe atentar para o fato contemporâneo de aquisição de terrenos nas favelas por estrangeiros que iniciam projetos de bares, restaurantes e hospedagens e se gabam do preço acessível dos terrenos e da localização privilegiada que lá encontram. Fenômeno que acreditamos poderá iniciar nas favelas cariocas um aumento abusivo dos preços de suas casas e expulsar moradores antigos da localidade. De todo modo, como esse não é o foco deste trabalho, cabe apenas a observação

inicial de que outros agentes sociais, com maior poder aquisitivo do que os moradores tradicionais das favelas, passam a concorrer pela apropriação do espaço de algumas favelas cariocas com vistas a implantação de alguma atividade vinculada ao setor turístico.

O depoimento da proprietária da agência Favela Receptiva também traz a ideia de que o empreendimento seria uma oportunidade de desenvolvimento e satisfação não apenas individual, mas também da própria comunidade, como reitera quando afirma que para ela era importante saber que o dinheiro não seria apenas para ela, mas que também seria aplicado na comunidade. Obviamente, a hospedagem doméstica agenciada na favela traz embutida a necessidade de inclusão de famílias hospedeiras. Se, por um lado, ela se baseia na representação de maior proximidade entre receptores e turistas, por outro lado, é preciso lembrar que tal solução torna viável a inclusão de pessoas que não teriam recursos monetários para trabalharem com outro tipo de hospedagem. Os investimentos econômicos iniciais são irrisórios, sendo outros os capitais que são acionados para o trabalho na atividade, aprendidos em capacitações gratuitas para o turismo, como veremos mais adiante.

O histórico da criação da rede de hospedagem doméstica em Vila Canoas ilustra bem as possibilidades iniciais deste segmento. No início, como canal de venda, a Favela Receptiva firmou parceria com o website internacional *Hostel World*. A página na internet é uma ferramenta que possibilita reservas de leitos no mundo todo, destinada, principalmente, ao público *backpacker* e permitiu um rápido retorno à divulgação dos leitos na favela. Segundo a criadora da agência:

Me marcou muito o início. Ofereci quatro leitos na internet à meia-noite e às duas horas da manhã já tinha vendido tudo! Eu achei aquilo o máximo, me surpreendeu totalmente. No segundo ano, aumentamos para umas vinte casas,

coloquei na internet e foi muito rápido a venda também, fiquei encantada! (E., proprietária Agência Favela Receptiva, 2014).

O baixo custo para início da atividade fez com que a atividade crescesse rapidamente. No primeiro mês de hospedagem, em 2004, a agência contava com apenas três famílias anfitriãs, oferecendo dez leitos no total, número que sofreu um salto quantitativo, chegando a alcançar em 2011, a marca de 30 famílias vinculadas à agência, com cerca de quarenta leitos.

Para economia de investimento materiais, no início, cada família inclusa nos serviços da agência utilizava os recursos de que dispunha em sua moradia, como roupas de cama e banho, mobília e louça. A preparação das famílias para a atividade se concentrava em reuniões realizadas para capacitação especialmente em recebimento de turistas e organização e gestão de pequenas hospedagens. Nesse momento, entram em cena diferentes parcerias externas com visões nem sempre convergentes sobre o papel do turismo. Com visão bastante mercantilista da atividade, o principal parceiro foi o SEBRAE, fornecedor de diversas apostilas que ensinam a ser “um empreendedor bem sucedido”. Em paralelo, tiveram também o apoio da incubadora social do Instituto Gênesis, com oferta de palestras de voluntários, mantido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, cujo enfoque reside na defesa do empreendedorismo de unidades autossustentáveis com enfoque social. A proprietária da agência também realizou uma capacitação na incubadora Afrobrasileira, patrocinada pela Petrobrás, instituto que forneceu cursos sobre plano de negócios e empreendedorismo. Esta fase de implantação envolveu ainda a participação em seminário organizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, realizado em 2004, com a presença de empreendedores vindos de outros países da Europa, onde a hospedagem doméstica já é consolidada. Esta

mistura de influências externas, com diferentes visões sobre as possibilidades e formatos do turismo, transparecerá nas falas dos moradores/anfitriões da favela.

Cabe à agência a divulgação do serviço, realização das reservas e inspeção das residências. As tarefas empreendidas pelas famílias anfitriãs se voltavam para a hospedagem propriamente dita, envolvendo atividades como limpeza e culinária ⁷. A organização no início da agência aparece narrada a seguir:

Eu sempre verifiquei tudo pessoalmente, o *check in* era eu que fazia, recepcionava, levava para a família, apresentava e deixava com o anfitrião. Por conta do anfitrião o café da manhã, a arrumação da casa. Eu também inspecionada a arrumação da casa antes. Isso mais no início na verdade, depois peguei confiança e não ia mais tanto. Aí eu recebia o turista na esquina, porque não tenho sede nem nada. Na casa eu alojava o turista, apresentava a favelinha, mostrava onde tem sanduiche, onde tem suco (E., Agência Favela Receptiva, 2014).

Embora no site da agência estejam especificadas as características gerais da hospedagem domiciliar em Vila Canoas, a escolha das residências fica a cargo da agenciadora, que procura, segundo ela, adequar o perfil dos turistas às características da família anfitriã, levando em consideração não só o espaço físico da residência, mas o perfil do turista quanto da família que o acolherá. Além da hospedagem, a empresa também oferece atividades de dança e práticas de esporte e lazer, como voo livre e asa-delta, ministradas por meio de parcerias com profissionais da comunidade ou amigos da empreendedora.

⁷ Nalguns casos, como de grupos numerosos, era comum a família oferecer o espaço integral da casa aos hóspedes, se instalando na residência de algum vizinho.

Ainda que tenha sido a criação da agência Favela Receptiva que deu impulso à hospedagem doméstica em Vila Canoas, algumas famílias, após aprenderem o serviço, tornaram-se autônomas. Este é o caso da Sra. R., de 65 anos, que passaremos a apresentar por ter sido uma das hospedagens vivenciadas durante a pesquisa de campo⁸. Natural da cidade de Cabreiro, província de Concepción, no Chile, conta que o “amor a levou até a favela”. Moradora do Brasil há pouco mais de quarenta anos, a mudança para Rio de Janeiro se deu por meio de uma viagem de férias à cidade aos 19 anos. Em sua primeira visita ao país, se viu “encantada pela cidade, pela praia e pelos brasileiros”. No início, ficou hospedada na casa de um tio, morador do bairro Leblon, onde exerceu a profissão de babá e, logo depois, de educadora. Filha de uma dona de casa e de um cacheiro viajante, possui cinco irmãos, motivo pelo qual, desde a infância, segundo ela, é acostumada a ter “a casa cheia”. Hoje é separada, após 20 anos de casamento com morador da favela, com o qual tem duas filhas. Em Vila Canoas, a família ocupou um “puxadinho” construído como extensão da casa da sogra. Ao passar por várias reformas ao longo dos anos, a residência da família foi agregando novos cômodos, possibilitando a construção do quarto das filhas e uma área externa, utilizada para lazer e serviços, equipada com uma piscina de plástico, casa de bonecas, máquina de lavar roupas e um banheiro externo. Após a separação do casal, Rosa continuou ocupando a casa, morando com a filha mais velha, Lorena, de 33 anos. Ao longo do tempo, Rosa também desenvolveu trabalhos na ONG Parati, como educadora voluntária ou contratada da instituição, quando acompanhou a chegada dos primeiros turistas na favela. Atualmente, além de anfitriã, trabalha como vendedora voluntária de *souvenirs* no mesmo.

8 Denise Kamada hospedou-se na casa de R. no período de 28 de fevereiro à 05 de março de 2015.

Interessa-nos aqui analisar as maneiras através das quais os agentes sociais definem a situação, ou seja, o procedimento pelo qual atribuem significado ao contexto vivido e, desta maneira, orientam suas ações na vida cotidiana. De certo modo, durante o encontro turístico pudemos observar de que maneira os sujeitos colocam em prática seu novo papel social de morador/anfitrião. Durante a estadia de cinco dias na casa da anfitriã, num primeiro momento, R., a moradora/anfitriã, fez a apresentação da casa. Mostrou o quarto que ocuparia, que era o quarto dela própria, o banheiro, a área externa da casa, além da cozinha, que poderia ser utilizada a qualquer momento. Ainda entregou as chaves da casa e avisou o horário de trabalho dela e da filha, passando o contato de ambas para qualquer eventualidade.

Os dias que seguiram na casa da anfitriã foram tranquilos, proporcionando a participação no cotidiano da família. O café da manhã era sempre acompanhado pelas moradoras da casa, que oferecia pães, frios, leite, café, sucos e bolo. Segundo ela, o café-da-manhã farto é um dos pontos mais importantes da hospedagem. Os itens que sobravam pela manhã ficavam a disposição da hóspede em local de fácil acesso, podendo ser consumidos ao longo do dia. No final da tarde também era oferecido um café, acompanhado de pão e bolo. Era comum a anfitriã convidar para o jantar ou para assistir televisão, em geral programas jornalísticos e telenovelas à noite. R. também tomava para si a responsabilidade de transmitir informações importantes sobre a comunidade: os locais que poderiam fazer as refeições, informações sobre a frota de ônibus e demais meios de transporte, os pontos mais seguros para atravessar a rua movimentada em frente à residência e informações turísticas sobre a cidade.

A moradora/anfitriã conta que, inicialmente, foi estimulada pelos ganhos financeiros, possibilitados, principalmente, por hospedagens mais

longas ou em período de alta temporada, como carnaval e ano novo. Segundo suas palavras sobre o começo:

No início vi que era possível começar a hospedar por causa da agência, que poderia complementar minha renda e que nos períodos de carnaval ou réveillon, onde a diária é maior, poderia chegar a ganhar R\$600,00, R\$700,00 em uma semana. Pra mim era um dinheiro bom. (R., moradora/anfitriã, 2015).

Outra moradora que decidiu abrir sua casa aos hóspedes em 2006 foi a Sra. M., hoje com 58 anos. Natural da Paraíba, a anfitriã mudou para o Rio de Janeiro durante década de 1980, logo após seu casamento, motivada por melhores condições de vida no Sudeste. Desde a chegada à cidade, a família se instalou em Vila Canoas, acompanhando grande parte do desenvolvimento da comunidade. Já no Rio de Janeiro, o casal teve dois filhos. Profissionalmente, a anfitriã ocupou-se sempre dos trabalhos domésticos do próprio lar como atividade principal, enquanto o marido, hoje aposentado, exercia a profissão de motorista.

Diferente da moradia anterior, cujo quarto cedido ao turista era o da própria anfitriã, a casa, composta por três dormitórios, destina um dos quartos dos filhos para a hospedagem. Com duas camas de solteiro, consegue receber apenas dois hóspedes por temporada. Como trabalha em sua casa, a interação e o contato com essa anfitriã podem ser mais intensos, incluindo, além dos momentos de refeições, passeios pela comunidade. Além desta característica, a família era mais numerosa do que a anterior, composta pelo marido e pelos dois filhos, esses últimos bastante prestativos e dispostos a dar dicas de turismo e acompanhar o turista em passeios pela cidade ou pelo bairro de São Conrado. A movimentação da residência era ainda favorecida pela presença da vizinhança, de parentes e de amigos da família, que se reuniam no final da tarde para tomar café. Como conta

Dona M., a necessidade de renda somada ao fato do filho ter realizado curso de guia em turismo num projeto social, levaram à abertura da casa aos turistas como opção. Ela avalia que o contato com os turistas é um dos estímulos para permanecer no ramo.

Outro participante da pesquisa foi o Sr. L., de 60 anos, nascido em Vila Canoas, onde se orgulha de conhecer “quase todo mundo”. Morador de uma área privilegiada da comunidade com contato direto com a Floresta da Tijuca, o morador, devido à falta de estrutura em sua residência, iniciou o trabalho de hospedagem alugando parte do quintal como área de *camping*, trabalhando neste sistema durante cerca de quatro anos. Nos últimos dois anos, L. iniciou uma grande reforma de ampliação da sua residência, empreitada realizada quase integralmente por ele próprio, onde pretende oferecer leitos. Nesse caso, foi após passar por uma cirurgia e ver sua capacidade de trabalho reduzida em meio à recuperação lenta, que viu na hospedagem uma maneira de manter o padrão de vida, conseguindo uma renda extra em período de aposentadoria forçada.

Sobre a percepção das pessoas que recebem em suas casas, se confirma a assertiva de que na hospedagem domiciliar há um predomínio do público que se denomina turista *backpacker* ou turista mochileiro, caracterizados por Oliveira (2008) como turistas que se organizam de forma independente, flexível e econômica, que viajam por longos períodos e procuram conhecer destinos diversificados. No caso do turismo na favela Vila Canoas, os anfitriões possuem a imagem do perfil dos visitantes como “turistas mais mente aberta”, “um público jovem, mochileiro”, o que, por sua vez, os tornam “diferente dos turistas que ficam na orla ou participam do tour”. Os jovens são percebidos como um público mais fácil de interagir, afinal, conforme afirma um dos anfitriões:

Eles não têm muita frescura, não ficam reclamando, acho que respeitam mais também, seu espaço, sua casa. Em algumas situações, parece que é mais fácil lidar, porque tão acostumados a este tipo de hospedagem. (Sr. L., anfitrião, 2014).

Além disso, notam que uma das diferenças de seu público reside na procura por mais proximidade com os receptores. Nas palavras de uma das anfitriãs:

[...] Estes jovens que vem de outros países, que ficam mais tempo aqui, não viajam só para conhecer o lugar. Quer dizer, o lugar é importante, mas é importante também as pessoas. Eles vêm e se hospedam por causa da proximidade com as pessoas também. (Sra. R., moradora/anfitriã, 2015).

De fato, ainda que a questão da renda apareça como motivação em todos os depoimentos dos moradores/anfitriões, cabe ressaltar que a hospedagem doméstica é um processo de interação que coloca, ainda que momentaneamente, turista(s) e moradores convivendo num mesmo espaço, cujos contatos vão além do espaço físico da casa e da dimensão mercantil do serviço, sendo um momento repleto de negociações simbólicas e, portanto, de sociabilidade entre os agentes sociais. O acesso à vida privada dos moradores, o uso de seus objetos domésticos, a vivência de seus costumes e os contatos com parte de suas redes de sociabilidade implicam numa nova forma de hospedagem que ressignificam, para alguns dos visitantes, as representações do imaginário social da pobreza no Brasil. Conjunto de representações que são construídas por práticas independentes do turismo. São os filmes, as notícias de jornal, exposições fotográficas, obras literárias e mais uma série de elementos que, juntos, formam um imaginário que motiva o visitante a consumir o destino por meio do turismo (URRY, 2001).

Esta produção simbólica da favela vai de encontro à ideia de que há um crescente apego pelas imagens na sociedade pós-moderna, em que o *outro*, conceito amparado pelas diferenças étnicas ou de nacionalidades, apresenta a tendência de mediatizar ou então, gerar simulacros (KRIPPENDORF, 1989; URRY, 2001) e, após serem transformados em imagens, são convertidos em mercadorias (LABATE, 2001). Alguns estereótipos, ainda que negativos, das favelas são transformadas em atrativos, a fim de captar a demanda de um turista que pretende sentir a sensação de perigo, aventura e altruísmo. Mesmo que Vila Canoas seja considerada uma favela tranquila no que se refere à violência, os depoimentos dos moradores/anfitriões mostram que o visitante, muitas vezes, vem com essa imagem do local. Há relatos de situações em que os turistas encararam o fato de estarem na favela como uma “aventura”, desencadeada pela referência simbólica do espaço à vivência do perigo ou à precariedade. Isso explicaria porque, segundo depoimento de R.:

A maioria dos jovens não conta, quando vão viajar, que vão ficar hospedados numa favela para os pais. Não sei se porque tem medo deles não deixarem ou porque acham perigoso e o que atrai é essa sensação de perigo. (Sra. R., moradora/anfitriã, 2015).

E, caracterizando a sensação de aventura imaginada, conta Rosa que achou graça quando “teve uma turista que uma vez veio com bússola, mapa, chapéu” parecendo que “[...] ia ficar em um lugar super precário, sem nada”.

No caso da hospedagem doméstica em Vila Canoas, embora a maioria dos depoimentos relate uma comunicação harmoniosa com os hóspedes, determinadas circunstâncias fazem referência a um rompimento com a ideia inicialmente projetada. Nalguns casos, atribuem a resistência ao diálogo devido a traços da personalidade dos visitantes, caracterizando-os como tímidos, quietos ou reservados ou mesmo a opressões ligadas a preconceitos de

classe, de gênero ou de nacionalidade. Foi o caso observado quando foram relatadas diversas situações em que as representações negativas da favela e de seus moradores se fizeram presentes já na chegada ao aeroporto, quando alguns hóspedes narraram a seus anfitriões terem sido “aterrorizados” pelo serviço de informações do aeroporto ou durante o trajeto de táxi a caminho da comunidade, quando informavam seu destino. Em outras situações, foram citadas “demonstrações de superioridade”, como as narradas pela anfitriã ao lembrar que um turista afirmou que “o hall de entrada do seu apartamento era maior que a casa [dela] inteira”. Visão compartilhada por outra anfitriã, que relata que “tem turista que vem aqui mesmo para ver que a condição de vida deles é melhor, vem para se auto afirmar”.

É preciso entender que, ao abrirem suas casas, estas famílias se dispõem a expor seus valores morais, afinal, como nos mostra DaMatta (1986), indivíduos unidos pelo signo familiar partilham o mesmo destino, objetos, relações e valores que revelam a maneira de ser e estar do conjunto. Desta maneira, se a família representa uma unidade simbólica, a casa é percebida como uma fronteira, representando não apenas o limite físico entre o privado e público, mas, sobretudo, a demarcação dos aspectos morais importantes àquela coletividade e que devem ser resguardados. Neste sentido, a abertura das casas aos turistas significa estender aos mesmos, mas agora sob a intermediação do dinheiro, o valor simbólico da mesma. Assim, aquela casa que se estende aos agregados e amigos, para quem “as portas estão sempre abertas e a mesa está sempre pronta e farta” (DAMATTA, 1986, p. 26), deve, neste novo cenário, conseguir manter esse ambiente acolhedor e farto também ao desconhecido hóspede/turista. Todavia, esse turista que paga deve também saber agir “como se fosse um hóspede conhecido”, afinal, a construção de vínculos depende dos dois lados. Relação que nem sempre é construída, como alguns exemplos de desconforto anteriormente citados.

A favela encenada ao turista se mescla com a favela vivida e ao ser apresentada aos visitantes traz elementos que simbolizam a memória coletiva do lugar e, portanto, a identidade dos moradores/anfitriões que se constrói no cotidiano do lugar. Visita-se “a igreja em que me casei”, “a escola que meu filho estudou”, “a primeira casa que morei quando cheguei na comunidade”. A memória do bairro é preenchida pelas memórias individuais de cada um que narra a história do espaço coletivo que não condizem com por narrativas vinculadas às amarguras da vida na pobreza e/ou à violência e o tráfico de drogas.

Oferecer a casa e, muitas vezes, o próprio quarto ao turista carrega uma dimensão simbólica de hospitalidade que remete ao recebimento de visitas amigas (ou, melhor dizendo, não pagantes). Na visão do morador que abre suas portas para o visitante, o trabalho não se limita à obrigação profissional, aos deveres e obrigações formalmente impostas pelo trabalho, mas converte-se em um sistema de trocas simbólicas, reforçadas pela vivência da hospitalidade. E, assim, nalguns destes encontros algumas ações de reciprocidade surgem para demonstrar a existência de vínculos mais próximos. O relato de R. ilustra um pouco deste tipo de situação, ao afirmar que:

Teve uma vez que eu hospedei um grupo de chilenos e era engraçado porque eles não saiam de casa. Às vezes iam pegar o lanche e o almoço e vinham comer aqui comigo. Quando eles foram embora, preparei um almoço de despedida. Têm turistas que a gente sente saudade. (R., moradora/anfitriã, 2015).

CONCLUSÕES FINAIS

Dentro deste contexto, notou-se que não existe um perfil único de morador/anfitrião em Vila Canoas, mas sim que, cada um, conforme seus capitais sociais, culturais e econômicos criam

estratégias de inserção no ramo a fim de ampliar a geração de renda de suas famílias. Doravante, ainda que distintos, se unem em torno do mesmo discurso publicitário deste segmento que promete uma aproximação entre morador/anfitrião e turista/hóspede, para o qual foram capacitados.

Observando a interação entre os moradores locais e turistas em Vila Canoas, é importante frisar que a ideia de contato e proximidade entre moradores e visitantes é um ponto que perpassa a construção deste segmento da hospedagem doméstica nas favelas. Nesse sentido, apoia-se na mercantilização não apenas do espaço físico das moradias, mas dos próprios “corpos dos hospedeiros”. O que torna a temática mais intrigante, afinal, envolve o consumo do modo de vida de uma população que se encontra, do ponto de vista simbólico, segregada do restante da cidade, embora caiba ressaltar que os moradores de favelas no Rio de Janeiro representem quase 30% da população carioca.

Se, de acordo com a percepção dos visitados, num primeiro momento, a inserção na atividade é motivada pela intenção de garantir um aumento da renda familiar, a hospedagem doméstica carrega consigo perspectivas de ampliação do capital social e simbólico para o morador da comunidade, ultrapassando, assim, a dimensão mercadológica da atividade. Ao perceberem grande parte dos turistas como indivíduos abertos ao contato, cria-se um ambiente regido por sentimentos de proximidade, acolhimento e hospitalidade. Afinal, sentem que “*há turistas que deixam saudade*”. É num contínuo e dialético esforço em satisfazer as imagens comercializadas daquilo que seria uma “autêntica favela carioca” ao turista e, ao mesmo tempo, em romper com alguns destes estereótipos que os moradores circulam nesse “encontro entre visitante e visitado”.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2ª ed., Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.
- CARVALHO, S; SANTOS, M. Inadequação Habitacional em favelas urbanizadas. **Revista: Um desafio para a sustentabilidade urbana no Rio de Janeiro**. vol. 03, Nº. 05, 2007.
- COHEN, Eric. The Sociology of Tourism: approaches, issues and findings. **Annual Review of Sociology**, vol. 10, p. 373-392, 1984.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DINIZ, André. **Almanaque do samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **A construção da favela carioca como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na Laje: produção, circulação e consumo da favela turística**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- GEERTZ, Clifford. Os dilemas do antropólogo entre “estar lá” e “estar aqui”. **Cadernos de Campo**, USP, vol. 7, n. 7, p. 205-235, 1998.
- JAFARI, Jafar. Tourism models: the sociocultural aspects. **Tourism Management**, 8(2), p. 151-159, 1987.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.
- LABATE, Beatriz. A experiência do “viajante-turista” na contemporaneidade. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa;

LUCHIARI, Maria. **Olhares contemporâneos sobre o turismo.** Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 55-80.

MACHADO, D. **Turismo de favela e desenvolvimento sustentável:** estudo do Turismo de Favela no bairro de Vila Canoa, zona sul do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MORENO, A. **O censo da comunidade de Vila Canoas e o Projeto Construção:** um estudo de caso sobre educação e promoção social em comunidades carentes. Dissertação (Mestrado em Engenharia da computação)– Departamento de Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, R.J. Turismo backpacker: estudos dos viajantes internacionais no Brasil. **Revista Cultur**, ano 02, n.1, p. 48-64, 2008.

REAU, Bertrand ; POUPEAU, F. L'enchantement du monde touristique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 170, p. 4-13, 2007.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Municipal de Urbanismo. **O Rio de Janeiro e o Favela-Bairro.** Rio Estudos, n.120, 2003.

URRY, John. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: studio Nobel: SESC, 2001.

Sobre os autores:

Danielli Cristina Granado graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestre em Engenharia Hidráulica e Saneamento e doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP). É Professora Assistente Doutora na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” desde 2010, atuando nas áreas de turismo e meio ambiente, limnologia, diagnóstico ambiental e desenvolvimento sustentável.

Denise Kamada é mestre em Sociologia, pela Universidade Federal da Grande Dourados (2015) e graduada em Turismo pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2011). Desenvolve pesquisas na área de Turismo, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente na temática de viagens em áreas marginalizadas.

Eduardo Romero de Oliveira é doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2003), mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1995) e Bacharel em História pela Universidade Estadual de Campinas (1990). Desde 2004, atua como Professor Assistente Doutor na graduação de Turismo (UNESP, campus de Rosana), nos Programas de Pós-Graduação de História (UNESP/FCL, campus de Assis) e de Arquitetura e Urbanismo (UNESP/FAAC, campus de Bauru). Pesquisador de temas relativos a patrimônio cultural, história dos transportes e memória histórica.

Gustavo Cunha Bezerra é doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (2015), com período sanduíche na Université Paris-Sorbonne IV. Atualmente é professor efetivo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), atuando em pesquisas sobre filosofia moderna, estética ambiental e filosofia da paisagem.

Marie-France Garcia Parpet é doutora em Antropologia Social pelo PPGA do Museu Nacional. Pesquisadora aposentada do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) e atual pesquisadora do *Centre Européen de Sociologie et de Science Politique* (CESSP) da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris. É autora do livro *Le marché de l'excellence : les grands crus à l'épreuve de la mondialisation* (Seuil, 2009). Atualmente desenvolve pesquisas sobre a mundialização dos mercados, em particular, do vinho.

Patrícia Alves Ramiro é doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e de Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), junto ao Departamento de Ciências Sociais. Possui pós-doutorado em turismo e agricultura familiar realizado no *Centre Européen de Sociologie et de Science Politique* (CESSP) da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Atua em pesquisas relacionadas aos temas: turismo no espaço rural, turismo de base comunitária e assentamentos rurais de reforma agrária.

Tristan Loloum é pesquisador pos-doutorando na Universidade de Lausanne, doutor em Antropologia Social pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Desde 2009, vem desenvolvendo pesquisas sobre o turismo e o patrimônio como fatores reveladores de mudanças sociais,

culturais e políticas. Depois de uma tese sobre turismo e maritimidade no Litoral Sul do Rio Grande do Norte, seus trabalhos pós-doutorais tem tratado de turismo industrial e poder cultural na Inglaterra e na Suíça e de patrimônio vitivinícola e identidade territorial na França.

Parcerias



MINISTÉRIO DA CIDADANIA



EU

Este livro foi diagramado pela Editora da UFPB em 2019.
Impresso em papel Offset 75 g/m²
e capa em papel Supremo 250 g/m².

Todas as evasões proporcionadas por este livro foram oportunizadas pela reflexão sobre textos literários e filosóficos, imagens pictóricas, observações diretas, pesquisas de campo, entrevistas, dados históricos e bibliográficos, apresentando a diversidade de abordagens que Turismo, Cultura e Meio ambiente envolvem enquanto mobilizam pesquisadores de diferentes horizontes teóricos e intelectuais. E, passo a passo, a vereda foi se completando: é com saudade que o caminhante descobre que está encerrando seu percurso, chegando ao fim do livro.

Luciana Chianca

ISBN: 978-85-237-1397-3



9 788523 713973

